



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**De picadas, lotes, cutiões e precisão: sociabilidade e modos de habitar no
Projeto de Assentamento Ajarani, RR**

Marina Sousa Lima

CAMPINAS

2018

MARINA SOUSA LIMA

De picadas, lotes, cutiões e precisão: sociabilidade e modos de habitar no Projeto de Assentamento Ajarani, RR.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de mestra em Antropologia Social.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pela aluna Marina Sousa Lima e orientada pela Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera

CAMPINAS

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FUNCAMP, 154/16

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

So85d Sousa, Marina, 1992-
De picadas, lotes, cutiões e precisão : sociabilidade e modos de habitar no Projeto de Assentamento Ajarani, RR / Marina Sousa Lima. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Nashieli Cecilia Rangel Loera.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Assentamentos humanos. 2. Territorialidade humana. 3. Camponeses - Amazônia. I. Loera, Nashieli Cecilia Rangel, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Picadas, plots, cutiões and precision : sociability and ways of live in the Settlement Project Ajarani, RR

Palavras-chave em inglês:

Human settlements

Human territoriality

Peasants - Amazon

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Mestra em Antropologia Social

Banca examinadora:

Nashieli Cecilia Rangel Loera [Orientador]

Emilia Pietrafesa de Godoi

Marisa Barbosa Araújo

Data de defesa: 21-03-2018

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos professores doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 21/03/2018, considerou a aluna Marina Sousa Lima aprovada.

Banca Avaliadora:

Titulares

Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera (Unicamp)

Profa. Dra. Emilia Pietrafesa de Godoi (Unicamp)

Profa. Dra. Marisa Barbosa Araújo (UFRR)

A ata de defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Para Agatha e Tulio, sobrinha e afilhado amados

Para os moradores do vale do rio Ajarani, com gratidão

AGRADECIMENTOS

A capacidade do processo de pesquisa de uma dissertação de mobilizar várias pessoas e rede de afetos é algo que realmente me impressiona. Nestas páginas de agradecimento, apenas cabem meus afetos, gratidão e humildade. Qualidades que acredito ter encontrado nas pessoas aqui citadas e que se refletem no meu processo de aprendizagem.

Esta dissertação é fruto de inúmeros fracassos, entremeados de tentativas, aventuras e fugas. Era correr não só contra o tempo, mas contra mim mesma, meus processos de escrita, dúvidas e período de formação. Procurei, desta forma, trabalhar dentro das condições materiais, físicas e psicológicas que me eram dadas. É preciso preservar não só a carcaça, mas a cabeça.

Dentro de um estoque de leituras, vivências, afetos e decepções, inter cruzam aferições, conclusões e pensamentos. Nesta rede de pensamentos e afetos, é duvidoso pensar em autoria. Muito do que foi escrito representa não apenas a vivência da pesquisa de campo, na qual tento fazer justiça à imaginação e trajetória de meus interlocutores, como também as sugestões de minha orientadora, as leituras do mestrado, os cafés e cervejas com minhas amigas, uma ligação de madrugada, uma poesia marcada num livro de cabeceira, uma música que não saía de minha cabeça. Todos elementos inter cruzados neste processo que tendemos a chamar de escrita. De forma que me responsabilizo pela forma na qual todos estes elementos tomaram corpo em forma de arranjos sequenciais de palavras. E acredito que minha maior responsabilidade política seja frente ao que está representado em relação aos meus anfitriões do Ajarani, em Roraima.

Começo por agradecer aos meus anfitriões do Projeto de Assentamento Ajarani, pessoas de fibra, corajosas, e que pacientemente me receberam em suas casas e rotinas de vida. Palavras para agradecer são poucas. Cafés, almoços com carne de caça e uma rede para dormir são tesouro nesta vida, de forma que me sinto privilegiada.

Dando seguimento, agradeço minha orientadora, a Profa. Dr. Nashieli Rangel Loera. Em uma de nossas primeiras reuniões, deu-me um exemplar de seu livro “A espiral das ocupações de terra”, e escreveu uma dedicatória: “trilhe um caminho, o seu próprio, entre os sem-terra e os mundos rurais”. Sua dedicação, respeito, profissionalismo e competência são admiráveis e essenciais a este mundo acadêmico. Acredito ter me tornado uma pesquisadora melhor devido ao período de formação junto a esta brilhante pesquisadora.

Durante o período de formação, duas instâncias da UNICAMP foram fundamentais no fomento desta pesquisa. Em primeiro lugar, a Fundação ao Apoio Ao

Ensino, à Pesquisa e Extensão, pelo suporte material durante todo o período do mestrado. Em segundo lugar, o recurso de pesquisa de campo do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, bem como para a participação na Reunião de Antropologia Social.

Igualmente agradeço ao corpo técnico, administrativo e docente do PPGAS. Em especial à Márcia e Bené, sempre pacientes com minhas demandas. E aos professores que, mais de perto, contribuíram para minha formação: Suely Kofes, Maria Filomena Gregori, Artionka Capiberibe, Antônio Guerreiro, Emília Pietrafesa, Mauro Almeida, Cristiano Tambascia, Joana Cabal de Oliveira.

É também no interim destes anos de mestrado que sinto, de forma mais aproximada, a atuação de atividades metafísicas na prática cotidiana. E agradeço à Nossa Senhora de Nazaré, fonte de amor e de fé, minha gratidão pela proteção e graças alcançadas.

A mudança para o estado de São Paulo, a constituição de uma nova morada foi, certamente, mais prazerosa devido aos amigos do PPGAS: Vibe, Ligia, Jordana, Maiara, Ralyanara, Júlia, Maiane, Ana Cláudia, Ana Rabêlo, Lilith, Luiza, Brunela, May, Rodrigo, Zé Cândido, Nathanael, Cristiano, Zé (USP). A todos amigos de repúblicas pelas reflexões de mesas de bar, encontros, afetos e refeições. Também é de festa que se vive.

Também devo agradecer aos amigos de Roraima que, mesmo distantes, sempre mantiveram uma palavra de carinho e incentivo, acreditando que “a jovem que desce do Norte para a cidade grande” tinha lá seus motivos e propósitos: Tays, Amanda, Naoma, Mônica, Clarissa, Isah, Fella, Samya, Júlia, Thiago, Márcio, Denner, Daniel, Thiago Guerra, Murillo, George, Bryan, Eli Macuxi.

Agradeço ao meu irmão, Heitor Sousa, por nunca questionar minhas escolhas e sempre me apoiar em tudo que faço em minha vida. Minhas tias e minhas primas, que tanto amo, mesmo que eu permaneça continuamente distante. Meus avós maternos, minha maior admiração.

Ainda, agradeço ao pessoal do Jiu-Jitsu da FEF-Unicamp, a prática desta arte suave, colocou muita ideia devidamente no seu lugar, e contribuiu para que eu pudesse ter uma boa qualidade de vida e saúde, durante este período de formação.

Agradeço às professoras de minha banca. A leitura valiosa e cuidadosa de meu texto, certamente, colaborou com minha formação, meu engrandecimento e aperfeiçoamento de meu texto. Meu afeto a meus agradecimentos à Profa. Dr. Marisa Barbosa Araújo, que já me acompanha desde a graduação na UFRR e à Profa. Dr. Emília Pietrafesa de Godoi.

Por fim, agradeço às pessoas que indiretamente contribuíram para escrita

deste texto: caroneiros, pessoas que trabalham em fotocópias, nas cantinas da Unicamp, nos bares que visitei, nos locais por onde andei.

Aqui no meio da floresta o tempo não parou

Neuber Uchôa

Tudo que move é sagrado

Beto Guedes

Eu não sentia nada. Só uma transformação pesável.

Muita coisa importante falta nome.

Guimarães Rosa

LISTA DE SIGLAS

BEC- Batalhão de Engenharia de Construção

CCPY- Comissão Pró-Yanomami

DOU- Diário Oficial da União

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

HAY- Hutukara Associação Yanomami

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERAIMA- Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima

ISA- Instituto Socioambiental

PA- Projeto de Assentamento

SIPRA- Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

T I- Terra Indígena

TIY- Terra Indígena Yanomami

UFRR- Universidade Federal de Roraima

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- Região do vale do Rio Ajarani

Mapa 2- Croqui do Projeto de Assentamento Ajarani

Mapa 3- Malha das rodovias federais de Roraima

Croqui I- Vila da Bola

Tabela I- Distribuição da população rural em Roraima

Tabela II- Fases da lua e pessoas

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Varador e plantação de banana

Fotografia 2- Casa de farinha

Fotografia 3- Canteiro de hortaliças de Dona Cleusa

Fotografia 4- Casa cercada de *juquirá*

Fotografia 5- Casa com varanda e plantação de banana ao lado

Fotografia 6- Pesquisadora (ao centro) e alguns dos interlocutores

Resumo

O objetivo desta dissertação é investigar modos de ocupar e reivindicar a terra na região do vale do rio Ajarani, em Roraima. O lócus da investigação se deu numa parcela do Projeto de Assentamento Ajarani, uma área de Reserva Florestal, localmente conhecida enquanto *Bola*. A área é ocupada há cinco anos por pessoas que vivem, plantam e produzem nestas terras. As diferentes formas de ocupação, demanda pela terra, seus sentidos e formas de significá-la por parte dos demandantes desta parcela constitui uma territorialidade específica que extrapola as condições fundiárias da terra. Para além disto, a dinâmica rural e o universo das ocupações de terra no cenário roraimense, são intercruzadas pelos planos governamentais de colonização da Amazônia, pela exploração aurífera, pelas demarcações de terras indígenas. De modo que exploramos a sociabilidade e os modos de habitar entre camponeses do Ajarani, num contexto de demanda pela terra, considerando que são atravessados por noções específicas de trocas, favores, dívidas, engajamentos com a natureza, *precisão* e a relação com o Estado. Os sentidos que a terra assume para aqueles que vivenciam processos de deslocamento e ocupação atravessam diversos usos e sociabilidades locais, tendo como consequência o que chamo de performance de atividades cotidianas que asseguram a permanência na terra.

Palavras chave: assentamentos humanos, territorialidade humana, camponeses, Amazônia

Abstract

The aim of this thesis is to investigate ways of occupying and claiming land in the region of the Ajarani river in Roraima. The focus of the investigation was on a portion of the Ajarani Settlement Project, a Forest Reserve area, locally known as *Bola*. The area has been occupied for five years by people who live, plant and produce in these lands. The different forms of occupation, demand for land, their meanings and ways of meaning it by the locals constitutes a specific territoriality that goes beyond the land's conditions. In addition, the rural dynamics and the universe of land occupations in the roraimense scenario are interspersed by the governmental plans of colonization of the Amazon, by the gold exploration, by the demarcations of indigenous lands. Then, we explore the sociability and ways of dwelling among peasants of the Ajarani in a context of demand for land, considering that they are crossed by specific notions of exchanges, favors, debts, engagements with nature, *precisão* and relationship with the State. The senses that the land assumes for those who experience processes of displacement and occupation cross different local uses and sociabilities, resulting in what I call the performance of daily activities that ensure permanence on land.

Key words: human settlements, human territoriality, peasants, Amazon.

Sumário

Introdução.....	16
Capítulo 1. <i>Aqui na estrada era tudo um deserto mesmo: pioneiros, tuxaua, as febres e as fofocas na produção das relações sócio espaciais na região do Ajarani, em Roraima</i>	26
1.1 Amazônia: “do sertão agreste ao verde sertão”	27
1.2 O eldorado roraimense: garimpo, roça e cidade	35
1.3. Abrindo as picadas	46
Capítulo 2. De cutiões e teimosos	65
2.1 Vida de cutião – modalidades das relações	66
2.2 Quem vai querer ficar com um homem <i>bangue</i> , que fica só na cachaça? - modos de conversar e possibilidades afetivas	75
Capítulo 3. De atravessadores, bananas e precisão: modos de plantar e caçar	84
3.1 Cada pessoa tem um sistema	85
3.2 Aqui, carrada de banana se acaba	90
3.3 Cachorro de colono vai buscar a cutia no oco do pau.....	102
Considerações finais: o permanecer na terra	109
Referências Bibliográficas	116
Anexos fotográficos	121

Introdução

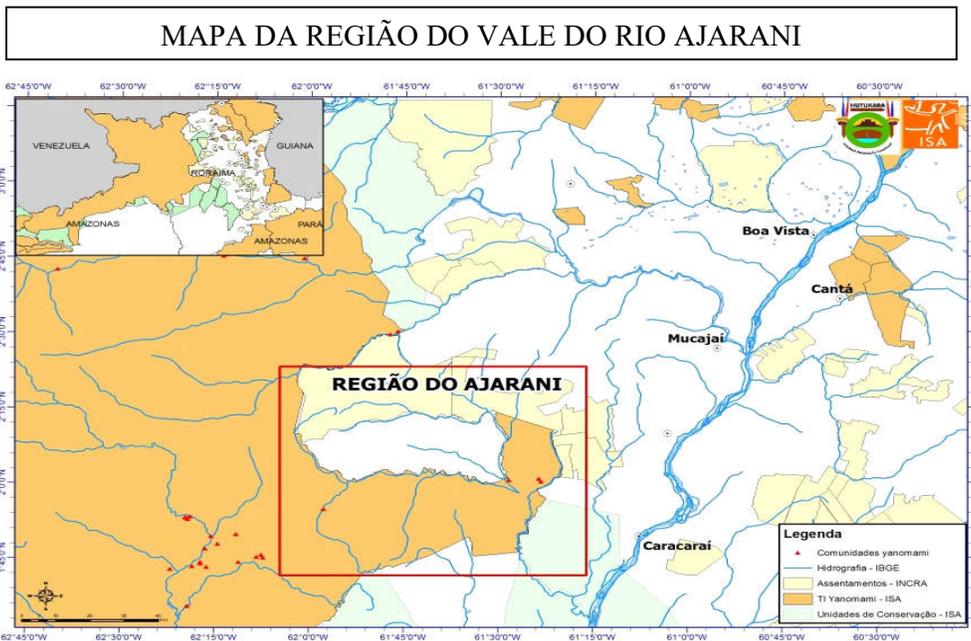
O objetivo desta dissertação é compreender a sociabilidade e os modos de habitar entre camponeses do Ajarani, num contexto de demanda pela terra, considerando que são atravessados por noções específicas de trocas, favores, dívidas, engajamentos com a natureza, *precisão* e a relação com o Estado.

Projetos de assentamento fazem parte do cenário dos espaços rurais de Roraima. Sua criação está inserida num plano governamental de colonização para a Amazônia implementado durante o período ditatorial do Brasil. Os desdobramentos desta política de colonização agrária tiveram e ainda têm consequências específicas para os diversos sujeitos que a vivenciaram.

Na análise deste processo de demanda coletiva por terra, diferentes formas de ocupação, demanda pela terra, seus sentidos e suas formas de significá-la por parte dos demandantes, são aspectos que auxiliam na compreensão das formas de reivindicar terra em Roraima.

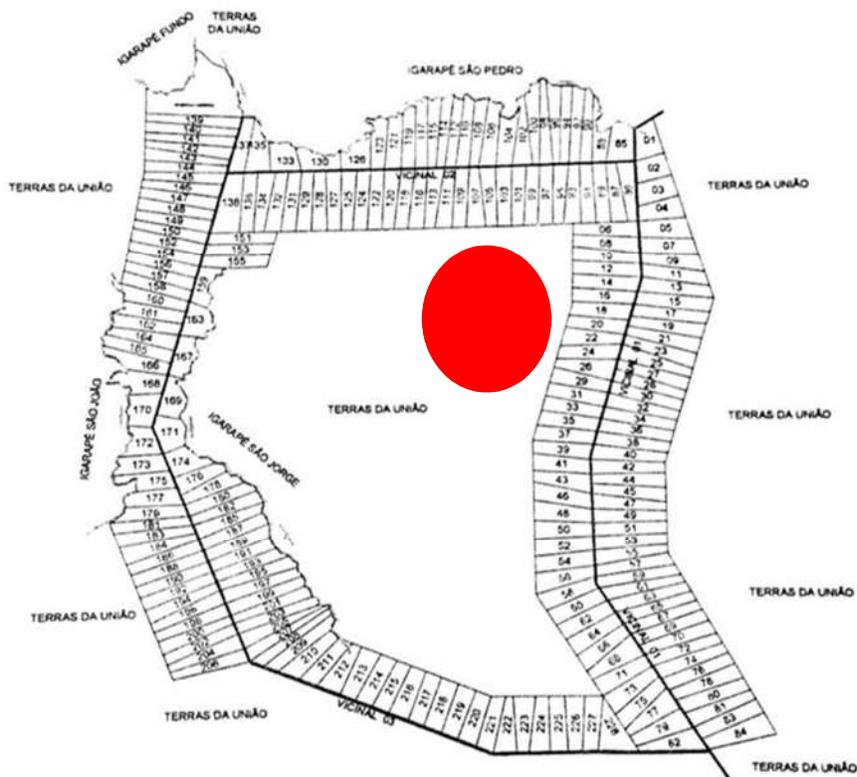
Um ponto central desta pesquisa é o de compreender os modos de habitar de camponeses em uma situação de demanda coletiva por terra na área do Projeto de Assentamento Ajarani enquanto processo social e inspirada na proposta metodológica de Joan Vincent (1977) em “Sociedade agrária como fluxo organizado” foco numa unidade delimitada espacialmente e parto dali para a observação dos limites para além do local e o tempo considerados, o que permite uma perspectiva extensa de análise. Na proposta da autora, processos diacrônicos são interessantes para compreender as modalidades de mobilidade a partir de variados arranjos que conformam formas específicas de sociabilidade e modos de habitar.

Tendo como pano de fundo uma demanda coletiva por terra, meu foco está na dinâmica local e mecanismos sociais agenciados pelos meus interlocutores para permanecerem na terra, e mais, para se apropriarem cotidianamente do local que ocupam há pouco mais de cinco anos. O percurso das pessoas envolvidas na demanda, o formato da ocupação, bem como os deslocamentos que levaram as pessoas a chegarem nesta região e os motivos e possibilidades de ocupá-la, são questões que também a serão exploradas nesta dissertação. De forma que, a seguir trataremos dos caminhos que nos levaram à região do Ajarani.



Mapa I- Região do Ajarani. Fonte: Instituto Sócio Ambiental (ISA) e Hutukara Associação

CROQUI DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AJARANI



Mapa II- Croqui do Projeto de Assentamento Ajarani. Fonte: Laudo Pericial do Incri. Grifo em vermelho da área da Bola pela autora.



A primeira visita de campo na região do vale do rio Ajarani se deu em meados de 2014. Numa atividade de pesquisa de campo em contexto de assentamentos rurais, o facilitador Franco de Lima (UFRR), responsável pela disciplina Estudos Históricos da Amazônia, na época da graduação em Antropologia nesta universidade, organizou uma ida ao PA Ajarani. O objetivo desta viagem era fazer um levantamento do patrimônio arqueológico da região: realizar registros fotográficos, exploração da mata e levantamento de lugares que poderiam ser mapeados enquanto sítios arqueológicos. O facilitador, que mora numa comuna em Boa Vista-RR, realiza projetos na região e é amigo de Jair, Solange e Dona Clara, mãe dos dois¹. São uma família que mora num dos lotes demarcados pelo Incra no assentamento. Eles foram nossos anfitriões.

Em um grupo composto por mim e minhas colegas de curso, percorremos o caminho em carro particular. Eu dirigia. Curiosamente, o trecho que dá acesso ao PA se faz pelo município de Mucajaí, apesar do assentamento se localizar no município de Iracema. Cerca de 200 quilômetros separam a capital do PA. Destes, 160 quilômetros são percorridos em via de asfalto, e 40 quilômetros nas *vicinais* de estrada de terra ou lama- a depender da sazonalidade das chuvas.

Chegar em Campos Novos, a vila mais próxima ao assentamento, não foi difícil, apesar de nos perdemos no caminho, ao ultrapassar a entrada que sinalizava a vila. Contar com a ajuda dos moradores das vilas próximas é essencial. Sem isto, percorrer estes caminhos seria muito dificultoso. Estas pessoas prontamente indicavam o caminho e a entrada correta, comumente mal sinalizada. Após chegar a vila, percorre-se o trecho de estrada de chão. As *vicinais* são designadas por números (03, 08, 05...), o que marca o início de cada vicinal uma pode ser uma ponte, como também um trecho em que faz a curva para direita -esquerda.

No trecho de chegada à vicinal, mais descaminhos esperavam à frente. A informação prévia, fornecida pelo facilitador, era de que deveríamos seguir sempre a vicinal principal e, após cruzar cerca de 12 pontes de madeira, chegaríamos ao lote. O que não sabíamos, na época, era que algumas destas estavam quebradas e era necessário acessar os desvios que rodeavam a pontes caídas. Alguns destes desvios são feitos em *igarapés*² que, em época de cheia ou após uma chuva forte, torna o desvio impossível. Muitas vezes, os pesados maquinários das madeireiras da região são responsáveis pela queda das pontes.

¹ Facilitador é o termo pelo qual o responsável pela disciplina prefere ser chamado.

² Igarapé é palavra de origem tupi, que significa “caminho da canoa” e designa um curso de água no cenário fluvial amazônico. Em geral, não são muito fundos, possuem águas escuras e cruzam os caminhos do interior das matas.

Os lotes e fazendas mais próximos da Vila de Campos Novos possuem acesso à energia elétrica, entretanto, na medida em que vamos nos afastando da vila, a linha de energia elétrica, sustentada pelos postes de madeira, desaparece. É também nestas propriedades de fazendas destas imediações que a produção bovina é presente. Nos assentamentos designados para agricultura familiar, esta situação é mais rara, se presente, é comum que seja para consumo próprio.

Cruzar as doze pontes, algumas caídas e sendo necessário acessar o desvio, com carro sem tração, não é tarefa das mais fáceis. Algumas *pinguelas* garantiam a passagem de um trecho a outro da estrada. *Pinguelas* são dois troncos grossos de madeira dispostos horizontalmente. Cada roda do carro atravessa sobre um dos troncos. É preciso destreza, para que não ocorra acidente. Nesta região, alguns caminhões já tombaram nas *pinguelas*, assim como ocorreu alguns acidentes com aqueles que pilotam motos, o meio de transporte mais comum no assentamento.

A distância da vila vai acompanhando a mudança dos cenários. Se nas proximidades há mais desmatamento e produção bovina, a longitude é acompanhada de mais mata, piores condições das *vicinais* e *pinguelas*, plantações de mamão, maracujá, melancia, cacau, mandioca e banana, muita banana.

A chegada ao lote de Dona Clara e sua família foi acompanhada de alegria e alívio por ter percorrido um caminho antes desconhecido e dificultoso. O lote é localizado na divisa da *vicinal* 06 e começo da 02. O que marca esta divisão é uma ponte de troncos grossos, porém quebrada. No desvio feito sobre o *igarapé* Ajarani, uma *pinguela* que, na cheia no *igarapé* fica submersa e impossibilita a passagem para outros lotes do assentamento.

Nos dias que seguiram a visita, Dona Clara era responsável pelo preparo das refeições e os alunos ficaram responsáveis de levar comida e colaborações monetárias. Visitamos a plantação de banana, pimenta, macaxeira, cacau e amendoim. Já para visitar os sítios arqueológicos, algumas vezes era necessário adentrar os *igarapés*. O tempo do sítio arqueológico, deslocado e fragmentado na atualidade, também marcava o deslocamento não só físico, mas temporal desta experiência. Sem relógio, celular, ou acesso à internet, as atividades acompanhavam a temporalidade do sol e da barriga. Pausas para alimentação coletiva e especificidade de atividades realizadas no período noturno: rodas de conversa, reflexões das atividades diárias, aquilo que não carecia de claridade.

Ao chegarmos às primeiras rochas trabalhadas e desgastadas por ação humana- e do tempo- é possível pensar nas populações ameríndias percorrendo estes caminhos que estávamos percorrendo, na mesma floresta, em outros tempos. Podia pensar, de uma forma

anacrônica, nas pessoas lascando a rocha com seus utensílios, fabricando seus materiais, preparando sua mandioca, crianças brincando nos *igarapés*. Muitas vezes, não é preciso uma máquina do tempo para sentir essas temporalidades, ou para abstrair uma certa noção de tempo linear, para torná-lo volátil.

Na trilha de um dos sítios arqueológicos, caminhamos em direção de uma área com dimensões circulares recentemente ocupada, cerca de 30 a 50 anos. Neste momento, a experiência na mata de Jair nos possibilitou perceber o que era uma ocupação recente na floresta pela identificação das primeiras plantas que nasciam logo após uma pequena derrubada: embaúba ou taboca, ambas espécies de troncos ocos. Era preciso conhecer a mata para percorrer os caminhos. Sem o conhecimento de Jair, jamais reconheceria uma ocupação recente na floresta, uma vez que pareceria apenas mais um local com menos árvores.

Nesta primeira inserção a campo, foram estabelecidas as primeiras relações. Com o tempo, pelo acesso à internet e por cursar Educação do Campo (UFRR), mantive mais contato com Solange, filha de Dona Clara. Ela foi a pessoa responsável pelo retorno ao Ajarani, já em pesquisa de campo durante o mestrado.

Em junho de 2015, os ocupantes que demandam terras da *Bola* solicitaram uma reunião no PA Ajarani, na qual participaram pesquisadores da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e, na época, o superintendente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Roraima, e atuantes em movimentos sociais, e representantes da Central de Movimentos Populares. O superintendente, Kelton Oliveira, se comprometeu a realizar uma viagem à sede nacional, em Brasília, com o intuito de analisar a demanda dos ocupantes. A partir deste cenário, tomei conhecimento das questões do pleito que envolvem esta área. Algo que me era desconhecido na primeira viagem a campo.

No âmbito das atividades do grupo de pesquisa “O universo rural de Roraima em perspectiva: processos e transformações sociais”, coordenado pelas professoras Marisa Araújo (UFRR) e Manuela Cordeiro (UFRR), a reunião ocorrida no PA Ajarani suscitou debates e questionamentos que motivaram meu projeto de pesquisa. O grupo realizava reuniões quinzenais a fim de debater diversos aspectos do universo rural em Roraima.

As informações iniciais a respeito da situação das terras foram, inicialmente, obtidas a partir de laudo pericial realizado pelo INCRA. Neste laudo, constavam os dados de cerca de 150 pessoas acampadas e demandantes de uma parcela do assentamento. A situação que caracteriza a dinâmica de ocupação da terra atualmente, melhor seria caracterizada como

“depois do acampamento”³, na qual já se apresenta certa estabilidade em relação aos processos de desistência do acampamento; a estrutura do que antes era barraco, toma forma de casa; e já existem ciclos de plantações e criação.

No começo de 2017, durante o retorno à Roraima, para restabelecer os contatos do campo, a intermediação do facilitador Franco foi fundamental. Ele foi o responsável pela primeira visita ao Ajarani que me colocou em contato com Solange, minha primeira anfitriã no Ajarani, nos idos de 2014. Marcamos um encontro e acertamos uma data para irmos ao assentamento. Neste período, ela estava chegando de um congresso de seu curso, Educação do Campo, na Bahia. Juntas rumamos ao PA Ajarani. O meio de transporte escolhido foi uma van que leva as pessoas à Vila de Campos Novos. O valor deste deslocamento é de R\$25,00. É preciso telefonar para o motorista e acertar um local em Boa vista de partida. A travessia pelas ruas da capital perpassa diversos bairros, em geral, mais afastados do centro e parte para a vila.

O serviço deste deslocamento é oferecido diariamente e também pode ser feito por meio de carros conhecidos como lotação. Na van, acompanhando a conversa das pessoas, é possível ver pessoas que vão a Boa Vista para visitar familiares, comparecer a consultas médicas ou por conta de algum emprego provisório. A maioria era de mulheres, crianças e homens idosos. O percurso não demora e, apenas nas proximidades de Mucajaí, a estrada asfaltada se apresenta em piores condições.

Ao chegar em Campos Novos, Solange sugeriu que fossemos a um ponto de carona na esperança de passar um caminhão, ou carro que fosse percorrer os caminhos das vicinais. Alguns motoristas de motos ofereciam carona, porém optamos por não nos separar, uma vez que uma moto não poderia carregar três pessoas. Esperamos por cerca de três, quatro horas. Já famintas pela proximidade da hora do almoço, um caminhão nos ofereceu carona. Alguns homens que também esperavam conosco foram na caçamba e nós, as mulheres, fomos na cabine do caminhão junto ao motorista, que era colega de Solange. O percurso até o lote de sua família, feito na *vicinal*, é de uns 30 quilômetros e demoraria cerca de duas horas.

Assim, nos primeiros dias de pesquisa de campo, fui hospedada no lote de Solange. Nestes dias, sem moto ou carro próprio, já pude perceber os limites de deslocamento impostos

³ Duas pesquisas servem para pensar essa distinção de temporalidade na situação d demanda por terra. A primeira é “A marcha nacional dos sem terra” de Christiane Chaves (2000), que analisa elementos da ação coletiva política da marcha. Condições necessárias para reforma agrária as ocupações são identificadas enquanto uma forma de luta, dotada de diferentes níveis de experiência dos mais diversos sujeitos. Já Nashieli Loera (2015), no livro “Tempo de acampamento” essa expressão aparece no contexto nativo entre demandantes de terra acampados no oeste de São Paulo e, enquanto marcador temporal da luta pela terra, organiza relações e é condição para recebê-la. Esta categoria analítica é melhor trabalhada no capítulo II. Aqui, é utilizada para designar este tempo liminar, no qual o acampamento abandonou suas características provisórias, porém os lotes não foram oficialmente reconhecidos.

a uma mulher na região. Por sorte, Neto, um amigo de Solange, ofereceu carona para finalmente visitar a área da *Bola*, como é localmente conhecida. Esta área, de formato circular, dista 10 quilômetros do lote em que estava. Com muitas subidas e descidas, o trecho demanda muito das motos e a *vicinal* é mais lamacenta. Foi nesta ocasião que conheci algumas das pessoas que moram na *Bola*, conversei com Flamengo e sua companheira, Dona Cleide, que mais tarde me hospedariam em sua casa.

A maneira de acessar novas pessoas, neste cenário, é possibilitada a partir dos laços de quem já se conhece. “Você é parente de quem?” era pergunta comumente feita a Comerford (2003) em sua pesquisa de campo na Zona da Mata de Minas Gerais. Este autor explica que esta forma de interrogar desconhecidos o localizava não apenas a partir de seu local de hospedagem, mas servia como um modo informal de controle de circulação de pessoas. O dia de minha chegada e partida, bem como os lotes e casas que visitava, era de conhecimento compartilhado. A reputação daqueles que nos valem de referência também serve de medidor para conformar novas relações.

Comerford (2003) apresenta categorias de pessoas que não são abordadas de forma similar. No PA Ajarani, esta categoria é composta por atravessadores, funcionários de órgãos governamentais, políticos em época de campanha, professor da escolinha rural, extensionistas rurais, eventuais trabalhadores que não moram lá, agentes de saúde e os indígenas Yanomami que percorrem as *vicinais* do assentamento.

As próximas idas a campo seguiriam trajetos semelhantes. Porém, por indicação de meus interlocutores e anfitriões, optei por pagar o serviço de moto-táxi, que levava do município de Mucajaí diretamente à *Bola*. O serviço, bem mais caro (R\$120,00 a 150,00), evitava as longas esperas na Vila de Campos Novos e a carona com pessoas desconhecidas por mim. Durante todo o período de pesquisa de campo, fiquei hospedada na casa de Dona Cleide e Flamengo.

Enquanto estratégia metodológica de pesquisa, ser recebida na casa de um casal foi um aspecto que possibilitou estabelecer vínculos com as outras pessoas da *Bola*. Sendo mulher, vista como solteira e sem filhos, optei por utilizar uma aliança em campo. Meu objetivo era evitar ser vista como passível de conquista ou disputada pelos *cutiões*. O PA Ajarani é habitado, sobretudo, por homens solteiros, sem companheiras e sem filhos, localmente conhecidos como *cutiões*. *Cutião* é uma categoria nativa que designa homens adultos solteiros e, comumente, sem filhos. Algumas vezes eles podem ter filhos que moram em outras regiões, o que não impede se serem reconhecidos como tal. O termo faz referência à cutia, animal que tem hábitos solitários. Discuto com mais detalhes a vida destes homens no PA Ajarani no capítulo II.

A estada de uma mulher nesta localidade onde a presença masculina se resalta em relação à de mulheres, marca as condições da pesquisa. Assim, alguns elementos serviam como definidores dos vínculos que foram estabelecidos, bem como delineavam os caminhos para chegar e permanecer em campo. O casal que eu referia como anfitrião, ter sido aluna de um professor que já conhecia alguns moradores da região e a visita realizada no ano de 2014, fornecia um leque de possibilidades e referencial para que meus interlocutores construíssem uma imagem.

A “celebração do viver junto” é a capacidade de estender encontros entre as pessoas por meio da enunciação. É o que diz Dainese (2015) em artigo que trata da “prosa” enquanto elemento que promove a alternância entre o tempo e local de trabalho, para os cenários de consumo e partilha de comida, numa localidade rural, conhecida como Terceira Margem, no estado de Minas Gerais. O convívio, a visita aos vizinhos e o prolongamento destes encontros por meio da “prosa”, é o que promove a aproximação entre as pessoas. Nestas práticas de se estender os encontros por meio do uso de palavras, há o que a autora chama de “controle”, ou seja, capacidade nesta modalidade de diálogo entendida enquanto “prosa” que protocola “medidas de proximidade e distância”, denominadas “modulações da presença”.

Em sua pesquisa de campo, a autora estava hospedada numa localidade que, geograficamente falando, favorecia o intercâmbio com os vizinhos. Neste cenário, Dainese (2015) percebe a “visita” e a “ajuda” enquanto elementos que promoviam distância e proximidade entre as pessoas, bem como serviam como uma espécie de “cartografia dos afetos”, uma vez que mapeavam as qualidades pessoais a partir de condutas e comportamentos. Em campo, as pesquisadoras não escapam dessa rede de sistemas atualizados pela “capacidade criativa da fala”. Pelo contrário, atualizam e conformam novos emaranhados. No Ajarani, as “possibilidades de convivência” são dadas a partir do cenário de onde se está hospedada, pelo mapa afetivo das pessoas que são referenciais e pelas “modulações da presença”.

Mesmo com estes referenciais, a presença da antropóloga não escapa à imaginação, desconfiança e fofoca. Uma pessoa de fora, diferente, que altera a dinâmica da vida cotidiana. Em certos momentos, minha presença foi vista com desconfiança por pessoas que não me conheciam, mas que estabeleciam trabalhos esporádicos na *Bola*. Chegando mesmo a ser questionada se era policial federal. Ao que interpelei: “Essa polícia está muito fraca mesmo, para mandar umas meninas dessa, sozinhas no mato”, e que obtive como resposta: “eles mandam assim mesmo, que é para ninguém desconfiar”. Nestas situações, apresentava novamente as questões de pesquisa, até mesmo mostrava meus escritos impressos e o registro acadêmico da Unicamp.

É a partir do engajamento em pesquisa de campo e elaboração de material etnográfico que reflito a partir de alguns elementos que fazem parte da vida cotidiana dos interlocutores com os quais pude conviver. A seguir, buscaremos compreender o processo de ocupação na região do vale do rio Ajarani. O texto dissertativo é dividido em três capítulos. No primeiro, busco percorrer os caminhos que levam as pessoas à região do Ajarani, considerando este movimento enquanto historicamente localizado e perpassado por ciclos econômicos do estado de Roraima. Para isso, busco compreender a dinâmica de ocupação da região a fim de mostrar como são heterogêneas as possibilidades de reivindicar a terra nesta localidade. Já no segundo capítulo, analiso etnograficamente a vida do *cutiã*, os que performam ações contínuas de permanecer na terra. Cutiã, termo que tem relação com a cutia, animal de hábitos solitários, é uma figura masculina que experiencia viver na região de diversas maneiras, são o que performam ações contínuas de permanecer na terra. O trânsito de pessoas, as formas de engajamento com a natureza, masculinização do campo, bem como o trabalho na roça, serão explorados enquanto elementos que permeiam esta ação cotidiana de permanecer na terra. Por fim, no capítulo três, discuto as possibilidades de interlocução com o Estado (SIGAUD, 2010), considerado que reivindicar uma terra que está nos domínios administrativos da União atravessa noções de trocas e favores. É também nesta sessão que exploro as categorias nativas *tirar lote* e *abrir lote*.

Algumas convenções textuais se fazem necessárias para melhor organização e leitura do texto. Os nomes de alguns interlocutores foram substituídos por se tratar de pesquisa em porção de terra com desfecho a respeito da titularidade ainda não definido, porém, outros, por se tratar de apelidos muito específicos, foram mantidos. Tomo esta medida considerando as formas locais das pessoas se nominarem e nominarem os outros, uma espécie de criatividade cotidiana que diz respeito a discursos espontâneos e formas de conceber o humor, a fofoca. Em itálico serão gravadas palavras compreendidas enquanto categoria nativa. Quanto ao uso e definição destes termos, pontuo que, para além de algum possível desconhecimento da palavra em meu vocabulário, ou de quais contextos acionar determinadas expressões, estas palavras e expressões nativas foram assim classificadas tanto pela frequência na qual são utilizadas, como por mobilizarem explicações sobre o mundo em que se vive. Nesse sentido, estas categorias nativas são assim entendidas por expressarem capacidades criativas da fala e permearem as práticas sociais que as têm como centrais. Categorias analíticas, bem como conceitos e expressões que são variações analíticas de outros autores serão grifadas “entre aspas”, em especial nas primeiras vezes em que aparecem. Os trechos alinhados à direita, letra tamanho dez e espaçamento simples são citações bibliográficas. Quando se tratar de falas de

interlocutores, mantenho a mesma formatação de citações bibliográficos, e sinalizo a fala por meio do texto.

Capítulo 1. *Aqui na estrada era tudo um deserto mesmo: pioneiros, tuxaua, as febres e as fofocas na produção das relações sócio espaciais na região do Ajarani, em Roraima*

Percorrer os caminhos que levam as pessoas à região do Ajarani, nos leva a focar no processo no qual se acumulam acampamentos, assentamentos, demarcação de terras indígenas e ações governamentais. Para analisar este processo, tomamos como ponto de partida o período da gênese dos grandes projetos de colonização em Roraima, na década de 1970. Período este que conforma a chegada dos primeiros moradores do município de Iracema. Reconstituir a dinâmica de ocupação da região é um ponto necessário para melhor compreender as possibilidades que levaram mulheres e homens a conformar o Acampamento dos Ciganos como forma de reivindicar a terra.

Admitindo as especificidades de contextos históricos e regionais, este esforço de compreensão e gênese tem como inspiração metodológica aquilo que Lygia Sigaud (2010) chamou de sociogênese dos acampamentos como forma social de reivindicar reforma agrária no Brasil⁴. Assim, cada situação será tratada admitindo a diversidade de modalidades de terra e os impactos das ocupações. Para isso, de forma analítica, tomaremos três marcos temporais: colonização politicamente direcionada em Roraima e os surgimentos dos projetos de assentamento (década de 1970); a “corrida do ouro” e a Terra Indígena Yanomami- TIY (década de 1980/1990); por fim, o processo de formação do Acampamento dos Ciganos (anos 2000), que nos permitirá situar como se constitui um assentamento rural na região e a dinâmica de processo de ocupação, bem como seus impactos e a operatória cotidiana da produção social de uma demanda coletiva por terra⁵.

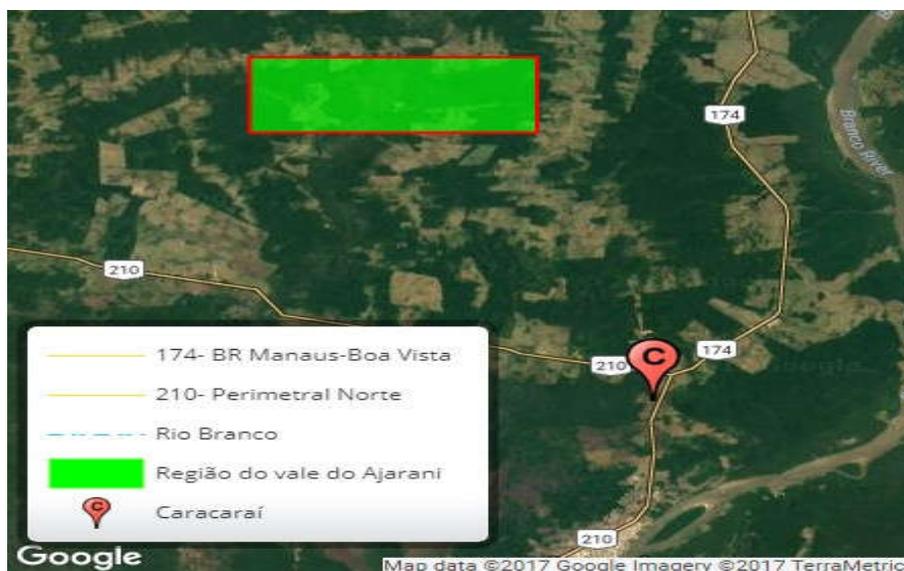
⁴ Lygia Sigaud empreendeu uma pesquisa de caráter histórico e etnográfico a fim de compreender o que conformava uma linguagem social única para a reivindicação de terra em território nacional: a forma acampamento, uma forma de mobilização que conforma uma linguagem de reivindicação. Para isso, como estratégia metodológica, buscava mapear o cenário de como se deram as primeiras ocupações no Brasil e como surgiu a possibilidade de interlocução com o Estado para ocupar e reivindicar terras.

⁵ Em “Tempo de Acampamento”, Loera (2014) elabora uma diferenciação entre ocupação e acampamento, aponta que a primeira marca o momento de entrada na propriedade, já o segundo é inscrito pelas barracas já montadas. A partir da tecnologia de montagem das barracas, pertences da casa e escolhas voltadas para roça, é possível afirmar que tanto ocupação, como acampamento, são vistos enquanto situações provisórias na vida das pessoas que os vivem. Não identifiquei esta situação de provisoriedade entre meus interlocutores, já que descrevem a vivência no acampamento com uma experiência passada. Porém, ainda não tiveram seus lotes titulados pelo Inra, um dos objetivo-fim de um acampamento.

1.1 Amazônia: “do sertão agreste ao verde sertão”

À época de 1970, período dos governos militares ditatoriais, surgiram os programas de assentamentos na Região Norte do Brasil. O conceito de exploração que norteou a construção de projetos foi marcado pela preocupação do território considerado “vazio”. A rede de transportes, pelo Programa de Integração Nacional-PIN- previa a combinação de vias rodoviárias, hidroviárias e áreas para consolidar a ocupação do interior e possibilitar o desenvolvimento da região. A BR-174, rodovia longitudinal que atravessa toda a extensão do estado de Roraima, passando por Iracema, foi construída neste período⁶. Ribeirinhos e indígenas, grupos que tradicionalmente ocupavam a região, não fizeram parte do cálculo deste modelo de desenvolvimento e sofreram diretamente o impacto das ações dos militares⁷.

MALHA DAS RODOVIAS FEDERAIS DE RORAIMA



Mapa III- Malha das rodovias federais do estado de Roraima, produzido pela autora a partir do programa Google maps, 2017.

Politicamente direcionada, a colonização no estado de Roraima, fez parte de um plano governamental que teve seus desdobramentos na criação de Projetos de Assentamento,

⁶ Planejada no regime militar, a Rodovia Federal em formato transversal, foi projetada para atravessar a Amazônia Brasileira desde o Amapá até a fronteira do Amazonas. Integrava os planos do PIN e levou a morte dezenas dos Yawaripë. Em Roraima possui 411 km abertos.

⁷ O relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), no volume II, denuncia todas as violações de direitos humanos que os grupos Yanomami e Wamiri-Atroari sofreram durante a construção das BR no estado de Roraima. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>. Acesso em 13/05/2017.

movimentos migratórios, grandes latifúndios, presença de madeireiros e garimpeiros e demarcação de terras indígenas (marcada por mortes e usurpação de direitos fundamentais dos povos indígenas em Roraima). Esta política teve seus efeitos e desdobramentos também em outros estados brasileiros, como Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A intervenção do Estado Nacional nas políticas de colonização se deu de uma forma específica com a criação dos Projetos de Assentamento. Na década de 1970, as ações dos governantes militares nos territórios faziam parte de um plano geopolítico de colonização e massacre dos grupos que interviessem nestes planos. Na gestão Médice (1969-1974) se instaura o Plano de Integração Nacional- PIN, o II Plano Nacional de Desenvolvimento- PNDs e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia- Polamazônia no governo do general Ernesto Geisel (1975-1979)⁸.

Neste contexto, os projetos de assentamento foram criados no Território do Rio Branco e surgiram povoados ao longo da BR-174. Santos (2010) afirma que deslocamentos oriundos da região sul e, sobretudo, nordeste, conformariam a população que foi trabalhar e ocupar estes projetos de assentamento. Também nesta época surgiria o plano de construção da BR-210, a Perimetral Norte, responsável por cortar os aldeamentos Yanomami. Davi Kopenawa, líder político e xamã Yanomami descreve parte deste processo e as consequências sofridas por seu grupo, segue:

Quando eu era criança, os brancos subiram os rios e começaram a fazer morrer nossos antigos em grande número. Depois voltaram, de avião e de helicóptero. Então suas fumaças de epidemia, mais uma vez, fizeram morrer muitos de nós. Agora, eles tinham resolvido abrir uma de suas estradas até o meio de nossa floresta, e suas doenças iriam com certeza devorar os que tinham sobrevivido (KOPENAWA & ALBERT, 2015, p. 305).

Ainda sobre os efeitos deste modelo de administração, que no caso de Roraima, ainda Território do Rio Branco, era centralizada na aeronáutica, observa-se a vinda de grandes contingentes populacionais da região nordeste⁹. Dos Santos e Damasco (2016) indicam que a criação de projetos de assentamento visava a captação de novos eleitores, uma vez que o

⁸ Soares (2015) aponta que o Plano de Integração Nacional funcionou como uma política de controle de conflitos agrários, bem como uma estratégia de legitimar o governo ditatorial e aproximá-lo da população governada. No período ditatorial, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1965 e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no ano de 1969.

Plano Nacional de Integração- “terra sem homens para homens sem terras”, era o lema do programa que buscava utilizar mão de obra de trabalhadores nordestinos para as vilas surgidas ao longo das estradas construídas.

Plano Nacional de Desenvolvimento- programa de metas e bases que norteavam a ação governamental, orientado por uma política de integração nacional. A agropecuária e a política de energia buscavam promover o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia).

⁹ Território Federal do Rio Branco foi um território federal brasileiro originado do desmembramento do Amazonas e que, dada a constituição de 1988, veio a se tornar o atual estado de Roraima, com a capital Boa Vista.

Território iria ser elevado à categoria de estado. Esta prática já era observada por Militão, que entrevistei em 2015¹⁰:

Eu sou do Maranhão (...) Tem muitas vezes que a gente é obrigado a sair do estado da gente, porque um direito que todos nós temos é de procurar as melhora e isso aí foi o que aconteceu comigo. Cheguei aqui em 72, no dia 22 de novembro de 1972. Aqui eu cheguei e comprei essa área de chão com quase 5 mil metros, daqui até a beira do rio branco, o valor que custou essa terra foi de 2 mil cruzeiros, o dinheiro era cruzeiro. (...) Aí quando pensa que não já chegou um cunhado meu, quando pensa que não já chegou um cunhado dele. E daí foi donde foi aumentando, foi aumentando. Aí tinha o nome de Vilas Novas, aí nesse acidente que teve com a Iracema, que é minha esposa, aí foi que foi feita essa homenagem com o nome de Iracema. É o nome da minha esposa, é o nome dessa cidade. (...) Nessa época eles faziam assentamento no lote dos outros, isso aí aconteceu demais. Agora eu nunca fiz porque eu sempre tive essas terras. Eu não queria mais terras, só essas daqui e estava bom. Aí começou a política e muitos, para ganhar voto, faziam assentamento em cima de outras terras que já tinham dono. Isso aí eu sei bem de pertinho. Sabe como é, tudo é trambique pelo meio, tudo é iludindo o pessoal para ganhar voto. Não de gente de Boa Vista, gente daqui mesmo, só que não está mais vivo o que fazia isso, já morreu, mas fez. O dono não entrega e o cara ficava com o dinheiro, era o que queria, o cara só estava fazendo isso para ganhar voto. Era o que acontecia.¹¹

A promessa de parcelas de terras, a possibilidade de ter um pedaço de chão que fosse seu e a tentativa de escapar de disputas de terra que aconteciam no seu estado de origem, levaram Militão a mudar para o estado de Roraima. No Maranhão, havia o costume de plantar em certas parcelas de terras que fazendeiros da região caracterizavam enquanto “devolutas” que, se fazendo deste mecanismo, expulsavam as pessoas desses locais, impossibilitando-as de trabalharem com a agricultura.

São frequentes em outros contextos etnográficos, relacionados com o mundo rural, o relato das pessoas que se sentiram “enganados” ao se deslocarem dos seus lugares de origem com a promessa de conseguir um pedaço de terra. Smircic (2000), ao descrever a trajetória de uma das pessoas que participou de uma ocupação de terras num engenho açucareiro em Pernambuco, traça a mobilidade das pessoas a partir de uma variabilidade de situações e expectativas. O “ir enganado” também expressa um desconhecimento das pessoas que se deslocam em relação às condições de receber a terra, bem como expectativas frustradas em relação ao que seria de responsabilidade do Estado e não se cumpre.

Esta forma local de deslocamento, que é acompanhada por uma situação anterior

¹⁰ Entrevista concedida em Iracema-RR na realização de pesquisa para conclusão de curso, na Antropologia-UFRR, com o título “Terra só debaixo da unha”- Organização social e modos de produção de uma casa de farinha no município de Iracema-RR”. Militão é um dos primeiros moradores da região e o nome da cidade homenageia sua esposa falecida na década de 1980. Iracema-RR, teve duas designações anteriores: Vila de Iracema e Vila Nova.

¹¹ Há uma consistente produção bibliográfica que trata das questões de migração- Nogueira (2010), Sayad (1998), Woortmann (2009), Menezes (2010), Garcia Jr., 1989)-. Aqui, com inspiração em Lombardi (2009), pensamos nos deslocamentos que estão presentes em toda região amazônica, sem adentrar na discussão acerca do conceito de “migração.”

na qual houve um processo de expulsão promovido por oligarquias agrárias no estado do Maranhão, como mostrado nas palavras de Militão, informa a experiência das pessoas no curso destas mudanças. Em pesquisa de campo que analisa o curso migratório realizado por trabalhadores rurais da Argélia em direção à Paris, na França, Sayad (1988) trata das narrativas sobre as “qualidades da terra”. Ao que me parece, não apenas as condições econômicas e conflitos regionais surgem como justificativas para migrar, mas a própria capacidade, qualidade da terra em “segurar as pessoas”.

Privilegiando as trajetórias de deslocamento de seus interlocutores de pesquisa, Nogueira (2010) trata do trânsito de pessoas entre famílias sertanejas do sul da Bahia, em direção a região sudeste do Brasil. A autora compreende estes processos de deslocamento enquanto uma modalidade específica de prática migratória. Uma vez estabelecida a rota de deslocamento entre diferentes espaços, são acionados outros específicos tipos de trânsitos. A saber de bens materiais e simbólicos, e pessoas. Desta maneira, o que Nogueira (2010) chama de “territórios de vida” considera terra não apenas como suporte para ações das pessoas, mas enquanto construído no deslocamento, nas redes de trocas, na circulação de objetos, coisas, pessoas e dádivas.

A vinda de Militão à Roraima constitui um caminho que seria percorrido por parentes, amigos e conhecidos. Uma extensa rede de pessoas vindas do Maranhão, estado de origem de grande parte das pessoas que se deslocaram para Roraima nesta época¹². A observação da mudança das paisagens acompanha as descobertas de uma nova morada. Era habitual as novas vilas surgirem ao longo da BR-174. As pessoas acompanham a estrada, e a estrada levava as pessoas a traçarem seus caminhos. Na época em que era só *mato* e não havia nenhuma estrada asfaltada, o sentimento de abandono marca parte das falas e lembranças do período. As pessoas que habitavam as margens da BR-174 só tinham atendimento médico de 20 em 20 dias, não havia escolas, febre amarela e malária assolavam a população e muitos chegaram a óbito, inclusive um dos filhos de Militão.

Estas condições locais, muitas vezes, eram desconhecidas pelas pessoas que buscavam morar na região e diziam terem vindo *enganados*. Loera (2015), busca compreender o universo de possibilidades e trajetórias das pessoas que as levam a participar de acampamentos no estado de São Paulo, ou no que ela chama do mundo das ocupações de terra.

¹² Em “Nordeste em Roraima: migração e territorialização dos nordestinos em Boa Vista”, Vale (2014) analisa a organização social centrada numa rede de apoio que levava vários nordestinos a se deslocarem para Roraima. Sua análise busca compreender as múltiplas trajetórias dos sujeitos, compreendendo estes deslocamentos em suas dimensões políticas, sociais, simbólicas e o papel da migração dada a abertura da fronteira na região equatorial amazônica.

Nesta etnografia, acampamento aparece como uma tecnologia que exige um *know how*, um conjunto de experiências e saberes, que possibilitam as pessoas a realizarem os movimentos de ocupação de terra. E conforme a autora destaca, o sentimento de sentir-se *enganado*, é perpassado por duas situações: o abandono de toda uma vida, um local de moradia, em busca da terra e as expectativas frustradas que se concretizam com a vivência de situações não esperadas, não planejadas. Ao ter a possibilidade de receber uma parcela de terra não concretizada no tempo e nos moldes que desejavam, as pessoas sentem-se *enganadas*.

A permanência das pessoas ao longo da BR-174 passava por situações de enfrentamento, seja no que concerne ao difícil acesso ao local, como também o cenário de disputa territorial, no qual os grupos indígenas Yanomami sofreram com a presença de não-yanomami, como também com a construção das estradas, e a relação com os *pioneiros* não se mostrava amistosa¹³. *Pioneiros* e *colonos* aparecem enquanto expressão nativa em diversos contextos etnográficos: Lombardi (2009), Cordeiro (2015). *Pioneiro* é um termo, no caso da região do Ajarani, sobretudo direcionado a homens e designa aqueles que chegaram antes dos projetos de colonização. *Colono* é quem mora no local e trabalha na terra. A medida do tempo da chegada não carece desta anterioridade, como no caso dos pioneiros. O acesso à terra é outro diferenciador, uma vez que colonos compram ou recebem lotes do Estado através do INCRA e pioneiros chegam numa situação anterior à abertura dos lotes. A abertura de *picadas*, ou seja, a transformação da paisagem, a retirada da mata, abertura das vicinais e limpeza dos lotes, atravessa a experiência de ambos. Ainda sobre esta relação com os Yanomami que se mostrava conflituosa, em 1973, por exemplo, houve um ataque realizado pelos índios que moravam na região do Ajarani. Militão narra o ocorrido da seguinte maneira:

Foi em 73. Vieram por aí, arrodiam, mas também não mexeram com ninguém. Mas metade do pessoal saiu daqui, da vicinal. Da vicinal não, da estrada. Morava nessas terras que tinha um núcleo de gente, só nessas terras mesmo que tinha pouca gente. Eu combinei com os outros: rapaz, eu não vou sair daqui não.

Essa situação ilustra os desdobramentos e as consequências destas políticas predatórias de colonização, uma vez que a organização sócio territorial que existia

¹³ No livro “A queda do céu- palavras de um xamã yanomami”, Kopenawa & Albert falam do tempo que o primeiro subgrupo Yanomami, o *Yawari*, teve contato com os *brancos*, as epidemias e violências, consequência deste contato são detalhadas em sua narrativa de vida e do aprendizado xamânico. Em nota de rodapé, na página 654, lê-se: “O território desses índios se situa no extremo sudeste das terras yanomami (rios Ajarani, Repartimento e Apiaú). Trata-se provavelmente de um quinto subgrupo linguístico yanomami (ver Migliazza, 1972, p. 35). Os outros Yanomami nomeiam-nos *Yawari*, termo que designa os espíritos aquáticos entre os Yanomami ocidentais (Mattéi-Müller, 2007, p. 385). Em 1967, foram vítimas de uma grave epidemia de sarampo, e seu território já era visitado desde a década de 1950 por missionários e madeireiros (Figueiredo Costa, 1967). Estimados em 102 antes da abertura da estrada (mas depois do sarampo de 1967), tinham sido reduzidos, em março de 1975, a 79 pessoas (Ramos, 1979). Não passavam de 76, 25 anos mais tarde (recenseamento inédito, N. Farage, jul. 1999).

anteriormente na região não foi respeitada, muito menos avaliada. A ideia balizadora de olhar para Amazônia enquanto território “vazio” a ser conquistado, explorado, ocupado, direcionou a construção dos projetos que tratamos anteriormente. As condições precárias para os que chegavam, eram acompanhadas dos aldeamentos invadidos e violência sofrida pelos Yanomami. A disputa territorial, as sobreposições de terra vivenciadas por Militão e pelos primeiros *pioneiros* viria a ser característica daquilo que configuraria a lógica sócio espacial da região.

A decisão de sair ou não da estrada aponta que as suas condições de existência, suas formas de ocupação e os caminhos percorridos pelas pessoas perpassariam as percepções e as formas que elas produziram o espaço – “Aqui na estrada era tudo um deserto mesmo”-. Deserto este que estava sendo reivindicado por aqueles que eram moradores que resistiam à sua desestruturação sociospacial, os Yanomami. Quando perguntado sobre os Projetos de Assentamento da região, como Ajarani, Roxinho, Maranhenses, a percepção que Militão tinha em relação aos usos dos espaços era a seguinte:

O Ajarani é só dos índios, o Roxinho não, e aqui Apurú, Iracema e muita gente dessa BR. Esses eu tenho consciência que eles fizeram assentamento.

A estrada conduziu à exposição das pessoas a possibilidades bastante diferenciadas, o que nos leva a melhor compreender as formas de organização das futuras ocupações e lógicas socioterritoriais. Lombardi (2009) pesquisa trajetórias das pessoas na construção da Transamazônica. Em seu trabalho, o modo de ocupação da terra que os pioneiros vivenciam atravessa uma situação na qual a proximidade com áreas de mata rodeia as áreas de ocupação das novas vilas e estradas. Ou seja, uma proximidade entre estrada e mata.

As condições de acesso à terra, para os *pioneiros*, passavam, primeiramente, por um processo de deslocamento, pela descoberta de uma região muito diferente do seu local de origem, bem como disputas territoriais, doenças e lama. Vir *enganado* traduz um sentimento daqueles que vivenciaram esse tipo de experiência na busca pela terra e por condições melhores de vida, na fala de Militão:

É, aí uma coisa tudo tem uma serventia. Eu saí do estado do Maranhão, do meu estado, eu não tinha nenhum sonho de ser o primeiro pioneiro de uma cidade aqui no estado de Roraima. Então hoje eu fico pensando, até me orgulho de acontecer isso. Porque eu conheço que todos nós não viemos fazer Roraima, mas aumentar a população de Roraima. Aí passou eu ser o primeiro pioneiro dessa cidade de Iracema.

Quando infectados pela malária, a opção era aguardar o atendimento pelo Batalhão de Engenharia de Construção-BEC, num posto construído pela população local. Porém, quando

o atendimento era tardio, o óbito era recorrente. A época do inverno, com as volumosas chuvas da Amazônia, dificultava os deslocamentos, atrasava a entrega de medicamentos e mantimentos. A troca de favores entre os militares do BEC e a população local ocorria num cenário de estradas lamacentas, locais de difícil acesso e sem redes de comunicação telefônica. Assim, num caso contado por Militão, em uma ocasião ajudou a resgatar um motorista e o recebeu durante três dias em sua casa. Tempos depois, o motorista, um soldado, juntamente a um capitão, e um coronel, foram pagar o favor, selando assim uma relação de confiança. Militão recusou o pagamento, afirmando somente ser necessário uma ajuda com o transporte das pessoas e uma escola para cerca de dezesseis crianças que não tinham acesso à educação. Dentro de quinze dias eles iniciaram a construção da escola que foi inaugurada em 1974.

A distribuição de terras situada na lógica da prática de troca por votos está relacionada com a criação de colônias agrícolas, projetos de assentamento e os povoados que surgiram ao longo da BR-174. Em obra clássica, “Coronelismo, enxada e voto”, Victor Nunes Leal (1976) aponta que a emancipação municipal em relação às esferas federais do poder teve efeitos específicos na vida política do interior do Brasil. O autor identifica o que chama de “estrutura agrária” como uma série de condições e cenários políticos, econômicos, relações de prestígio e reciprocidade, e estabelecimento de chefes situacionais que configuram as lógicas de distribuição de propriedades e conformam as classes no contexto rural brasileiro.

Ainda de acordo com este autor, a vida política no interior é muito informada pelos arranjos da política municipal, uma vez que grupos locais se arranjam e organizam em torno do objetivo de acessar posições e postos na administração pública. Em situações nas quais os chefes municipais financiam até mesmo os gastos dos eleitores no processo de votar e tirar documentos, uma ética especial é acordada. Votar naqueles que forneceram algum tipo de auxílio é o esperado nesse tipo de relação. Um outro aspecto interessante identificado na análise de Leal (1976) é perceber a maneira que a política de Estado toma forma a partir das decisões do chefe situacionista local.

Isto posto, consideremos o repasse de terras situado em situações de troca de votos, favores. A hipótese é de que esta prática tenha inaugurado o que Sigaud (2010) identificou como a possibilidade de homens e mulheres ocuparem terras e requerê-las junto ao Estado. Este exemplo de troca de favores que ocorreu entre os militares e a população da vila de Iracema, é um do que parecia ser uma prática comum entre uma rede de pessoas e os agentes estatais.

Como *pioneiro*, aqueles que abriram as primeiras *picadas*, tiveram coragem de se meter no mato, aumentar a população, demonstram orgulho de assim serem reconhecidos. Esta categoria é presente num amplo domínio de discussões antropológicas, nos mais diversos

contextos etnográficos: Lombardi (2009) no Pará e Cordeiro (2015) em Rondônia, por exemplo. Como *pioneiro*, Militão era uma pessoa localmente conhecida: “eu era como é que se diz, o Tuxaua daqui, eu que era o administrador, eu tinha que estar pelo meio ajudando”, cortou a faixa inaugural da escola construída pelos soldados do BEC e organizada transporte para consultas médicas em Boa Vista¹⁴. *Tuxaua*, no contexto de Iracema, pode ser compreendido como uma figura influente no local em que se mora, detentor de poder político, com habilidade de transitar pelo universo dos políticos, e reconhecido socialmente como pessoa que pode resolver problemas do cotidiano e fornecer ajuda para adquirir remédios, fazer consultas médicas, garantir vaga escolar para crianças, fornecer transporte e instrumentos de trabalho.

Esta rede de troca de favores tomou formas específicas na época do regime militar. Nos contextos pós ditadura, estas situações aparecem, por exemplo, no fornecimento de energia elétrica, que tinha como fonte motor a diesel, foi feita pelo prefeito de Caracaraí, município vizinho a Iracema. As professoras da escola, vindas de Boa Vista. A posição enquanto *Tuxaua* local amplia esta rede de favores na medida em que são acionados valores como confiança e honra. Estar relacionado ao nome de uma pessoa que tem a capacidade de conformar relações e novas redes de troca, retribuição e dívida, permite a expansão das redes daquele que se associa, que é indicado No Ajarani, a capacidade de articulação junto a autoridades administrativas, projeta imagens de prestigiosos líderes locais.

Os *pioneiros*, que na percepção deles, vieram não apenas fazer Roraima, mas aumentar a população, conformam uma forma particular de ocupar a terra e se relacionar com os agentes estatais. As formas de reivindicar demandas sociais ao Estado atravessam uma série de relações marcadas por confiança, desconfiança e troca de favores. A disposição das primeiras ocupações acompanha os caminhos para onde a estrada levava. Lombardi (2009) aponta que na política de ocupação voltada para a Amazônia, as pessoas tiveram modos específicos de produção de lugares, o que resultou numa paisagem específica. No que diz respeito aos contextos rurais amazônicos, os lotes, em sua maioria, são dispostos paralelos às vicinais, formando uma figura que lembra uma espinha de peixe.

Esta política recente de colonização viria a marcar as disposições, usos e formas de exploração da terra na Amazônia. Vimos que o papel das pessoas na produção destes lugares foi delineado, sobretudo, nas situações de enfrentamento, coragem de se meter no *mato* a

¹⁴ No cenário indígena amazônico, esta palavra é de tronco linguístico Tupi e designa pessoas com graus específicos de influência política. Elementos como capacidade de professar discursos, as relações de parentesco, o grau de generosidade e as relações mantidas com outros tuxauas, perpassam a vida política de um tuxaua. No cenário roraimense, pode ser utilizada em diversos contextos, por exemplo, para designar chefes de repartições públicas, donos de estabelecimentos comerciais, diretores de escola.

despeito de ter vindo *enganado*. A narrativa de abandono marca a percepção de ter vindo *enganado*, ou seja, um sentimento que não se restringe ao deslocamento das pessoas e ida para novos lugares desconhecidos. Para além disso, dita expectativas a respeito de gestões administrativas locais que foram frustradas, uma espécie de abandono institucional que marcou a experiência destas pessoas que vieram, mesmo que *enganadas*, varar o mato *bravo* e constituir um local de morada.

1.2 O eldorado roraimense: garimpo, roça e cidade

Esta terra nunca foi vazia no passado e não está vazia agora! Muito antes de os brancos chegarem, nossos ancestrais e os de todos os habitantes da floresta já viviam aqui. Esta é, desde o primeiro tempo, a terra de Omama. Antes de serem dizimados pelas fumaças de epidemia, os nossos eram aqui muito numerosos. Naqueles tempos antigos, não havia motores, nem aviões, nem carros. Não havia óleo nem gasolina. Os homens, a floresta e o céu ainda não estavam doentes de todas as coisas (KOPENAWA & ALBERT, 2015, p. 253)

Num complexo de relações diversas com a terra, a região do Ajarani (mapa na introdução), em Iracema-RR, se mostra múltipla ao abarcar numa mesma macrorregião grupos indígenas Yanomami, fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e colonos. Há de se notar o trânsito entre garimpo-roça que transpassa a trajetória de grande parte dos colonos. A maioria dos colonos já teve alguma experiência de trabalho no garimpo e, continuamente, realizam câmbio entre estas duas atividades. Por isso, analisar este período de intensa produção aurífera no estado é essencial para compreender parte dos caminhos percorridos por meus interlocutores, bem como as atividades que estão em seu universo de possíveis (SIGAUD, 2010).

As fronteiras que delimitam seus espaços territoriais são permeáveis tanto no sentido físico, como simbólico. Em se tratando dos limites do Projeto de Assentamento Ajarani, há presença de fazendeiros, colonos, madeireiros e trânsito de grupos Yanomami, como pude observar em duas ocasiões nas quais encontrei grupos percorrendo as vicinais. Assim, aqui busco compreender esta dinâmica local que abarca diversos sujeitos, intenções e usos da terra.

Os deslocamentos para o estado de Roraima perduraram nas décadas de 1980 e 1990. Impulsionados, mormente, pela “corrida do ouro”¹⁵. Nesta época, ocorreu a maior produção aurífera da história de Roraima. A extração dos minérios em terras dos Yanomami

¹⁵ Existe uma vasta literatura sobre mineração na Amazônia, a este respeito, conferir: “At the end of the rainbow: gold, land and people in the Brazilian Amazon, Macmilian (1995); “Yanomami em tempo de ouro: Relatório de pesquisa”, Ramos Org. (1986), “Xawara: o ouro canibal e a queda do céu- Depoimento de Davi Kopenawa”, Albert (1990) e levantamentos disponíveis na página do Instituto Socioambiental: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4016>. Acesso em 14/05/2017.

agregava mais de 40 mil garimpeiros. A atividade impulsionou a construção de várias pistas de pouso clandestinas e os grupos Yanomami morriam de várias doenças, como sarampo, por exemplo, e eram intoxicados pelo mercúrio utilizado na extração do ouro, situação que perdura até os presentes anos 2000¹⁶.

Uma característica histórica e que se reflete na divisão política dos domínios territoriais de Roraima é a presença de vários grupos indígenas. Cerca de 46% da extensão territorial corresponde a terras indígenas. Algumas terras ainda estão em processo de demarcação, como a Anaro dos Wapichana, por exemplo. Neste cenário e dinâmica territorial, há de se notar o ciclo econômico que marcaria as estruturas territoriais, os deslocamentos populacionais para o estado de Roraima, a “febre do ouro”.

Febre, seu sentido etimológico remonta ao latim *febris*, relacionado a *favore*, aquecer, queimar. Estado mórbido caracterizado pela aceleração do pulso e aumento do calor, grande perturbação de espírito, exaltação, ânsia de possuir. Em certo sentido, a “febre do ouro” pode ser apreendida em todos estes significados. Um estado de perturbação, uma ânsia de possuir e enriquecer no eldorado roraimense. Um sonho, uma exaltação.

Um sentido de apreensão e sentidos de modalidades febris é dado a partir da experiência Yanomami¹⁷. Estas modalidades febris de dissipação de potências destrutivas, perpassam as febres que acompanham os sentidos do garimpo: a febre do desejo pelo ouro, a febre da malária, a febre da terra que arde destruída. O recado da floresta sobre uma terra que passa a arder em febre, é também um exemplo de ciência-reversa em ação na história. E neste mundo que arde, todos nós compartilhamos um desfecho potencialmente destrutivo.

Em Guedes (2013) que pesquisa questões de mobilidade e suas múltiplas dimensões em Minaçu, no norte do Goiás, a atividade garimpeira é identificada como uma forma específica de lidar com a terra que, além de atravessar a lógica das mobilidades, se intercala com as

¹⁶ Matéria referente à operação que aliou Ibama e Funai contra o garimpo ilegal na TIY: <http://hutukara.org/index.php/noticias/garimpo-ilegal-documentos/833-bom-dia-brasil-garimpo-ilegal-na-maior-reserva-indigena-do-pais-e-alvo-de-operacao>. Acesso em 14/05/2017.

¹⁷ “A queda do céu” (KOPENAWA ALBERT, 2015) fala da existência de vários mundos. Para os Yanomami, há vários níveis de alteridade que definem a relação com o mundo dos brancos. Branco, neste contexto, é uma categoria que não se refere à cor da pele ou a qualquer outro aspecto de traços étnicos, mas à sociedade não-indígena e não-yanomami. Kopenawa oferece uma compreensão nativa do sistema macrossocial dos brancos, uma teoria crítica do outro e tem uma definição específica para capitalismo. O estranho que chega e promove a destruição da terra e da floresta criada por “Omama”, demiurgo Yanomami, é tido como um animal voraz, “comedor de terra”. Como “porcos-do-mato” promovem a alteração da paisagem por meio de suas escavações na terra e pela utilização de mercúrio nos rios. Os cantos dos “xapiri”, espíritos e animais ancestrais, que habitam a floresta desde o “tempo outro” se silenciam. A floresta é tomada pelo barulho das escavadeiras e das máquinas que iriam construir a Perimetral Norte, ou parte dela. A floresta, adoecida pela “xawara”, epidemia trazida pelos dos brancos com poder destrutivo, causa febre naqueles acometidos por ela.

atividades na roça e em outras ocupações. Ao explorar etnograficamente os diversos sentidos que *febre* assume, percebe que a dinâmica que acompanha a descoberta de uma nova área rica no mineral dourado provoca um alvoroço, atraindo pessoas, mobilizando expectativas e promovendo deslocamentos.

O dinheiro do garimpo pode ser considerado como fácil, se comparado com o trabalho na lavoura, por outro lado, é uma possibilidade de rápida ascensão social. A *febre* do ouro é também a *febre* da malária, daquilo que se carrega no corpo. *Febre* aparece enquanto modo descritivo daquilo que o autor chamou de “modalidades febris de dissipação de riqueza”, ou seja, do garimpo que altera cursos de mobilidade e atividade que atrai pessoas. Sobretudo quando corre a notícia de uma nova área, mais rica que outras já conhecidas.

A *febre*, enquanto referencial da economia das relações entre pessoas e lugares, também aparece como paixão no trabalho de Guedes (2013). Lembrança dos dias de trabalho no garimpo e ganhos conquistados, bem como as experiências que estes ganhos financeiros proporcionavam. Nos modos distintos de engajamento com a exploração aurífera, o garimpo aparece enquanto elemento que altera paisagens, seja nas aberturas cheias de lama e cascalho revirado, como nas vilas urbanas nas quais sua *febre* deixa para trás mercados que faliram, clubes de festa que fecharam.

A Perimetral Norte já aproximava os não-yanomami dos domínios territoriais indígenas desde a década de 1970. Porém, o que se configura nos idos do eldorado foi uma verdadeira invasão de seus espaços, suas casas, suas vidas, seus animais. Uma onda de mortes, doenças, intoxicação por mercúrio, assassinatos, estupros. A violência para com os Yanomami marcou a riqueza de alguns, a espoliação de outros e o genocídio dos indígenas.

Como apontado por Verdum (1995), a documentação referente aos Yanomami do vale do Ajarani, até meados do século XX, são escassas e imprecisas (ver nota de rodapé 15). Os relatos são, em sua maioria, de pessoas que estavam passando pela região e cumpriram curtas estadias, todos relacionados, de algum modo, ao trabalho missionário, sendo eles: Meyer, Lizot, Migliazza e Cocco (DA SILVA, 2014). Ramos, Lazarin, Gomez (1985), Verdum (1995), Farage (1999), Da Silva (2014), Da Silva (2015), Kopenawa & Albert (2015) são referências aqui utilizadas a fim de entendermos as consequências de dois grandes acontecimentos, que sejam a construção da Perimetral Norte (com consequente chegada de madeireiros e fazendeiros) e a “febre do ouro” em Roraima, e seus impactos na vida dos Yanomami.

A riqueza mineral presente em território Yanomami é um elemento que está diretamente relacionado com o contato deste grupo com a sociedade envolvente. Daí, apreende-se as inúmeras e sucessivas tentativas de invasão de seus domínios territoriais a fim de

exploração dos minérios existentes. Ramos, Lazarin, Gomez (1985) apontam que diferentes contextos interétnicos têm como consequência desdobramentos diversos e particulares. No trabalho realizado por estes pesquisadores, apontam os diversos efeitos e impactos da atividade aurífera na região. Entretanto, apontam que as especificidades devem ser observadas e apresentam as atividades dos Xiriana e seu envolvimento com o garimpo, chegando a praticá-lo¹⁸.

A presença dos garimpeiros, de início, marca a chegada de doenças como gripe, tuberculose e doenças venéreas. Os Xiriana passam a aprender a atividade com estas pessoas, inúmeras vezes tendo sua mão de obra explorada e seus domínios territoriais invadidos. Cientes da invasão, colaboraram com a expulsão dos invasores de seu território e então passaram por um processo de transmissão de conhecimento a seus parentes. Nesta época era observada a irresponsabilidade da atuação da FUNAI em relação a estes grupos. As denúncias de assassinatos, abusos sexuais e desonestidades em transações comerciais eram existentes.

Ramos, Lazarin, Gomez (1985) apontam que, mesmo realizando a atividade de extração de ouro em seus domínios territoriais, os Xiriana deram prioridade às obrigações tradicionais, como as práticas de hospitalidade e sociabilidade, o trabalho na roça e as atividades de pesca e caça. Com os lucros obtidos através da venda do minério, era possível obter produtos industrializados e de limpeza. No relatório de pesquisa é apontado que:

(...) existência de alguns preceitos que regem o sistema de direitos e obrigações no contexto do garimpo. Enquanto que uma dessas normas são, também vigentes em garimpos de brancos, como a dos direitos prioritários do primeiro a chegar, outras são nascidas do processo de apropriação que fazem os Xiriana de um novo conjunto de técnicas e relações que lhes eram desconhecidas há menos de trinta anos. Nos contatos intercomunitários, a garimpagem veio juntar-se a práticas rituais e sociais que conectavam e continuam conectando aos muitos grupos locais Yanomami, numa vasta rede de interação que cobre enormes distâncias e mantém vivos os vínculos tribais (RAMOS, LAZARIN, GOMEZ, 1985, p. 47).

A diferença que marca a atividade aurífera dos Xiriana, em primeiro lugar, é a de acesso. Não estando em domínios territoriais invadidos, mas naqueles que lhes são por direito, Ramos et al. (1985) definem esta atividade enquanto prática acessório, ou seja, não exigia longas jornadas de trabalho. É também apontado no relatório de pesquisa que as poucas gramas de ouro garimpadas forneciam moeda de troca mais rapidamente acessível. Se comparado com as atividades de troca de algodão para redes, jamaxins (cestos atravessados nas costas, muito

¹⁸ À época do relatório de pesquisa, os Xiriana somavam 200 pessoas compondo, juntamente com os Xiriana do vale do rio Mucajai, os Yawarib do rio Ajarani, os dispersos Yanomam, os Yanomamö do estado do Amazonas e os Sanumá do rio Auaris, o grande grupo Yanomami (RAMOS, LAZARIN, GOMEZ, 1985, p.11).

utilizados por garimpeiros), trabalhos em fazendas e garimpos de não-yanomami.

Esta possibilidade de troca mais rapidamente acessível (o trabalho de extração de poucas gramas de ouro necessárias para obter produtos industrializados) permite a maior dedicação ao tempo de trabalho em atividades da comunidade. Guedes (2013) indica as qualidades temporais que atravessam a percepção dos ganhos no garimpo, um dinheiro que vem rápido. Que também aparece enquanto moeda rápida nas situações de troca, uma vez que servia de referencial monetário para produtos e serviços pagos por garimpeiros. No caso dos Xiriana, a atividade é apontada como subordinada em relação aos aspectos econômicos, sociais e culturais.

É relevante perceber que quando se fala em Yanomami, estamos nos referindo a um complexo com população estimada em 33 mil pessoas divididas em cerca de 640 comunidades (KOPENAWA & ALBERT, 2015). Assim, quando apontado o aprendizado da extração do ouro pelos Xiriana, um subgrupo Yanomami, não se pode generalizar e estender esta atividade aos demais grupos. Como mostrado, a chegada da garimpagem é acompanhada pela chegada de doenças, diversos tipos de violência e exploração de mão de obra indígena. Um trecho do relatório de pesquisa (1985) mostra como, a partir da vida ritual, da ética e estética da hospedagem entre os diversos grupos, pode-se observar algumas diferenças:

Caxiri na boca dos Yanomam, aos olhos dos Xiriana, é sinal de perigo. Estes argumentam que os outros não estão acostumados, não sabem beber e quando bebem querem brigar, têm que ser tratados com cuidado. A tensão aumenta. Também aumenta durante certos momentos dos diálogos cerimoniais, quando emergem acusações de magia responsável pela morte da pessoa festejada. Na experiência dos etnógrafos dos Yanomami, isto não surpreende, pois festa sem tensão não é festa.” (RAMOS, LAZARIN, GOMEZ, 1985, p. 41)

No que diz respeito aos efeitos da construção da Perimetral Norte no subgrupo Yawaripë, da região do vale do Ajarani, Farage (1999) elabora um detalhado panorama da região que aponta práticas indigenistas que se utilizavam de táticas denominadas frentes de atração, acarretando em promoção de deslocamento dos Yawaripë a fim de dar continuidade do processo de colonização¹⁹:

¹⁹ Os Yawari [ou Yawaripë], subgrupo Yanomami, tem suas habitações relativamente próximas ao Rio Ajarani, cujo território foi cortado pela construção da Perimetral Norte (BR-210) no início da década de 1970. As casas, diferente de outras aldeias Yanomami que não formam um círculo concêntrico onde habitam todas as famílias, são na realidade diversas casas espalhadas pelo território, além de uma cobertura coletiva onde são colocadas as redes, uma construção destinada ao depósito, e outra destinada a escola. A disposição das casas no território não obedece a um parâmetro rigoroso de distanciamento entre elas. Cada núcleo familiar constrói sua casa próxima às

A tentativa militar de colonização da Amazônia fez-se, evidentemente, acompanhar de uma política indigenista consoante. Inútil seria sublinhar que o regime militar conferia à sua prática indigenista um teor assimilacionista, que confrontava mesmo a legislação indigenista que produzira, seja através do texto constitucional – que, em seu artigo 198, reconhecia o direito das populações indígenas às terras por elas imemorialmente ocupadas -, seja através do recém-criado Estatuto do Índio (Lei nº 6.001 de 19.12.1973) (S.Davis, 1977:133-134) (FARAGE, 1999, p. 5).

Quanto à atuação oficial no que se refere ao grupo Yawaripë, medidas foram tomadas apenas após o contato com os trabalhadores da construtora Camargo Corrêa, responsável pela construção da BR-210, a Perimetral Norte. Farage (1999) aponta que o contato deste grupo com os não-indígenas já se fazia presente. Muitos dos trabalhadores da construtora forneciam açúcar e objetos industrializados para os indígenas, no intuito de não sofrerem ataques enquanto trabalhavam. No laudo, segue:

Havia aldeia, portanto, "*instalada exatamente na rota da estrada*". Providências oficiais, entretanto, só foram tomadas quando a população Yawaripë já estava em contato intensivo com os trabalhadores da construtora Camargo Corrêa, encarregada da construção da BR-210, com duas serrarias implantadas no local, além de alguns pequenos colonos que já chegavam. Epidemias, trazidas pelo processo descontrolado de contato, já faziam número considerável de vítimas: de 1974, quando N.Cape estimou em 102 indivíduos a população Yawaripë no vale do rio Ajarani, a meados de 1975, a população Yawaripë sofrera 23 baixas, reduzindo-se a 79 indivíduos (K.Taylor, 1979:76) (FARAGE, 1999, p. 6)

A intrusão em território Yanomami dada pela construção da Perimetral Norte teve efeitos nos modos Yawaripë de circulação e ocupação do território. Da Silva (2015) indica que a intrusão acarreta em processos de confinamento que corrompem as redes de relação entre as aldeias, as festas e a atividade de caça. Esta, que necessita de grandes áreas não desmatadas, acarreta o esgotamento de fontes proteicas aos indígenas. Deste modo, o esgotamento de alimentos promove a submissão destes grupos ao fornecimento de alimentos por não-yanomami, gerando relações de dependência. Ou seja, o que antes poderia ocorrer no âmbito de trocas (Yawaripë- não-yanomami), passa a ser configurado pelo ordenamento monetário: “Esse processo abrange dois aspectos: o da sedentarização, pois não conseguem mais caçar, e tornam-se dependentes dos produtos regionais para sobreviver; e a inserção do trabalho, já que precisam monetarizar-se para adquirir esses produtos (DA SILVA, 2015, p. 54).”

Posteriormente, tendo a atividade garimpeira regulada pelo Governo Federal, o garimpo tem seu declínio acompanhando pelo aumento das atividades pecuárias, de agricultura e extração de madeira. Barone (2008) afirma que o excedente de ocupação – causado pelo

habitações pré-existentes de sua família. Na forma concêntrica de habitação, o centro da aldeia é destinado às atividades coletivas, principalmente aquelas relacionadas aos rituais que fazem parte das atividades e da cultura Yanomami. Já na formação Yawari o centro desloca-se para os espaços coletivos, onde se apoiam as redes (...) (DOS SANTOS, 2015, p. 61)

declínio da atividade aurífera- foi direcionado par as terras nos projetos de assentamento. A demarcação da TIY ocorre somente na década de 1990, entretanto, a presença de fazendeiros na região do Ajarani era marcada pela resistência ao processo de desintração²⁰.

O litígio da situação se configurou em 1992, tendo seu deferimento do pedido de perícia antropológica sete anos depois. O laudo foi realizado pela antropóloga Nádia Farage²¹. A pesquisadora respondeu os quesitos elaborados tanto pelo autor (fazendeiro que resistia à desintração), como pela FUNAI, e apontou que a situação de conflito e pressão sobre as terras indígenas Yanomami ocorrem desde a construção da Perimetral Norte, na década de 1970. Afirmou a pecuária como atividade central à época da desintração. Isto posto, percebemos que o impacto da frente de expansão no território Yanomami é marcado, sobretudo, pela construção da Perimetral Norte, presença de madeireiros e fazendeiros e, o mais impactante, a extração de minérios.

Em “Vida garimpeira: garimpo de Roraima- década de 80”, Silva & Oliveira (2016) realizam um estudo de caso que analisa o impacto da atividade aurífera na vida das pessoas que vivenciaram esta época. O garimpeiro é apresentado como uma pessoa, normalmente de origem nordestina, à procura de um sonho, uma possibilidade de trabalhar e o sonho dourado da fortuna.

Ser garimpeiro, como apontado no texto, é traçar caminhos, caminhos que levam ao ouro. A chegada à terra desconhecida, para realizar uma atividade que, no caso de Roraima, foi marcada sobretudo pela ilegalidade, pela irregularidade, pelas sombras e pelo tráfico. Uma atividade que nunca chegou a ser, de fato, regularizada, destarte a Lei 7.805 de 18 de julho de 1989, que institui o regime de permissão de lavra garimpeira. Os que tinham desejo de procurar riquezas na mata, muitas vezes encontravam as intempéries da vida, doenças e até mesmo a morte:

A figura que caracterizava o garimpeiro em Roraima era o do nordestino que, quando chegava na “área”, se não era “dono da pista”, nem de maquinário, era chamado de “blefado”, que só tinha passagem de ida e alguns objetos pessoais. Vinha trabalhar nas terras de alguém para adquirir ouro e experiência, desconhecia as técnicas do trabalho e, por isso, cometia erros, às vezes fatais. Quando dava sorte trazia sorte para o barraco, em pouco tempo era um “bamburrado” (pessoa cheia de ouro), já podia vir para a cidade com seu ouro. Isso se dava de acordo com a sorte de cada um, podia variar de quatro a seis meses de trabalho árduo, ou até anos (Silva & Oliveira, 2016, p. 120)

²⁰ Desintração é um mecanismo Legal que visa a retirada de pessoas não indígenas dos domínios de uma área indígena recém demarcada. Conferir: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoed/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em 23/08/2017.

²¹ As informações referentes à perícia antropológica estão disponíveis em: <http://www.hutukara.org/index.php/noticias/tiy-ajarani-invasao-dos-fazendeiros>. Acesso em 14/05/2017.

Em campo, mesmo se tratando de contexto pós auge da febre do ouro, ainda é possível observar o câmbio entre atividades relacionadas ao garimpo, à agricultura e os serviços em centros urbanos. Ou seja, a tríplice garimpo-roça-cidade. E aqui também poderia incluir as atividades madeireiras. Esta tríplice implica em transições de ambientes, de relações de trabalho, de trocas e formas de se fazer dinheiro. O trânsito entre estas atividades aproxima as fronteiras que parecem separá-las. Ainda é presente o interesse pelo garimpo, pela magia do ouro. Numa das casas visitadas, um dos colonos possuía um vidro de mercúrio que, apesar de pequeno, era muito pesado, devido ao seu alto índice de densidade. Thiago, *my friend*, recém-chegado de um garimpo do Suriname, falava das dificuldades de se garimpar no Brasil. A expressão inglesa servia de vocativo em muitas de suas conversas e transpunha sua experiência estrangeira no uso do inglês nesses diálogos cotidianos. Aqui, a fiscalização é maior e os policiais federais menos corruptíveis, como no caso do Suriname. Em muitas frases se referia a mim utilizando expressões em inglês, enquanto eu também respondia na língua estrangeira, o que despertava um riso incontrolável. *Yes, my friend, I'm talking about you.*

Sua experiência no garimpo se dá nos anos 2000, anos depois da época do eldorado, mas fornece pistas para compreender como se dá essa atividade e melhor entender o trânsito da tríplice garimpo-roça-cidade. Trânsito este que Thiago percorre em sua trajetória. Um dos principais motivos para procurar o garimpo enquanto ocupação e modo de vida é, sobretudo, a possibilidade de enriquecer. Apesar disso, no garimpo na medida em que muito se enriquece, muito se perde. O risco de ocorrer uma fiscalização policial é constante, assim como os prejuízos no maquinário, consequência deste encontro de controle e vigilância. As ações da polícia são coordenadas pelo caminho do ouro: percorrem-se rios à procura das balsas e sobrevoam a selva no intuito de destruir as pistas de pouso. Devido as dificuldades logísticas e impossibilidade de apreender o maquinário aurífero, a orientação seguida pela polícia e pelo IBAMA é a da destruição enquanto estratégia de impedir o desenvolvimento e continuidade de exploração ilegal do ouro. Sobretudo em terras indígenas, onde encontram-se as maiores concentrações deste minério. “A polícia, quando aparece, é para destruir o maquinário e pegar o ouro” - disse Thiago.

A situação de ilegalidade atinge, principalmente, aqueles que são pegos em situação de exploração em terras indígenas. Nesse cenário, os que estão nas áreas de garimpo são os que vivenciam a lama, a chuva e o frio da floresta, o intenso calor, a doença e os riscos da atividade. Porém a atividade aurífera envolve um grupo de pessoas que vai além do garimpeiro. Assim, há o dono da terra, a cozinheira, os donos do maquinário, donos da pista, mergulhadores, empresários da compra e venda do ouro, atacadistas e varejistas. Silva & Oliveira (2016, p.122)

argumentam que a atividade se caracteriza por ser realizada distante dos centros urbanos, mas abrangendo essa rede de produção e venda que perpassa vários domínios.

Perder os documentos no garimpo é uma situação presente na experiência de alguns daqueles que percorreram os caminhos à procura do ouro. No garimpo não existem amigos, todos andam armados, seja com armas de fogo ou armas brancas, e com certas quantidades de ouro. Sempre com um cordão de ouro no pescoço, boné na cabeça e uma mochila com pertences pessoais, Thiago conta que sempre dormia com seu ouro amarrado num saquinho e junto a seu corpo. Não é possível confiar em ninguém, contar o quanto se produz e onde guarda suas posses é algo não recomendável. O garimpo se apresenta como um lugar inseguro, sobretudo para mulheres, que muitas vezes trabalham como cozinheiras ou prostitutas.

Isto posto, mesmo que realizada em grupo, a atividade aurífera se mostra um caminho solitário a ser percorrido. Por outro lado, existe uma rede de trocas que está imbricada na procura do ouro. Um novo local para a atividade é conhecido localmente como *fofoca*. Uma fonte do minério é encontrada e logo a notícia é rapidamente espalhada. Dada a notícia, um fluxo de pessoas interessadas e inserida nesta rede de informações, se desloca para o local de garimpagem. Silva & Oliveira (2016, p. 127) mostram que uma fala popular é acionada neste cenário: “O que há de ser meu está debaixo da terra”. Quer dizer, tanto o anseio de enriquecer na procura pelo minério, como na possibilidade de vir a falecer em decorrência dos perigos desta procura.

A este caminho solitário do ouro que as pessoas percorrem em busca de ganhos e novas experiências, aventuras, está associado um elevado número de homens solteiros. A decisão de rumar ao garimpo, quando tomada por um homem casado, tem como consequência um afastamento de seus grupos domésticos de origem, uma vez que a prática local estabelece que sejam presentes apenas as pessoas que praticam alguma tarefa nas localidades do garimpo. Na possibilidade de ser um homem solteiro, quando dedicando integralmente vários anos na atividade do garimpo, as possibilidades de constituir uma família, nos moldes heterossexuais, diminuem, seja pela diminuta presença de mulheres, quando comparado ao número de homens, seja pelas dificuldades impostas na constituição de famílias em áreas de garimpo.

Muita atrativa, a atividade de garimpagem também é ponto de reflexão para aqueles que buscam o caminho dourado. No garimpo se faz muito dinheiro ao mesmo tempo em que se perde muito dinheiro. Seja pelos prejuízos ocorridos com a presença de fiscalização que destrói o maquinário, como pela ganância excessiva ao retornar para Boa Vista, ou por situações de doença e acidentes. O maior risco à saúde daquele que trabalha com a extração do garimpo é o uso constante do mercúrio, que pode causar intoxicação e levar ao óbito. Consequentemente,

aquele que procura realizar esta atividade realiza ponderações que abarcam as notícias de violência, doenças, prejuízos, polícia e distância da família, o que impede alguns de darem continuidade no desejo de percorrer os caminhos que levam à *fofoca*, ao ouro.

O cotidiano no garimpo é inflacionado pelo tempo que toma uma dimensão específica: o tempo necessário para *começar a vida lá fora*. Thiago fala da necessidade de se fazer dinheiro no garimpo para comprar produtos para seu lote, comprar uma moto. Ou seja, objetos que possibilitem outros meios e atendam a suas necessidades. Ele conta que a cotação dos produtos e dos serviços se baseia na lógica do ouro. Desta maneira, um pão de forma, por exemplo, pode chegar a custar R\$200,00. A logística para levar os produtos para as áreas do garimpo é bem complicada, muitas vezes o avião pode sobrevoar bem baixo e lançar os produtos no solo, o que não explica, necessariamente, sua hiperinflação. A unidade de produção é medida pelas gramas do ouro, que marcam a possibilidade de acesso a produtos, comida, serviços. Muitas vezes o garimpeiro já chega na *fofoca* em situação de débito, pois é preciso quitar o deslocamento, muitas vezes realizado por pequenos aviões, para estas áreas:

Ninguém reclama dos preços, faz parte de um contexto onde se inserem outros elementos, como: a demonstração de poder aquisitivo, o despojamento das coisas conseguidas pelo dinheiro e pelo ouro; as manifestações enfáticas de solidariedade aos colegas; o apoio mútuo entre despojados de uma vida social idealizada; a autoafirmação, continuamente repetida, de que garimpo é a melhor opção que já se fez na vida; a representação de si próprio como vivendo sem patrão, sem chefe, sem horário, sem pressões: o garimpeiro trabalha quando quer; a representação de grande capacidade de trabalho, enquanto está no barranco, de que o garimpeiro só para de trabalhar quando cai doente, quando tem malária; para ser homem íntegro, homem de verdade, auto-valorizado e estimado pelos companheiros, o garimpeiro deve-se obrigar a trabalhar ao máximo. Só assim, é um “verdadeiro garimpeiro”; se não viver como “verdadeiro garimpeiro”, a punição temida é que a “terra não responde” e o bamburro não chega nunca. (RAMOS, LAZARINI, GOMEZ, 1985, p.56)

Loera (2015) argumenta que considerar o tempo no universo das ocupações de terra é percebê-lo sendo múltiplo. As expressões “tempo de barraco”, “tempo de luta”, “tempo de reforma”, aparecem enquanto categorias nativas, potentes para qualificar a experiência de seus interlocutores na luta pela terra. Vivenciar o tempo enquanto medidor das incertezas do que se espera nas ocupações, bem como o tempo gasto debaixo da lona preta e lutando por reforma agrária. Estendendo este argumento para a experiência do garimpo, identifico “tempo do garimpo”, enquanto o tempo de percorrer os caminhos do ouro e ter, em seus locais de origem, uma possibilidade de retorno. Quando Thiago fala do trabalho do garimpo como necessário para adquirir bens materiais que possibilitem outras atividades do seu interesse, conforto e estabilidade financeira, o “tempo do garimpo” aparece como imprescindível para àquilo que viria posteriormente- o iniciar a vida fora do garimpo, ou seja, obter os recursos financeiros que

possibilitariam o financiamento de sonhos, de uma própria, de uma viagem-.

Este tempo se passa arrastado, não acompanha calendários, prazos, segundos. É o tempo da floresta, o tempo das áreas do garimpo, o tempo de rastrear o caminho do ouro e obter sucesso nesta busca. Em muitas tentativas, os recursos proporcionados pelas pequenas pepitas de ouro encontradas serviam apenas de financiamento de continuidade da própria atividade aurífera, como a compra de mantimentos e óleo diesel para as máquinas utilizadas. O que imprime outro elemento no “tempo do garimpo”. Enquanto atividade que se espera retorno rápido, muitas vezes o ganho possibilita apenas manutenção da mesma.

Estas qualidades temporais que compreendem a percepção dos lucros na atividade aurífera constituem mais uma das modalidades do “tempo do garimpo”. Percebido enquanto “dinheiro maldito”, os ganhos do garimpo vêm rápido, mas podem ir embora na mesma velocidade temporal. Diversas situações colaboram para este quadro: perdas dos instrumentos de trabalho em fiscalizações policiais, gastos abusivos com atividades de lazer e, até mesmo, situações de roubo daqueles que *bamburraram*, ou seja, enriqueceram com o garimpo.

O “tempo do garimpo” é perpassado por novos conhecimentos, por dificuldades, riscos, aprendizados, doenças e a esperança de *bamburrar*, torna-se rico por meio de um grande achado do ouro. O trabalho incessante, de sol a sol, nas clareiras, nos montes de cascalho lavado, nos igarapés remexidos, lameados e desviados. Para isso, o trabalho incessante era necessário, indispensável para se encontrar a riqueza em meio a lama. Ficar ou sair, neste contexto, parecem ser possibilidades sempre presentes. É preciso enfrentar as situações, as mais variadas adversidades, as novas paisagens, conformação de novas relações, os desafios dos deslocamentos. Atualmente, existe uma pista de pouco logo após o PA Ajarani que está levando pessoas para uma nova *fofoca*.

O *Ajarani é só dos índios*, na fala de Militão, mas também tornou-se lugar de não indígenas, pioneiros, de passagem, de construção de estradas e pontes de madeira caídas. De febres, de fofocas, de sonhos, de violência, de deslocamentos forçados e de conflitos fundiários. No cenário roraimense, no vale do rio Ajarani, as mobilizações por reforma agrária, por terra, estão relacionadas aos planos governamentais de colonização, ao eldorado. A época de criação de novos Projetos de Assentamento nesta região (anos 1990-2000) atualiza a dinâmica de ocupação da região, projetando novas relações, novos afastamentos, e relação com a natureza.

Na experiência de Thiago e de outros interlocutores, como veremos a seguir, o garimpo e suas febres perpassam os caminhos e vivências que os levaram ao PA Ajarani. Passamos da *fofoca* que constitui uma rede comunicativa e especulativa da abertura de novos garimpos e potenciais possibilidades de riquezas e exploração para a *fofoca* do mundo das

ocupações de terra. A criação de projetos de assentamento na região do Ajarani, acompanhada da demarcação da Terra Indígena Yanomami, em 1992, e uma preocupação com a retirada dos garimpeiros da área indígena, parecem ter deslocado algumas pessoas para outros locais. O que, em paralelo, não extinguiu as atividades de exploração aurífera. Em vista disso, exploraremos os caminhos que levaram meus interlocutores a ocupar a área de Reserva Florestal, localmente conhecida como *Bola*, do Projeto de Assentamento Ajarani. Pretendemos perceber as possíveis formas de ocupar e reivindicar a terra nesta localidade.

Considerando as alternativas de continuidade da vida na terra, o domínio do próprio tempo, de “não ter patrão” constituem maneiras de se pensar que o trabalho não é o único elemento que constrói a relação com a terra. Em Micaelo (2014), a concepção da territorialidade não apenas concebida como um desdobramento de uma determinada condição fundiária, mas concebida a partir dos sentidos, usos e apropriação da terra. Em seu turno, Loera (2015) fala da importância da descrição dos processos de formação dos assentamentos para compreensão dos processos de ocupação de terra, objetivo do próximo tópico.

1.3. Abrindo as picadas

O processo de criação de Projetos de Assentamento requer a posse de um imóvel adquirido pelo INCRA. Por meio de uma portaria, divulgada em Diário Oficial da União- DOU, são levantados os dados imóvel, que são: o nome do projeto de assentamento e seus limites geográficos, bem como a estimada capacidade do número de famílias a serem assentadas. Existem dois grandes grupos de assentamentos. O primeiro designa os assentamentos criados por meio de terras compradas pelo INCRA, comumente denominados de Projeto de Assentamento (Pas). Há também os ambientalmente diferenciados, que são os Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF).

A fase que precede a criação do assentamento por meio de portaria e divulgação no DOU, é a da instalação das famílias no local. Daí ocorre o pagamento dos créditos rurais e se faz o planejamento da organização espacial do assentamento. A infraestrutura básica compreende a construção de estradas e pontes de acesso, água e energia elétrica como de responsabilidade da União. Do mesmo modo, a titulação (concessão de uso/título de

propriedade) também fica a cargo da União²².

A publicação da página 81 da seção 1 do DOU do dia 14 de novembro de 2003, na seção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Superintendência em Roraima, a partir da Portaria número 18, de 3 de novembro de 2003, cria o Projeto de Assentamento Ajarani. Sua implantação e desenvolvimento fica a cargo da Superintendência Regional, juntamente com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário. Nesta publicação, previa a promoção de modificações e adaptações necessárias para execução do projeto, registro, controle e publicação da criação pelo DOU e, por fim, determinar à Divisão de Suporte Operacional a comunicação da criação do PA aos órgãos do Meio Ambiente nas instâncias federais, estaduais e municipais, como também à FUNAI. Dada a criação do PA Ajarani, à Divisão de Suporte Operacional era esperada que registrasse as informações de criação, e as famílias assentadas no Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária-SIPRA²³.

A região do PA Ajarani fica a 200 quilômetros da capital Boa Vista. Durante o percurso que liga estas duas localidades, é possível observar fazendas, lotes, áreas de floresta. A paisagem é composta de vegetação nativa remanescente, áreas de lavouras e pastagens. A extensão territorial do PA permeia uma área de 123.691,60 ha²⁴. A região que faz divisa entre o PA e a TIY é a porção oeste; norte e leste divisam terras do estado de Roraima; já o sul faz divisa com o igarapé Repartimento. A vila mais próxima ao PA é a Vila de Campos Novos, também localizada no município de Iracema. O trajeto da capital até esta vila é asfaltado, adentrando o PA, o caminho é de estrada de terra e muitas pontes de madeira em situação precária. Em época de fortes chuvas, os assentados podem ficar sem acesso à Vila de Campos Novos.

O PA Ajarani, na maioria dos lotes, ao menos os que se afastam da proximidade com a vila de Campos Novos, serviço de saneamento básico, posto de saúde, água encanada, nem sinal de rede de telefone ou celular. As *viciniais* são de terra e há duas grandes pontes de madeira quebradas. Em época das intensas chuvas amazônicas, os desvios feitos para atravessar estas fontes ficam submersos por conta da cheia dos igarapés. A única escola da região tem até a 4ª série do ensino fundamental e possui apenas um professor, que precisa utilizar transporte e

22 Conferir: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>. Acesso em 25/05/2017.

23 Conferir: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/734859/pg-81-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-11-2003>. Acesso em 25/05/2017.

24 O laudo pericial do INCRA com o título “Laudo Pericial sobre a invasão de terras do Projeto de Assentamento Ajarani” afirma que houve redução da área total do assentamento, conforme portaria de 16 de julho de 2010, passando a ter 39.731,544ha. No laudo, os motivos, objetivos da redução, assim como os novos limites, não são apontados.

gasolina próprio para se deslocar. Desta maneira, esta modalidade de ensino pode ser compreendida como multiseriada. Na pesquisa de campo foi possível perceber que o deslocamento para a escola é dificultoso para aqueles que moram longe, algumas crianças ainda permanecem sem acesso à escola.

De formato radial, diferentemente dos demais Projetos de Assentamento de Roraima, o PA possui uma área de uso comum, localmente chamada de *Bola*. É uma porção de terra de 86,4003 ha de domínio da União e não destinada à demarcação de lotes²⁵. Um assentamento demarcado em formato radial tem como princípio organizatório a proximidade dos lotes, dispostos ao redor de uma área de floresta de uso comum, a Reserva Legal. O formato do PA Ajarani configura uma espacialidade atípica em relação à maioria dos modelos de Assentamentos na Amazônia. Majoritariamente, seguem um modelo de traçado junto às vicinais, um padrão geométrico no qual os lotes são dispostos ao longo de uma via principal, lembrando o formato de uma “espinha de peixe”. O modelo radial se aproxima à figura de uma “roda de carroça”.

Considerando as dinâmicas territoriais diretamente relacionadas com os processos sociais da vida cotidiana e a especificidade desta figura territorial, tomo como inspiração Norbert Elias (1995), e sua proposta do rendimento analítico dos casos excepcionais. Neste caso, a especificidade espacial como possibilidade de abordar o caráter das relações neste espaço.

Porém, não só a específica figura territorial da “roda de carroça” é elemento que caracterize a situação de especificidade deste contexto etnográfico. Parte da literatura antropológica que analisa processos de ocupação de terra no Brasil, Loera (2006, 2014), Smircic (2000), Sigaud (2010), Rosa (2009), Martins (2003), analisam situações nas quais a condição jurídica da terra é premissa dos elementos que tornam possível uma ocupação de terra. A criação de um assentamento por meio de uma reivindicação coletiva por terra é, em geral, a situação que se apresenta nestas obras. No caso do PA Ajarani, a ocupação de terra ocorre dentro dos domínios deste assentamento já criado pelo Incra. Em parcelas territoriais legalmente definidas enquanto parcela de uso coletivo do PA Ajarani (ver nota 25), área localmente conhecida como *Bola*.

25 As áreas de Reserva Legal de assentamentos são áreas de floresta que devem ser mantidas. Sua função é assegurar, de modo sustentável, o uso econômico dos recursos naturais do lote rural, colaborar com a conservação e a reabilitação de processos ecológicos. Promovendo, assim, a conservação da biodiversidade, como também servindo de abrigo e proteção de fauna silvestre e flora nativa. Nos Pas da Amazônia o percentual que deve ser mantido preservado é de 80% da área total do lote, como prevê a Lei 12.651/2012. Conferir: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em 25/05/2017.

Tratando especificamente da região da *Bola* do PA Ajarani, lócus da pesquisa, várias situações se mostraram interessantes e pertinentes para compreender a dinâmica das relações locais. Ocorre uma ocupação nesta área, que é uma reserva do governo federal dentro do PA Ajarani, desde o ano de 2011, data da criação de um Acampamento conhecido localmente como dos Ciganos, um processo de ocupação por pessoas que não estavam assentadas nos lotes já existentes no PA Ajarani²⁶.

O acampamento do Ciganos (início de 2011), que culminou com a formação da vila da *Bola* que teve sua abertura em 05 de maio de 2011, e era ocupado por cerca de 20 famílias, torando-se Vila . Nesta proposta, procuramos traçar os caminhos que levaram alguns dos interlocutores, moradores da *Bola* a constituir a ocupação desta, bem como compreender como se constitui uma forma possível de reivindicação e obtenção da terra, enfatizando que como menciona Micaelo (2014), territorialidade não é apenas consequência de uma condição fundiária, mas percebida pelos usos, sentidos e apropriação da terra.



Dione

Dione é filha de Ciganos, de uma comunidade do município de Sousa, estado da Paraíba. É mãe de três filhos. Esta cidade, do interior, dista 430 quilômetros da capital. Desde pequena, Dione percebia seu grupo familiar enquanto tendo a autoridade centrada na figura dos homens, o que motivou a ela buscar outros caminhos e companhias, uma vez que não queria casar-se com pessoas do seu grupo. O trabalho em acampamentos acompanhou sua infância, uma vida de muita *luta*: “O cigano desde pequeno ele trabalha para sobreviver em acampamento. Quem não tem coragem, não sobrevive, é esmagado.”

Por não obedecer a *etnia*, Dione começou a participar de outras ocupações não mais com os seus familiares Ciganos²⁷. O que a levou para a região norte. Em sua experiência no estado do Pará, Dione também trabalhou em ocupações de terra, seja na área da limpeza, na organização, produção dos alimentos e cozinha. A violência acompanhou seu caminho e chegou a ser baleada. Quando compara sua experiência nesta localidade com o estado de Roraima, diz

²⁶ Assentada é condição da pessoa que foi contemplada com lote rural pelo Incra.

²⁷ Dione se refere ao seu grupo familiar de ciganos utilizando este termo.

que não tem confronto como no estado do Pará. Local em que ela descreve os fazendeiros da seguinte maneira: “O estado do Pará é mais perigoso, os fazendeiros não têm pena, manda matar mesmo.” A seriedade e os perigos que enfrenta nos lugares nos quais participou de ocupação, seja no estado do Pará ou na Paraíba, é ressaltada na necessidade de registros documentais das atividades que realiza., como guardar notas fiscais de compras e atestar os mais diversos documentos em cartórios.

Ela chegou ao estado de Roraima em 1997. Aqui, já trabalhou como gestora de feira durante muitos anos, período no qual construiu uma grande amizade com os feirantes. Nesta época, também trabalhou em área de garimpo, como cozinheira, atividade esta que não perdurou muito tempo e ela voltou para Boa Vista.

O acampamento leva este nome, Ciganos, por causa de Dione, filha de ciganos²⁸. Na época, 5 grandes famílias vieram do estado do Pará na promessa de adquirir terras em Roraima, porém, acabaram retornando. Como indicado anteriormente, Dione já havia participado de outros acampamentos no Pará, lugar descrito como de maior violência, no qual a possibilidade de ser baleada, como ocorreu com ela, é real²⁹. O acampamento dos Ciganos, comparado com suas experiências precedentes, era muito organizado e as pessoas se mostravam unidas. Dione conta que havia uma preocupação com o levantamento de documentação, com a assinatura de recibos de qualquer doação recebida, com a produção de atas das reuniões. Estas medidas perpassavam as atitudes em relação à regularidade da ocupação, como fala Dione: “quando bate a justiça você tem como mostrar que estava, de fato, fazendo um trabalho sério. Minha vida inteira foi de luta.”

O espaço da *Bola*, foi um arranjo realizado pelo senhor Goiano. Ele mora na vila de Campos Novos e era Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Iracema. A sede deste sindicato fica na vila de Campos Novos. O presidente deste sindicato era o senhor Gabriel da Silva³⁰. Dada a época da ocupação, o momento que antecede a abertura das *picadas*, não havia alimentos plantados. Este grupo de pessoas se articulava para organizar o acampamento: “O Inca nunca nos colocou lá. Quem colocou nós lá foi o sindicato”. Ou seja, a articulação para recrutar as pessoas para essa ocupação, era através da atuação do sindicato.

²⁸ A comunidade Cigana de Sousa, na Paraíba, é o local de nascimento de Dione. Sobre os ciganos desta região, conferir: <http://www.paraibacriativa.com.br/artista/comunidade-cigana-de-sousa-calou/>. Acesso em 25/05/2017.

²⁹ No momento da escrita desta passagem é noticiado o massacre que ocorreu com trabalhadores rurais no Pará, semanas do Massacre de Eldorado dos Carajás ter completado 21 anos: <https://www.brasilefato.com.br/2017/05/24/dez-camponeses-sao-assassinados-no-para-presidenta-do-sindicato-e-uma-das-vitimas/>. Acesso em 25/05/2017.

³⁰ Gabriel e Goiano foram pessoas que não consegui acesso na pesquisa de campo, as informações que traçam a abertura do acampamento e a participação deles são fornecidas por outros interlocutores. Em alguns contextos seus nomes são referenciados com desconfiança.

O “termo declaratório de compromisso e responsabilidade” foi um documento, assinado em 2011, por Dione, Gabriel e Baiano. Nele, afirmam a ciência do Incra, enquanto instituição, da existência do acampamento, afirmando que a situação do acampamento havia sido protocolada. O documento também prevê a responsabilidade, por parte dos autores, do uso dos lotes, bem como firma o compromisso de trabalhar a terra no prazo de 90 dias. Neste prazo, está previsto a construção de casa, plantio de árvores frutíferas. A impossibilidade de venda destes lotes é um dos pontos firmados, bem como a prestação de contas de qualquer valor gasto no acampamento. “A justificativa é a necessidade de trabalhar, sobreviver. Aqui na cidade muitos não dá, eles querem plantar. A justificativa é a sobrevivência.” Com esta frase, Dione argumenta a reivindicação por terra enquanto busca por trabalho, possibilidade de vida.

Nesta área, os lotes foram divididos entre *lote de mata* e *lote de Vila*. A área da vila compreende uma área de 1.000x1.000 metros. Neste espaço, foram reservadas áreas para construção da futura igreja, escola e posto de saúde. Construções estas que ainda não existem. É também nesta área da Vila que estão os lotes de casa, tamanho 15x20, seguindo as metragens das vilas de perímetro urbano, bem como as chácaras, um pouco maiores que os lotes de casa. Desta forma, as pessoas realizavam plantação tanto nos lotes da vila, como nos da mata.

Para cada família, eram 300 (ou 250) metros de frente, com mil de fundo. Estes são chamados os *lotes de mata*, que possuem extensão territorial maior, nos moldes do restante dos lotes do PA Ajarani que circulam a *Bola* (ver mapa I). Na área da *Bola*, existem os *lotes de chacara*, nos quais as pessoas realizam plantio de banana, mandioca, maracujá e os *lotes de casa*, que obedecem o tamanho dos lotes em áreas urbanas de vila, 15 x20 metros. Os lotes de chacara são um pouco maiores que estes de casa. Ceará, explica o seguinte:

A área da Vila é 1000 metros quadrados isso aqui, olha, só da Vila, para todo lado é 1.000 metros. Aqui começa a loteação de lote de mata, para fazer roça, para fazer abertura, criar porco, galinha, gado, quem puder, aqui que começa. Fora da Vila. Essa área que vocês está vendo aí, tudo aqui é área da vila. A vila é só chacara e lote de casa. Mas a chacara já é passado assim, já avisado, que se a Vila, por exemplo, um dia crescer o dono vai ter que ficar só com lote. Ele vai ter que repassar a chacara, para virar cidade. Esse é o projeto deles.

As relações com o sindicato, sobretudo com a pessoa do Gabriel, foram desfeitas. Uma vez que as pessoas da *Bola* passaram a perceber a atuação do sindicato como pouco séria.

No acampamento dos Ciganos, Dione era coordenadora, mas exercia vários tipos de funções. Desde cozinhar, arrecadar mantimentos junto aos seus amigos feirantes de Boa Vista, buscar apoio de políticos, organizar a lista das pessoas que chegavam ao acampamento e levantar doações. Sua função de gestora de feira, exercida anos atrás, garantia o apoio dos feirantes no fornecimento de arroz, farinha. Na época do acampamento, ela tinha um carro que

utilizava como meio de transporte e de carga dos mantimentos levantados. Devido a organização da parte financeira ser de sua responsabilidade, buscava documentar todo tipo de doação recebida: alimentos, gasolina, moto serra.

Uma das ajudas recebidas por políticos veio da figura do Rodrigo Jucá, filho de Romero Jucá³¹. Ele colaborou com a manutenção das estradas, na abertura das *picadas* e alimentação. Outro político apontado como auxiliador nesta época foi Anchieta Júnior, ex-governador do estado de Roraima (2007-2011).

Os que foram embora no intuito de matricular seus filhos nas escolas, ou ter acesso próximo a postos de saúde e outras localidades urbanas, desmancharam seus barracos e aproveitaram a madeira, seja vendendo, ou levando para Boa Vista. Permaneceram, na sua maioria aqueles que não tinham filhos, ou companheiras, ou seja, os chamados *cutiões*. Depois deste processo de desistência, permanecem os que ficaram e para *tirar lote* é necessário comprá-lo. Nas palavras de Dione: “A gente não vende terra, vende os direitos. O que a gente gastou.”

Dione também possui uma casa na capital, espécie de casa de apoio para algumas pessoas da *Bola* que não possuem família em Boa Vista. Seja por motivo de doença ou para aposentar, as pessoas buscam sua ajuda. Sua plantação de banana está de pé e ela se organiza para cortar, transportar e vendê-la.

Cleusa

Nascida e crescida no estado do Pará, Cleusa já foi casada duas vezes e aos 29 anos já era mãe de nove filhos. Desde pequena tinha uma rotina de trabalho na roça, cuidava de bois quando criança. Mais tarde, já adulta, quebrava coco e arrancava mandioca. Nunca teve oportunidade de estudar. Seu pai, antes de seu falecimento, morava no estado do Tocantins. O lugar de moradia que antecede sua mudança para Boa Vista é o estado do Pará. Estando há um ano em Boa Vista, surgiu a oportunidade de participar do Acampamento dos Ciganos. Suas filhas já moravam em Boa Vista.

No ano de 2011 ficou sabendo da ocupação através de uma irmã da igreja. Ela é evangélica. Não conhecia a Dione, apenas a sua amiga da igreja que conhecia. Para chegar até Campos Novos, tomou uma van que realiza o transporte entre Mucajaí e aquela. Já havia estrada de asfalto entre parte destas duas localidades. Porém, da entrada do Apiú (vila que antecede

³¹ Romero Jucá é líder do partido PMDB, já foi eleito Senador por Roraima três vezes, e foi o último governador do então Território Federal do Rio Branco. É investigado pela operação Lava Jato, operação Zelotes e apontado como responsável do genocídio Yanomami (ver nota 8).

Campos Novos) até a chegada desta, era de terra. A alternativa de deslocamento da vila até o local do acampamento junto à vicinal 06 era a carona.

O primeiro acampamento foi realizado em frente à casa da Dona Clara, na vicinal 06. Ficaram a noite lá, uma noite de chuva, no relento. Depois dessa noite dormida ao relento, se direcionaram para *Bola*. No acampamento não havia cobertura, apenas uns paus enfiados sem telha, sem palha, sem nada em cima. Com uma chuva às 3 horas da madrugada, se viram obrigados a pedir abrigo na casa de Clara. Nesse primeiro acampamento ela conta que havia cerca de 180 famílias. A contagem destas famílias, na lógica das pessoas que estavam realizando a ocupação, era realizada da seguinte maneira: um casal, mesmo sem filhos, representava uma família, ou mesmo só o marido, ou somente a esposa desacompanhada ou com um irmão. Havia muitas pessoas: mulheres, crianças, sobretudo homens. Estas pessoas vinham de Boa Vista ou da Vila de Campos Novos.

Após esse primeiro acampamento, se direcionaram para vicinal 01, e montaram outro acampamento. O barracão, feito de lona trazida de Boa Vista, era o local de repouso e de preparo de alimentos. O *picadão*³² não havia sido aberto ainda e este acampamento serviu de base para dar início ao trabalho de abertura. Geralmente, feito por homens. Dione era quem cuidava do acampamento, responsável pelo barracão. As pessoas chegarem e ela abrigar as pessoas, era uma de suas atividades, ou seja, designar os locais para montarem os barracos, as tarefas, organizar as refeições. As pessoas eram responsáveis por seus mantimentos e também panelas, cada um deveria trazer o seu: “não tinha ninguém que nos ajudasse, a gente fazia o de comer separado, se quisesse fazer”. No tempo da chegada, foram estas as instruções de Dione. Porém, no decorrer cotidiano, as pessoas se juntavam no barracão e cozinhavam juntas. Esta atividade era feita, sobretudo, por mulheres. Mas homens também participavam.

Os homens, incumbidos de abrir as *picadas*, dedicavam o dia a esta atividade, ou a caça. Uma família ajudava no trabalho do lote das outras famílias, os dias das *diárias*³³ não eram pagos por vias monetárias, mas trocados. Nesta época, seu marido, León, estava numa temporada de três meses no garimpo no país vizinho, a Guiana: “eu vim na frente, depois que eu mandei chamar ele”. Para ele, a herança do garimpo deste período foi apenas uma grama de ouro e dois *lexo*³⁴, ou seja, *brefado*, aquele que investiu tempo e dinheiro no garimpo e não

³² Caminho aberto na mata para futura passagem da estrada.

³³ Sistema de trabalho no qual uma pessoa oferece seus serviços na roça, ou algum outro serviço no lote rural e recebe pagamento diário. No Projeto de Assentamento Ajarani, o valor é de R\$50,00 para homens e geralmente um valor menor para mulheres.

³⁴ Em referência a Leishmaníose, doença infecciosa causada por parasita, transmitida por insetos hematófagos. Com a picada, surgem feridas no corpo e/ou lesões inflamatórias nas mucosas do nariz e boca.

obteve retorno com o ouro.

Aqueles que também queriam *tirar terreno*, receber uma parcela de terra, ajudavam nas despesas do barracão, ao passo que Dione buscava alguns mantimentos em Boa Vista. Nesta época, Cleusa conta que já assinavam o “Termo de uso e consentimento”, documento que previas as formas de utilização da terra e sua não venda por, pelo menos, um ano. Noventa dias era o período mínimo em que se deveria trabalhar no lote. Na fala de Cleusa e outras pessoas com as quais conversei, enfatizam que não se vende a terra, mas o trabalho, as benfeitorias realizadas no lote.

Havia um número para cada família que designava a parcela do lote, quando era dada a demarcação, levava-se uma placa. Havia uma ordem das pessoas que receberiam lote. Uma lista de Campos Novos e uma de Boa Vista organizava os nomes destas pessoas. As pessoas de Boa Vista ficaram apenas na *vicinal* e os primeiros a receber foram as pessoas da lista de Campos Novos, os que moravam mais perto do PA Ajarani. A ordem de chegada das pessoas no acampamento estava relacionada com o momento de recebimento do lote. Os mais antigos recebiam primeiro, forma de distribuição comum no mundo das ocupações de terra no Brasil.

Ao chegar uma nova pessoa ao acampamento, procurava se ainda havia lotes disponíveis, vagas para participar desse processo de seleção. Se houvesse, a pessoa colocava seu nome na lista para então poder *tirar um lote*. Os critérios para esta seleção eram da ordem de chegada no acampamento, bem como o nome da lista. Apenas os legalmente menores de idade não podiam participar deste processo.

Na *Bola*, para Cleusa, os dias transcorriam dentro de casa, algumas vezes os homens traziam alguma caça, ou carne de Campos Novos e as mulheres que cuidavam: “De manhã cedo passava um cafezinho, fazia almoço, fazia merenda para os meninos ir, eles caíam na mata, faziam *picada* e ficavam medindo e entregando cada pessoa em seu lote (...) os homens que mediam, o seu Goiano e o Gabriel, com os outros homens. Aí entregava para cada um.” Existia uma ajuda entre as famílias acampadas, seja no domínio do preparo das refeições, tarefa muitas vezes exercidas por Cleusa, como nos processos de chegada das pessoas, ou trocas de *diárias*.

Seguindo a abertura das *picadas* se iniciou o processo de desistência das famílias. A falta de escolas para as crianças, posto de saúde e estradas com melhores condições para o deslocamento aparecem como alguns dos motivos da desistência. Um de seus filhos, por exemplo, gostaria de morar na região, mas não o pode porque tem filhos pequenos e como ainda não há escola na *Bola*, eles não teriam onde estudar. A escola mais próxima, localizada nas

proximidades da casa de Dona Clara, dista sete quilômetros da *Bola*. Com três filhos, seria muito complicado perfazer o trajeto de moto, principal meio de transporte do PA Ajarani. Em dias de chuva forte, impossível.

Ceará

Como muitos dos apelidos da região, Ceará é referência direta ao seu local de nascimento. Durante sua vida, já teve diversas ocupações e formas de trabalho. O tipo de ocupação que antecede sua chegada à *Bola*, era o trabalho numa fazenda de um senhor que viera do Mato Grosso para Roraima. Antes de morar em Roraima, estava no estado do Amapá, onde morou dos anos 90 até os anos 2000. Envolvido e motivado com o garimpo, veio morar em Roraima. Porém, não obteve sucesso nessa empreitada e procurou outros tipos de serviço, sobretudo em fazendas: “qualquer serviço eu vou”.

“Tenho passaporte, minha filha, eu posso avoar para onde eu quiser, polícia não me ferra não.” Com esta frase, Ceará inicia uma fala que conta seus caminhos na procura do ouro. Na década de 1980, ele iniciou seu trabalho na extração aurífera: “A área garimpeira abriu em 82, em todo território brasileiro. Nós pegava uma rede, jogava num saco que não tinha transporte, e varava a mata, atrás um do outro, até chegar no lugar de trabalhar. Lá, fazia um acampamento de plástico, já levava panela, comida, fazia lá no meio da mata, na beira de uma grota que nem essa daí [apontando para grota]. Tinha ouro. Aí nós já ia fazendo barranco, atrás um do outro.”

Nesses primeiros anos de trabalho no garimpo, ele percorreu vários lugares. Em Roraima, trabalhou muito com garimpo manual, num garimpo chamado Santa Rosa, região do Uraricoera. Também explorou as atividades nas terras Venezuelanas. Já na Guiana e Guiana Francesa, trabalhou na exploração do diamante. Quase não havia ouro. Pará e Mato Grosso também foram estados nos quais Ceará morou e exerceu a atividade de extração aurífera. E explica o fim de sua dedicação a esta atividade da seguinte maneira: “ Eu saí do garimpo porque fracassou o minério. O ouro, por exemplo, o ouro nosso aqui, ele fracassou. Essas áreas de Roraima estão fechadas, grampeadas pela federal. Para você trabalhar aí dentro, quando os índios descobrem, você tem que sair de qualquer maneira. Senão eles te matam, a federal chega, tira e prende. Aí por isso que eu larguei de mão. ”

Sua chegada na região do PA Ajarani se deu por volta de 2011. Por intermédio de um rapaz, teve conhecimento da direção do senhor Goiano, morador de Campos Novos e presidente do sindicato de mesmo nome. Juntamente a Dione, organizavam a chegada e estadia de pessoas na região da *Bola*.

Ao chegar, recebeu uma área de 90x90 metros, área de rua, da Vila. Ou seja, nos domínios 1000x1000, excluindo-se as áreas de lote. Esta porção de terra totaliza sete lotes de Vila. Todos emendados, formam uma quadra. Ceará realizou a derrubada de árvores e fez um barraco. Seu lote não foi comprado. Era a primeira vez em sua vida que ele recebia um lote. Além deste lote, ele também possui dois lotes em área de mata, *lote de mata*, como se refere. As dimensões são 250 (frente) x 1.000 (fundo). Os planos que seguem sua estadia mostram os caminhos percorridos para *tirar lote*, bem como os locais e negócios que acompanham suas escolhas:

Eu não estou arrependido, mas também não estou muito animado, porque eu tive chance de montar esse barracão lá na Pirlândia [uma vila próxima a Campos Novos]. Os caras lá me deram lote lá. Eu tinha levado esse material para lá, aí eu não fui besteir. O presidente de lá, era um rapaz que chama Pirlampo, que era o presidente. Ele dava lote para todo mundo, quem quisesse morar. Mas aí está de novo uma presidente agora. É a mãe do Cueca, que tem um bar muito grande, na beira da pista, para esse lado, a mãe dele é a presidente agora. Ela dá lote para quem quiser também. Lote de casa, lote urbano, área urbana. Eu ia tirar um lote na Pirlândia e levantar esse bar. Meu projeto era esse, era pra eu ter feito, só que eu dormi no ponto. O homem tem cinco minutos de bobeira, com cinco minutos, ele se enrola todinho. Eu já tinha trabalhado com bar aqui e fiz um dinheirinho, fiz um troco ligeiro. Eu pensei que ainda estava do mesmo jeito aqui. Digo, vou montar outro bar e vou meter bebida de novo e vou fazer um troquinho. Eu montei, aí está cheio de litro de cachaça, só que o fogo chegou e queimou o bananal todo, acabou o dinheiro, acabou o serviço do pessoal [esta queimada ocorreu no ano de 2016]. Aí eu parei a bebida, mas eu tinha bebida aqui direto. Bebida, tabaco, cigarro, isqueiro, caderno. Vendia tudo, menos droga. Se eu tivesse ido para Pirlândia, estava até hoje com meu bar montado. Tem energia, eu com a freezer de duas portas, enchia de cerveja, colocaria uma mulher para vender espetinho de noite, a farofinha na porta do bar. Todos os dias eu estava com meu mil, mil e pouco no bolso e minha freezer cheia de bebida. Estava tranqüilão, fui bestar e agora está ferrado. Era assim o projeto.

Depois dessa derrubada, não encontrou muitas possibilidades financeiras na *Bola*. Sua alternativa foi revender algumas bebidas alcoólicas na região, o que lhe proporcionou fundos para alugar um ponto comercial:

estava fraco aqui de dinheiro, vou dar uma volta.” Lá, o lote recebido foi trocado por um carro. No lote havia um barracão com telhas, o que certamente o valorizava. “Não deu certo esse projeto lá e vim embora de novo, vim *brefado*, arrastando a boroca [mochila, mala] pra cá. Comecei aqui, levantei, saí, caí de novo, voltei de novo. Cheguei aqui *rodado*, doido, só com a boroca nas costas. Dione está aí, que apoia nós aqui. Aí acontece o seguinte, eu fui lá para vicinal 03 daqui de trás. Trabalhei para lá 30 dias na *diária*, sessenta conto a *diária*. Batendo veneno, roçando juquira, plantando banana, capinando banana. Aí comprei esse material todinho.

Trabalhando de segunda a sábado, algumas vezes até domingo, fornecia seu serviço a um homem que morava em Boa Vista e tinha lote no PA Ajarani. Este trabalho foi feito no intuito de levantar fundos monetários para fazer um novo barracão na *Bola*.

Desde a época de sua chegada que trabalha tanto nos domínios de seu lote, como

em prestação de *diárias* em fazendas da região. Este dinheiro é destinado a compra de café, açúcar. Ele não recebe nenhum tipo de auxílio governamental e aguarda seu aniversário para entrar com o processo de pedido de aposentadoria.

Arroz, milho, banana e abóbora são as culturas de sua plantação. Para consumo e venda. Porém, muitas vezes na colheita, fica impossibilitado de vender, seja pela condição das *vicinais*, falta de atravessadores ou de transporte, ou excesso do produto no mercado e sua consequente desvalorização. O milho já colhido, por exemplo, está sofrendo processo de degradação com insetos, pois não possibilidade de venda, sem meios para transportar. O caruncho come o milho todo, fura o milho e come toda sua massa. O milho vira palha. E o que vem de fora, é café, açúcar, cebola, alho, arisco, produtos que vêm dos comércios. Seja de Boa Vista, Campos Novos ou Mucajaí.

Em suas idas a Boa Vista, que são raras, é recebido na casa de Dione. Muitas vezes, se uma pessoa fica doente e consegue chegar à vila de Campos Novos, não há ambulância para transporte, então precisa ter a sorte de encontrar vaga na van. Na impossibilidade disto, é preciso retornar.

Pedro

Pedro é nascido no estado de Roraima, passou grande parte de sua vida no interior do estado. Possuía dois grandes lotes de terra no Roxinho, vila que fica na mesma região da vila de Campos Novos, acessível por vicinais e estradas asfaltadas.

Na década de 1980, apogeu da produção aurífera em Roraima, trabalhou no garimpo. Conhece várias regiões do estado nas quais o minério foi explorado, seja na área do Ajarani, rio Repartimento, ou norte do estado, como Tepequém. Foi também nessa época que teve uma experiência no estado do Pará, também com ouro. Porém, durou apenas três meses. Antes de trabalhar no garimpo, nunca tinha visto ouro, não conhecia.

A *fofoca* do garimpo poderia ser descrita como uma rede especulativa de troca de informações que mobiliza pessoas, objetos, interesses e ambições. Quando trabalhando numa clareira, grande buraco escavado onde se retira muita lama e cascalho, para posterior lavagem na procura do minério, a notícia de uma nova clareira, de maior potencial produtivo, é motivo de abandono imediato deste local de trabalho anterior. Pedro foi pela *fofoca*. Fez um pequeno rancho de arroz, açúcar e sal e foi com outros peões para mata: “ganhei a mata com eles, aprendi a trabalhar, fiquei manso. Peguei outro, não muito ouro, mas quem pegou mais do que eu, morreu. Eu fui umas seis vezes, trazia pouco ouro, mas trazia. Duzentos gramas, quinhentos,

seiscentos. Quando não, trazia às vezes malária também”.

Abrir grota e fazer barraco, são duas ações realizadas em cenários que se inter cruzam e se interpõem nos caminhos de meus interlocutores: o garimpo e a roça. O domínio do próprio tempo é elemento constitutivo do “tempo do garimpo” e deste “tempo das ocupações”. De forma que, passando pela *fofoca* do garimpo e sua rede comunicativa e especulativa de abertura de novas grotas e a *fofoca* das terras ocupadas, passíveis da abertura de novos lotes, a “febre” continua acompanhando estas trajetórias, seja pelos surtos de malária da região do Ajarani, seja pelo desejo de explorar novas áreas de garimpo.

Aprender a trabalhar e ficar *manso* apresenta um caráter pedagógico do trabalho e os sentidos específicos dos deslocamentos. Desconhecendo o trabalho do garimpo, este caráter de aprendizado se dá no período da partida, dos mantimentos necessários, dos pertences levados, dos caminhos desconhecidos na mata. Minha hipótese é de que “mansidão” vai sendo adquirida nestes percursos e adquire caráter efetivo com o aprendizado do trabalho e com a incorporação da etiqueta social do garimpo, que rege as transações monetárias, a hierarquização de relações, o vocabulário aprendido.

Pantoja (2008) faz pesquisa de campo nos seringais acreanos e explora a trajetória de uma família patronimicamente conhecida como “Os Milton”. Explorando um século de história, trata da ocupação dos seringais amazônicos. No cenário de relações interétnicas entre indígenas e seringueiros, explora a categoria *manso* enquanto qualidade daquele índio que não é considerado hostil e que participa da atividade de exploração da borracha. Já em Guedes (2013), em contexto goiano, *manso* aparece enquanto qualidade daquele que já percorreu e desbravou várias localidades e apresenta habilidades em diversos tipos de trabalho, como por exemplo, no garimpo.

Em paralelo a suas atividades no garimpo, Pedro mantinha dois grandes lotes na região do Roxinho. Tamanho 300x1.000. Era um terreno muito bonito, com igarapés e plantações. Porém a proximidade com fazendas motivou a venda destes dois lotes. Os fazendeiros tinham o costume de soltar o gado, o que destruía a plantação dos lotes. O que deixava Pedro enfurecido: “Colono perto de terra de fazenda não dá certo. Ou vende a terra, ou muda. O fazendeiro, ele não deixa a pessoa quieta”. A proximidade de seu lote com terras de fazendeiro foi uma experiência que motivou sua mudança. Foram dezoito anos nessa proximidade com os fazendeiros até a venda destes lotes.

A situação de trabalho que antecede sua ida à *Bola*, é o trabalho como caseiro numa fazenda da região do Ajarani. Na época, já conhecia a *Bola* e tinha vontade de morar lá por ser um local tranquilo: Da *Bola* é *fofoca*, todo o tempo eu tinha vontade, meu prazer é morar lá

naquela vila do *Bola*. Eu sempre gostei daqui, é um lugar sadio e muita fartura, como você vê aí: banana de montão. O que nós queixemos aqui é a questão de carro que não tem, você não tem um transporte, fica meio difícil. Mas tudo para isso Deus dá um jeito. E a gente vai passando. A gente vai arrastando pela barriga, mas vai. Um dia melhora”.

Convidado por um amigo que já estava na *Bola*, em sua primeira chegada quando ainda era acampamento dos Ciganos, trabalhou na abertura das *picadas*. Os homens eram divididos em grupos, eram sete turmas. Em cada turma havia um cabeça, uma pessoa responsável pela organização e trabalho do grupo, como explica Pedro: “Porque até se você deixar aquele grupo ficar à vontade, ninguém faz nada. Tem um “cabeça”, que se chama. Puxa para um lado, bora, tu vai para cá, para ali, acolá, Aquele ali puxa os sete. Passava até quatro horas [da tarde], a gente levava almoço, às vezes não levava. Às vezes alguém ia deixar água”.

Era sua primeira experiência em acampamentos, nunca havia participado anteriormente. Dado sua chegada, era necessário colocar o nome na lista de espera para *tirar lote*, contribuir com uma quantia de R\$50,00 para compra de alimentos e trabalhar na abertura das *picadas*. Nesta época, por volta do ano de 2012, o perímetro da área da vila, 1.000x1.000 metros, já havia sido medida pelo Incra, Pedro explica a situação da seguinte maneira:

O pessoal do Incra, Iteraima que marcaram, apesar que eles invasaram aqui, aqui foi invasão. O incra, o iteraima não deu licença para ninguém entrar. A turma que entraram, por conta. Porque diz que isso aqui era uma reserva, que aqui era do pessoal mesmo da 01, era fundiária. Mas aí como a moçada entrou e fizeram abertura com serviço, não, não podemos tirar vocês mais. Porque o que vocês fizeram aí, é de vocês mesmos. Aí vieram aí, acabaram de conformar que todo mundo que estava pensando que iria sair, que quando a lei diz que tira, tira mesmo, não tem quem segura. Aí disse não, aí é de vocês mesmo. Para sair, só Deus em primeiro lugar e mais ninguém, nem o presidente. Fechou, fechou, ai sai. É de vocês, aí liberou.

Devido ao fato de seu nome não estar nos primeiros lugares da lista, a espera pelo lote era maior. Os primeiros da lista eram os que receberam lote na sua frente. O trabalho na *picada* não só acompanhava e antecedia a espera pelo lote, como era necessário para tal. Faltou paciência. “Eu não tinha paciência, que era só trabalhando, vendo os outros pegando lote. Cada vez o cara vai ficando longe, aí eu fui me embora [...] A terra eu não ganhei porque não esperei, não tive paciência.” Com o dinheiro dos lotes que havia vendido no Roxinho, comprou uma casa no município de Mucajaí, onde vivem alguns de seus familiares. Mas, ele resolveu voltar. Em seu retorno, o combinado com Dione, era que trabalhasse como caseiro. Receoso, não queria mais exercer essa atividade, mas ter seu próprio lote. Mas cumpriu com o combinado, trabalhando para Dione. Com isso, recebeu uma chácara (lote de vila um pouco mais do que os lotes de casa) e o valor de R\$500,00. Através disto, recebeu os três lotes de vila nos quais mora.

Quando uma pessoa chega na vila procurando terreno, é possível que receba um,

ou dois lotes de vila, com tamanho 15x30 metros. É preciso que se corte a *juquira*, o mato alto que cobre a terra dos lotes, plante e faça um barraco. Nestas condições, a pessoa passa a *zelar* do próprio lote. Ou seja, *zelar* tem a ver não só com a transformação do lote que anuncie a presença e ocupação de uma pessoa, mas fazer destas atividades algo permanente.

Sobre a desistência das pessoas, Pedro observa que grande parte das pessoas já foram embora, não moram mais na vila, ou seja, na *Bola*. Alguns ainda possuem os lotes, seja os de vila, ou o de mata. Porém, visitam apenas para acompanhar o desenvolvimento de alguma plantação que ainda possuam na região. Desde essa época do acampamento, a turma estava toda junta, Ceará e Flamengo eram desta época. Pimenta, companheiro de Dione, também estava. Muitos dos veteranos foram embora. A situação jurídica da terra ainda é de incerteza. A promessa que o Incra viria assentar as pedras³⁵, no primeiro semestre de 2017, ainda não havia sido concretizada no período da pesquisa de campo.

Grande apreciador de café, tem dor de cabeça se não faz o consumo da bebida, duas garrafas diárias. Para dormir, toma café. Não tem o costume de visitar a capital Boa Vista, mas com certa regularidade, visita Mucajái, onde possui uma casa e familiares. Os produtos que necessita de fora, são encomendados através de alguma pessoa que vá visitar Campos Novos, ou Mucajái.

No PA Ajarani ele trabalha tanto em seus lotes, como na prestação de *diárias* nos lotes dos vizinhos. Também trabalha com empreita, uma requisição de grande serviço no qual uma pessoa fica responsável por um grande trabalho. Na impossibilidade de realizar este grande trabalho sozinho, é necessário chamar mais homens, que recebem na *diária*. Numa empreita de, por exemplo R\$1.000,00, pode se lucrar R\$800,00 e pagar o restante de *diárias* para as pessoas restantes. Em sua roça, ele planta milho, feijão, limão, manga, caju, mandioca e macaxeira.



Percebemos como diferentes atores vivenciaram diferentes processos e relações com a terra. Percebemos, por meio das narrativas de Militão, no contexto dos anos de 1970, que a lógica da chegada, acompanhada por um incentivo do Estado (abertura de estradas, redes de comunicação e recursos para agricultura), daquelas pessoas que foram para Amazônia, permitia determinados usos da terra. Os agentes estatais definiam parte destes usos, seja pela criação das vilas agrícolas, da não fiscalização da exploração aurífera, ou do processo de assentar as pessoas

³⁵ Assentar as pedras é referência a um conjunto de ações administrativas do Incra para assentar um grupo de pessoas. Os lotes são medidos, georreferenciados, os nomes dos titulares levantados. As pedras sinalizam os limites entre os lotes.

em lotes previamente definidos. Contrário a este caminho, no caso do Acampamento dos Ciganos, ocupação inicial que conforma a *Bola*, o sentido de ocupar uma parcela de terra de Reserva Florestal extrapola os domínios estatais de distribuição de terras. A reivindicação toma formas particulares, novas formas de negociação se estabelecem, como também regimes de propriedade de valores comensuráveis e incomensuráveis, explorados por STRATHERN (2009) quando discute as qualidades tangíveis e intangíveis da terra, seja enquanto recurso, seja enquanto fonte de vida.

Como vimos, aqueles que, pelas *fofocas* e modalidades das *febres* abriram grotas nos garimpos e montaram barracos nas áreas rurais realizaram estas ações a partir de modos específicos de engajamento com a terra, vivenciando deslocamentos, sonhos, dificuldades e desafios. As diversas intenções que levaram *colonos* e *cutiões*, mulheres líderes de acampamento, crianças nos mostram diferentes formas de mobilidade. No caso do Acampamento dos Ciganos, o processo de demarcação dos lotes é seguido de desistência de várias pessoas. Alguns motivos são apontados para a desistência e as situações que afetam crianças e mulheres: A dificuldade de permanecer numa localidade sem posto de saúde, escola pública com ensino das séries mais avançadas, energia e fácil acesso à água tratada, aparecem enquanto justificativa para algumas famílias desistentes. As crianças por não terem acesso à escola e mulheres por não terem acesso à água encanada, o que dificulta as tarefas domésticas: “Que mulher que quer ficar num lugar que não tem água? Fica nada”, relatava Cleusa. Uma visita do conselho tutelar na região foi apontada como a desistência de várias famílias com crianças, assim como uma invasão que ocorreu a mando do sindicato.

Porém, para aqueles que continuam, na performance de ações contínuas com o intuito de permanecer na terra tem seus efeitos na vida cotidiana. As formas de aprendizado são múltiplas, novas redes de comunicação e trocas se estabelecem e lógicas de deslocamento se conformam. A vida continua.

Em Lombardi (2009), que tem como contexto etnográfico a trajetória das pessoas na construção da Transamazônia, teimosia e persistência são características socialmente produzidas. Nesta etnografia, *teimosia* aparece enquanto qualidade daqueles que enfrentaram as adversidades de abrir novas *picadas*, como também de paciência, à espera de melhoras no local em que se mora. As justificativas e elementos que fazem as pessoas ficar compõem o universo dos possíveis, das alternativas de ficar ou sair. Os *teimosos*, no contexto do vale do Ajarani, fazem parte de um cenário que tanto os qualifica como aqueles que sofreram o “tempo do acampamento”, como os que lutaram. A teimosia se estende num continuum do espaço tempo: a todo dia há que se lutar para dar continuidade à ocupação e cuidado da terra. E é sobre

os que ficaram que falaremos a seguir.

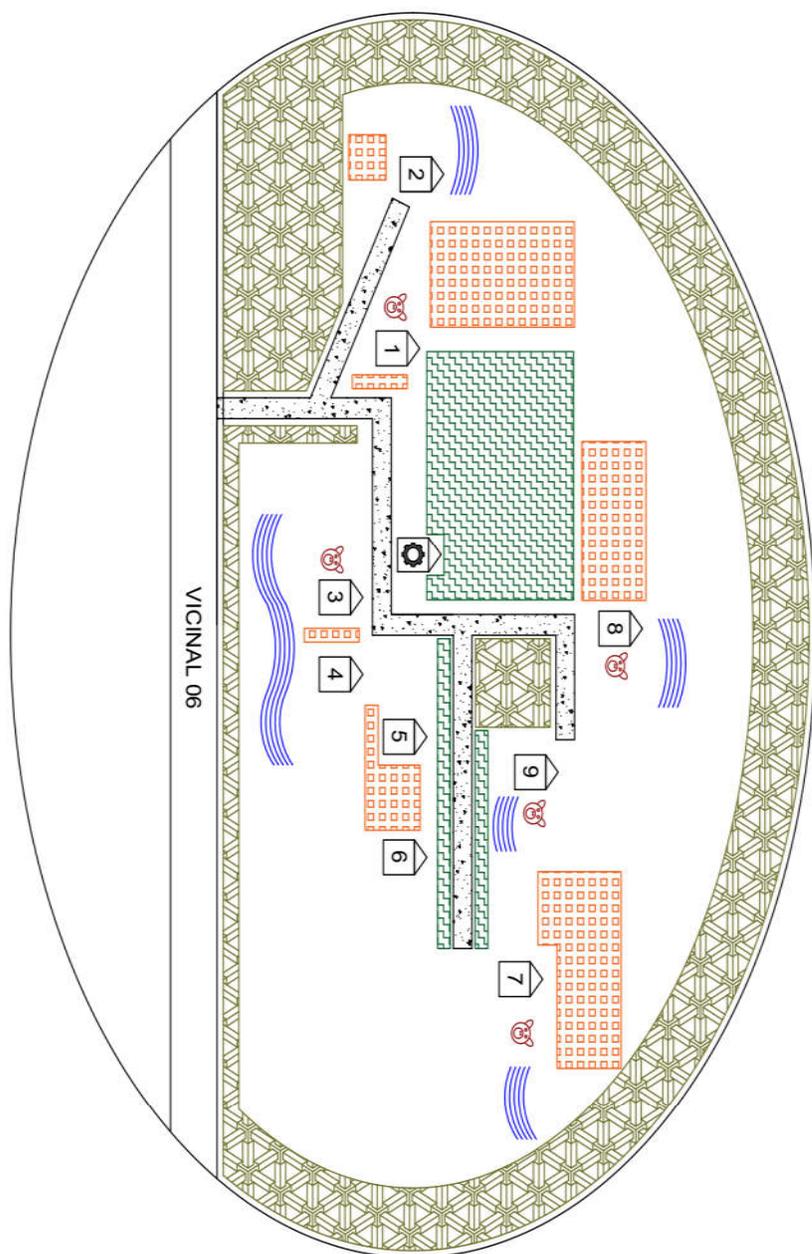
Em adiante, na página seguinte trazemos um croqui elaborado a partir de desenho realizado em pesquisa de campo. Este croqui elabora a disposição das casas da localidade na qual onde os interlocutores desta pesquisa moram. A área da *Bola*, disposta ao longo da vicinal 06, possui uma particularidade em sua espacialidade, por ser rodeada por vicinais, lembrando um formato circular. As casas, na imagem, dizem respeito às moradas de nossos interlocutores, na qual buscamos ilustrar a disposição delas, mostrando a proximidade que marca a distância entre uma e outra. São nove casas principais, que pudemos visitar com mais regularidade e, igualmente, manter diálogos mais prolongados com seus moradores. As casas são, em geral, feitas de madeira e possuem terra de chão batido em seu interior, não existem tipos de cercados que as separem, tampouco muros. As medidas dos lotes das pessoas, em geral, são feitas com fitas métricas e marcadas com pedras dispostas ao chão. A madeira utilizada na construção das casas é de maior qualidade, quando comparada com a utilizada na feitura de bancos, mesas e instrumentos de trabalho.

As fontes de água, de modo aproximado, nos informam acerca do acesso a esta fonte de vida necessária para a realização de diversas atividades diárias: alimentação, lavagem de roupas e louças e, principalmente, preencher os filtros de barro de onde as pessoas bebem água. Os varadores são caminhos abertos já *juquirá*, espécie de mato secundário, que cresce nas adjacências das casas e vicinais. Mato que cresce em localidades que já sofreram o processo de abertura de *picadas*. Estes varadores carecem de ação humana contínua, uma vez que em chuvas constantes crescem em demasiado e em relativo diminuto espaço de tempo, tomando caminhos e dificultando o deslocamento.

Os varadores são uma espécie de conectores, ligando casas de vizinhos, casa de farinha, igarapés, e as áreas de plantação. Em áreas de mata, são menos comuns, dado que logo desaparecem com o crescimento do mato e a menor utilização de pessoas. Em se tratando da casa de farinha, coletivamente utilizada, percebemos que é relativamente localizada numa porção central entre as casas. A *juquirá*, cresce, sobretudo, em lotes que não estão sendo utilizados. As criações, são, sobretudo, de galinhas, patos e porcos, dispostas nas adjacências das casas e não muito distantes de fontes de água.

As fontes de água são compostas por igarapés, ou grotas. Algumas vezes, também, as pessoas cavam uma espécie de buraco em localidades relativamente mais úmidas, quando comparadas a outros locais. Tais localidades, geralmente possuem potencial aquoso e são, de maneira similar, denominadas de grotas. É comum esta prática, vantajosa em época de chuvas, tendo em vista que nem todas as casas possuem igarapés em suas proximidades.

Em se tratando das relações sócio espaciais, percebemos que as disposições das casas dizem respeito à potencialidade de encontros, forma específica de sociabilidade local, que exploraremos no capítulo a seguir.



- LEGENDA**
-  CASA
 -  CASA DE FARINHA
 -  VARADOR
 -  JUQUIRA
 -  IGARAPÉ / GROTA
 -  PLANTAÇÃO
 -  ÁREA DE MATA
 -  CRIAÇÃO DE ANIMAIS:
(GALINHA, PORCO, PATO)

CROQUI 2 - VILA DA BOLA

Capítulo 2. De cutiões e teimosos

Teimosia

Não adianta quebrarem minhas pernas,

Furar meus olhos ou falar pelas costas.

O que sustenta meu corpo são as minhas ideias.

Braços descruzados, tenho um cérebro com asas

E “sou todo coração”

Se me proibirem de andar sobre a água,

Nado sobre a terra

Sérgio Vaz

Este capítulo tem como objetivo analisar a configuração do processo que segue a desistências das pessoas do acampamento dos Ciganos: só os *teimosos* ficam, frase repetida por alguns dos meus interlocutores. Atualmente, há cerca de 15 casas ocupadas na região da *Bola*, dentre as quais pude mapear e visitar com maior regularidade, 09 casas (ver croqui II, na página anterior), nas quais duas mulheres são moradoras com seus companheiros e o restante dos homens moram sozinhos em seus lotes. Homens e mulheres que permaneceram na *Bola* após este processo de saída, referem-se a si como *teimosos*, pessoas insistentes que enfrentaram múltiplas adversidades para permanecer nesta localidade, ou seja, aqueles que performam atividades cotidianas de permanência na terra. Em referência a estas formas locais de sociabilidade, observamos que diversos são os tempos e modos de deslocamento que marcam relações sociais e permeiam o andamento das atividades rotineiras.

Chegar à *Bola* é caro e difícil pelas condições das vicinais e por duas grandes pontes de madeira que se encontram quebradas, fazendo necessária a travessia pelos igarapés, há que se torcer para não ser época de cheia e a travessia ficar impossibilitada. Considerando circulação como uma possibilidade de chave explicativa para diversas dinâmicas de trocas, de circulação de pessoas, bens, dons, dádivas, dívidas, pessoas e afetos, é possível falar de diversos elementos da região: trânsito de pessoas na região do PA Ajarani, trocas e favores, circulação de informações e fofocas, como também os usos coletivos do espaço: recursos hídricos, caça, criações e trocas de sementes e mudas, assunto que será aprofundado no capítulo posterior.

Na pesquisa de Scaramuzzi (2016), o autor trata de práticas sociais e

conhecimentos, no vale do rio Trombetas-Pará, entre comunidades quilombolas e plantas e animais. Privilegiando formas de interação e a inteligibilidade do sensível busca compreender como estes elementos concebem os usos dos lugares e a forma como as pessoas compreendem a região.

Se, no universo dos possíveis, ficar no lote ou deixa-lo, constituem opções no horizonte, o que faz as pessoas permanecerem? A este respeito, o argumento é de que abrir as *picadas* inaugura o “tempo de acampamento” para aqueles que participam de acampamentos e aberturas de estradas na Amazônia. Porém, modos específicos de sociabilidade se desenrolam na continuidade dos modos de habitar e cuidado da terra que produz pertença. A minha hipótese é a de que na produção de um tipo de território específico se produzem também formas particulares de habitar, neste caso, na Amazônia, perpassando relações, pessoas, tempos e regimes de trabalho. Nesta perspectiva, o que é produzir e permanecer neste ambiente amazônico? O que é ser um/uma *teimoso/teimosa*? E mais, o que é ser um *cutiã*?

Diante de tais perguntas, priorizamos, neste capítulo, tratar das diversas modalidades de comunicação, bem como deslocamento e trocas que perpassam relações. Entendendo que tais elementos se desdobram em formas locais de sociabilidade e de apropriação territorial.

2.1 Vida de *cutiã* – modalidades das relações

*A vida de cutiã
É uma vida solitária
Com saúde até que passa
Mas quando chega a malária
Deitado na rede tremendo
No pensando dizendo
“Oh! Que vida precária!”*

Otaniel Mendes de Oliveira in “Vida de *Cutiã*” (2008)

É razoável observar na região do Projeto de Assentamento Ajarani uma massiva presença de homens solteiros e, geralmente, sem filhos, chamados localmente de *cutiã*, talvez em alusão à cutia, um animal com hábitos solitários. De longe, não recorro a primeira vez, ou

contexto no qual escutei o termo *cutiãõ*. Desconfio que tenha sido num dos encontros do grupo de pesquisa “O universo rural em Roraima em perspectiva: processos e transformações sociais” (ver introdução). A conversa era marcada por tom jocoso daqueles que falavam dos cutiões, desses homens solteiros, morando sozinhos nos lotes nos mais diversos contextos rurais em Roraima.

Dados do censo agropecuário realizado em Roraima pelo IBGE em 2006 mostram que, no que concerne às características do estabelecimento agropecuário, é predominante a posse masculina de lotes em Roraima, como também o maior número destes nas localidades rurais, quando comparado a mulheres. O número de proprietários de lotes homens é igualmente dispare, quando comparado a mulheres, 127 contra 9.³⁶ A tabela a seguir foi elaborada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, e informa a distribuição populacional de homens e mulheres, em áreas rurais, no período de dez anos:

TABELA I- DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL EM RORAIMA

³⁶ Conferir:

<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=140028&idtema=3&search=roraima|iracema|censo-agropecuário-2006>, <http://www.seplan.rr.gov.br/site/index.php?governoderoraima=estatisticas> . Acesso em 28/01/2016.

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- IBGE, Elaboração: SEPLAN-RR



A partir do material etnográfico desta pesquisa, pude perceber que cutiã era mais que uma categoria jocosa. E aqui, destaco a jocosidade enquanto elemento de ambiguidade, que pode conter tom de acusação, respeito, constrangimento, implicando, ou não, em evitação. Para tratar dos múltiplos contextos e diversas intensões mobilizadas ao se acionar esta categoria de cutiã, levantaremos uma discussão sobre processo de denominação, tipos de controle das modalidades das relações destas pessoas e os caminhos que conformam esta forma de representação, uma categoria coletiva.

Os fenômenos que designam a maior presença de homens no campo, em relação ao número de mulheres, implicam, em geral, a um maior número de homens solteiros. É o que ocorre na *Bola* e se estende a todo o Projeto de Assentamento Ajarani e outras localidades rurais do estado de Roraima. A conformação de um quadro social no qual homens solteiros constituem parte significativa da população não é exclusividade do Ajarani. Porém, assume formas muito

particulares a depender do contexto sócio histórico em que se localiza. De forma comparativa, traremos alguns exemplos de contextos etnográficos diversos para, em seguida, explorarmos as especificidades locais que nos permitem pensar a ocupação masculina no Ajarani.

Bourdieu (2004) parte de um trabalho etnográfico na região do Bearn, para analisar a questão da reprodução do campesinato francês nesta localidade. “El baile de los solteiros- La crisis de la sociedad campesina en el Bearn” busca analisar a relação entre o sistema de transmissão de herança e padrões sucessórios da terra com a crescente taxa de homens solteiros. Para isto, elege a observação e análise de uma cena de baile nesta localidade rural, onde pessoas solteiras reúnem-se para dançar e, possivelmente, procurar possíveis pares. Uma série de transformações sociais acompanham este cenário, dentre elas: saída das mulheres em direção à cidade, acompanhada da desvalorização do matrimônio campesino e, conseqüentemente, adoção de modos de sociabilidade de caráter urbano. Conseqüentemente, os sistemas matrimoniais com os primogênitos, antes estáveis e desejáveis, passam a ser mais raros, uma vez que as moças passam a adotar padrões urbanos de comportamento.

As estratégias sociais que dizem respeito aos padrões sucessórios da terra, no Bearn, dizem respeito a uma condição campesina que visa manter o patrimônio familiar indiviso, de forma a conter e regular as modalidades matrimoniais desejáveis. Nestas estratégias, a preferência para a transferência dos bens ficava a cargo do filho primogênito. Uma vez que a saída das mulheres para as cidades acompanhou uma mudança nos “modelos culturais”, a taxa de homens celibatários cresceu vertiginosamente. Então, as estratégias matrimoniais que visavam a indivisibilidade do patrimônio familiar passam a sofrer uma “dominação simbólica”, sujeitando sujeitos e modalidades de relações a códigos não conhecidos.

Ao que parece, ao menos no Bearn, este regime celibatário parece algo que compulsório, contrário à vontade dos homens que, incansavelmente buscam formas de constituir parcerias femininas. Ou, resignadas, desistem de tal empreitada, aceitando o celibato como destino. Em oposição aos regimes matrimoniais e estratégias para manutenção do patrimônio familiar, no Ajarani, os homens solteiros não estão inseridos numa rede de parentesco que regule as conformações ideais de relacionamentos matrimoniais, tão pouco exprimem sentimento de frustração ou incessante desejo de finalizar sua condição de solteiro. Igualmente, não é possível falar em padrões sucessórios da terra, uma vez que o Projeto de Assentamento Ajarani tem apenas quatorze anos de implantação, de forma que é impossível estabelecer um padrão de lógicas sucessórias da terra, visto que o elemento geracional não se encontra presente.

Em contexto etnográfico localizado na América Latina, mais especificamente na zona rural da porção norte do Haiti, Bulamah (2013) mostra como certas lógicas de divisão e limites entre parcelas de terras têm relação com as divisões patrimoniais das famílias e, conseqüentemente, os regimes matrimoniais. Ao analisar a situação de um homem solteiro nesta localidade e as implicações de tal condição para ele e seu grupo parental, o autor mostra como esta condição atravessava desde situações jocosas, até implicações mais sérias como formas de nomenclatura (a ele são dirigidos apelidos que dizem respeito a sua figura materna) e áreas de cultivos e vendas da família nos mercados e feiras locais. Em concordância com a condição de solteiro deste homem, os trabalhos de venda no mercado eram feitos por sua mãe, algo atrelado a críticas e jocosidades.

Percorrendo o caminho de outras situações de homens solteiros, sugere que na falta daquilo que chama de “signos de masculinidade”, eram atribuídos elementos do “universo feminino local”: “Um *jeran lakou* alguém da família, normalmente homem solteiro, que por uma razão relacionada necessariamente à sua condição de celibato passa a “gerir o *lakou*” de modo a cuidar da limpeza das casas e do pátio, a criar situações de convívio, pensar questões ligadas à sucessão, a casamentos, heranças e trocas (BULAMAH, 2013, p.67)”³⁷.

Ou seja, percebemos que tais “signos de masculinidade” são formas locais e especializadas que dizem respeito a regimes matrimoniais, divisão sexual de tarefas, possuir, ou não filhos. A pessoa solteira, “*jeran lakou*”, presente nas famílias rurais haitianas, eram relegadas tarefas e formas de sociabilidade que visavam a manutenção do grupo doméstico. Em uma última descrição de um jovem celibatário, o autor destacava que por ter problemas na fala, dentre outros atributos, estava sujeito à condição de solteiro, dedicando-se ao preparo de café, comida e trabalho nas diversas roças de seu grupo doméstico.

Em concordância com os “signos de masculinidade” como maneiras especializadas, locais e situacionais de se tratar regimes matrimoniais, presença ou ausência de filhos, como também uma certa divisão sexual de tarefas, no Ajarani, estas formas se mostram operativas de modos específicos. Os *cutiões* parecem estar sujeitos a formas locais que dizem respeito a divisões sexuais de tarefas. Na situação em que a ausência de uma companheira é marcada, é esperado que o homem assuma as tarefas de limpeza da casa, preparo de alimentos, lavagem de louças, roupas, limpeza do terreno, plantio de canteiros e cuidado com os animais de criação (galinhas, patos, porcos). Tarefas estas, em geral, associadas ao universo das mulheres.

Em se tratando dos regimes matrimoniais, a configuração do celibato no Ajarani

³⁷ Nesta localidade, um *lakou* designa um grupo doméstico local, atrelado a lógicas de parentesco próprias.

não está associada, diretamente, a implicações específicas em grupos domésticos locais. Quero dizer com isso que esta condição não implica em assumir funções específicas diante de um grupo de parentes. Afinal, a maioria de meus interlocutores não possuía parentes consanguíneos na região. No que diz respeito às modalidades de comunicação, se por um lado, as habilidades de fala podem estar associadas a uma facilidade de conformar novas relações, por outro, não são garantia da ausência do celibato.

No norte do Goiás, em Minaçu, Guedes (2013) identifica formas específicas de homens solteiros habitarem o mundo e nele se deslocar. Ao estado civil de certos homens nas atividades de garimpo, estava associada uma maior flexibilização de relações de trabalho e maior probabilidade de mobilidade. O autor sugere que relações de trabalho de maior durabilidade e estabilidade, pareciam carregar em si atributos maternos, como a empresa que cuida, por exemplo. A isso se contrapondo, as modalidades menos duradouras estariam associadas ao “febril”, aquilo que arde e logo se dissipa, porém garante mobilidade favorável ao desejo de autonomia no trabalho e nas escolhas de vida. Ao desejo de “cair no mundo”, o autor associa uma longa disposição “sertaneja” para a mobilidade.

Ao descrever o convívio com seus interlocutores e localizar-se enquanto homem solteiro, o autor indica que esta posição marcava relacionamentos, e o apontava enquanto pessoa que inclinações para sair, beber e, igualmente, sugeria que ele estava apenas passando uma temporada. Algo que, em suas palavras, configurava uma espécie de “sociabilidade masculina e juvenil”. Tal sociabilidade com disposição para o deslocamento se mostrava potente quando acompanhada da aquisição de uma moto. Então, o dinheiro, a aquisição de bens de locomoção, estão associados a uma forma de se movimentar, possibilidades de “cair no mundo”.

Neste universo de sociabilidade, entrecortado por andanças e “varar no mundo”, era esperado que os homens pudessem constituir famílias, em alguns momentos, e estarem solteiros em situações posteriores. Igualmente, era esperado que homens solteiros não criassem filhos sozinhos, independentemente de sua situação financeira. Dentre seus interlocutores de meia-idade e solteiros, era comum que tivessem constituído família em algum momento de suas vidas. Isto posto, os modos de habitar e de elaborar as mais diversas modulações de mobilidade, parecem ter relação não só com a idade, mas com a condição matrimonial do homem.

Em referência a uma abordagem diacrônica da ocupação desta região mineradora, no século XVIII, o autor cita que a visão da sociedade colonial, centralizada na família não previa a não constituição de laços matrimoniais entre as pessoas daquela localidade. De sorte que os vínculos matrimoniais se constituíram de forma marginal, prevalecendo-se a presença

de homens solteiros e “desenraizados”.

De maneira análoga, na região do vale do rio Ajarani, as formas de homens solteiros habitarem o mundo e nele se deslocarem, têm relação com seu estado civil. A maioria dos homens que possuem lote na região e são localmente identificados como *cutiões*, experimenta considerável parte de seus dias nos limites do Projeto de Assentamento Ajarani, fazendo visitas pontuais a localidades próximas. Contrapondo a isto, homens casados e que possuem filhos, uma vez trabalhando em lotes desta região, costumam deslocar-se para vilas e cidades próximas, nas quais, em geral, suas companheiras moram. Ou seja, diferentemente de Minaçu, onde os homens solteiros parecem ter uma maior flexibilização de deslocamento, são os homens casados, no Ajarani, que se deslocam com maior frequência. Seja para visitar suas famílias, resolver algum tipo de burocracia, situação escolar dos filhos, ou questões relacionadas a saúde. Os *cutiões* são os que ficam.

Ainda de maneira comparativa, percebemos que a passagem pelo garimpo carrega em si marcas de um tempo de aventuras, novas descobertas e desafios, como pudemos observar no capítulo I. Tal disposição para aventura e desejo de explorar o mundo, bem como manter ocupações nas quais a liberdade do andar fosse garantida, têm relação com os modos de habitar destas pessoas. De modo que podemos afirmar a continuidade entre formas de ocupação e as ocupações laborais, uma vez que mobilidade e trabalho estão intimamente ligados, observando nisto o sentido histórico na produção territorial desta localidade, perpassado por projetos de colonização, era do eldorado, *abertura de picadas*.

Deste modo, aos homens solteiros é relegado a maior flexibilização de relações de trabalho e maior probabilidade de grandes deslocamentos, para outras regiões. Explico: se no garimpo, como observamos no capítulo I, os deslocamentos eram motivados por paixões, desejo de *bamburrar*, tornar-se rico com a captura de uma valiosa pepita de ouro, é também nesta atividade que os ganhos financeiros acompanham maiores deslocamentos para aqueles que não possuem vínculos matrimoniais. Uma vez que o retorno para uma companheira não é obrigatório, as chances de se deslocar pelas mais variadas atividades trabalhistas e locais, é maior. Ou seja, ser solteiro carrega em si uma potencialidade para deslocamentos entre as mais diversas ocupações. Isto posto, o câmbio entre cenários rurais e urbanos, como também os trabalhos na roça, garimpo e as mais diversas ocupações ofertadas em contextos urbanos, é mais praticado por *cutiões*, se comparado a homens com vínculos matrimoniais duradouros e presença de filhos. Então, observamos duas modalidades de deslocamento: aquela que diz respeito aos deslocamentos pontuais, em referência às proximidades de vilas e cidades, que melhor caracteriza a de homens casados. Contrapondo aos deslocamentos, muitas vezes,

relacionados aos trabalhos, desejos de conhecer outros lugares e alcançar ganhos financeiros que possibilitam mais potência de deslocamento, como também manutenção de autonomia de trabalho e escolhas, associados aos *cutiões*.

A conformação de uma sociabilidade com disposição para o deslocamento, no Ajarani, constitui o que chamo (inspirada em Guedes, 2013) de modalidade febril de mobilidade. Nesta região, observamos que o câmbio entre garimpo, roça e cidade ocorre de forma distinta a depender de homens casados ou solteiros, bem como é mobilizada a partir de diferentes intensões. Os modos de habitar e de elaborar as mais diversas modulações de mobilidade ganham forma a partir de ações e desejos de pessoas, não estando distanciado de suas formas de constituir, ou não, laços matrimoniais.

Esta modalidade febril de mobilidade se conforma desde elementos que versam sobre a autonomia de trabalho e de escolha acerca dos locais onde se pretende morar e trabalhar. A situação de uma morada mais duradoura no lote não exclui a possibilidade de retornar ao garimpo, ou ir à procura de outras colocações nas cidades e vilas próximas. Entretanto, para aqueles que são solteiros, estas alternativas parecem não só tentadoras, como possíveis. Se a vinda à Roraima, para alguns de meus interlocutores, como mostrado no capítulo anterior, foi motivada pelo garimpo, os caminhos a seguir pós decadência da grande produção aurífera, parecem que carregaram em si os aspectos de sociabilidade constituídos neste primeiro momento. Ou seja, mesmo quando realizada em grupo, a exploração do ouro constitui-se enquanto um caminho solitário para aqueles que a desejavam. Marcando distanciamento de possíveis famílias previamente formadas, ou, a depender das disposições e intensões dos homens, dificultando formas mais estáveis de relacionamento, como por exemplo, habitar a mesma casa e ter filhos.

Como no garimpo, onde os deslocamentos eram promovidos, sobretudo, por notícias de áreas mais vantajosas de exploração do ouro, caracterizadas pelas *fofocas*, nas diversas formas de habitar e montar acampamento, a *fofoca* acompanha a propagação das notícias, consolida o desejo da mobilidade, e projeta sonhos. De modo que permanecer *cutiões* é também manter a possibilidade de autonomia para seguir as *fofocas* de modo autônomo, sem depender de decisões que digam respeito a um determinado grupo doméstico. Exemplificamos estas afirmações com dois exemplos a seguir.

Em primeiro lugar, lembraremos a situação do companheiro de Cleusa, Léon. Na época em que buscavam um lote no Projeto de Assentamento Ajarani, ele estava passando uma temporada trabalhando no garimpo num país limítrofe ao Brasil, Guiana. Na situação do casal, o período de Léon no garimpo foi reduzido por alguns fatores e acontecimentos. Ele precisava

acompanhar sua companheira que fora para o PA Ajarani e, simultaneamente, contraiu leishmaniose no garimpo. De sorte que voltou *brefado*, ou seja, não obteve retorno no tempo e dinheiro investido na exploração aurífera. Ao que parece, seu retorno precoce deu-se a partir de uma situação de doença, prejuízos e, sobretudo, desejo e necessidade de retornar ao encontro de sua companheira.

Contrapondo a situação matrimonial de Léon, o segundo exemplo retoma o caso de Ceará, um senhor prestes a se aposentar e solteiro. Algumas das expressões que ele utiliza para explicar seus processos de deslocamento, bem como sua tomada de decisão, reforçam o argumento que a autonomia de trabalho e liberdade de escolhas são intrínsecas às tomadas de decisão: “Tenho passaporte, minha filha, eu posso avoar para onde eu quiser, polícia não me ferra não”. E em seguida: “Qualquer serviço eu vou”. Ao descrever os locais pelos quais trabalhou e morou, não fazia menção a considerar pessoas de um determinado grupo doméstico para tomada de suas decisões. De modo que a duração, como também a escolha dos locais é tomada a partir de outros elementos, como autonomia, liberdade, desejo de andar.

Na proposta de Vincent (1977), percebemos que os movimentos têm seus efeitos para além dos limites do local observando, estendendo-se para processos diacrônicos, bem como pessoas de fora daquela localidade. Para esta autora, as dinâmicas de mobilidade e “fluxos sociais” variam a depender de múltiplos arranjos que conformam relações e valores em fluxo. Se por um lado, a importância dos laços matrimoniais foi explorada desde a incorporação de grupos, passando pelas lógicas sucessórias da terra, até a escolha de parceiros em parcelas aproximadas, no intuito de expandir os domínios territoriais do grupo doméstico, por outro, são identificados padrões de mobilidade social diversos, que dizem respeito a lógicas matrimoniais locais, sexo e idade.

Para a autora, em se tratando do universo do movimento de mulheres na “sociedade agrária”, vê-se acompanhado a ida destas mulheres para os centros urbanos e emprego em atividades que não sejam ligadas ao trabalho na lavoura, o que ela chama de liberdade frente à opressão do sistema patriarcal. Em relação à mobilidade das crianças, a estrutura educacional oferecida pelos contextos rurais e “o valor atribuído às crianças como bens econômicos potenciais a serem distribuídos entre uma estrutura de parentesco ecologicamente adaptada (VINCENTE, 1977, p.385).

A presença, ou falta de mulheres enquanto assunto de conversas do âmbito cotidiano é tratada enquanto elemento que marca a vida dos cutiões. Aqui percebemos uma oposição entre gênero masculino e feminino que marca possibilidades diferentes divisões do trabalho, tipos de saída, diferentes fluxos e múltiplas possibilidades de circulação (VINCENT,

1977). Por outro lado, a presença de mulheres na região sempre chama muita atenção, sendo marcada por disputas de conquistas pelos *cutiões* e, a depender do contexto, situações de desconforto.

Em pesquisa de campo realizada no Espírito Santo, Nogueira (2004) pensa a situação do que chama de “subordinação feminina” desde uma perspectiva de transformações estruturais com o crescimento do agroturismo, que desestabilizou aquilo que era localmente entendido enquanto atribuições sociais das mulheres. Se em um momento, anterior ao agroturismo, as mulheres se viam em situação desvalorizada do campo das tarefas reprodutivas e domésticas, em momento posterior, esta nova atividade econômica, acompanhada de seu caráter remuneratório e público, desestabiliza estas atribuições.

Determinada produção no campo dos estudos rurais vai compreender a constante saída de pessoas do sexo feminino para as cidades e a maior permanência de homens no campo enquanto um fenômeno de “masculinização do campo”. Entretanto, no Ajarani, minha hipótese é que a sociabilidade masculina que caracteriza parte da modalidade febril de mobilidade, é um *continuum* no espaço-tempo que diz respeito aos modos de se deslocar que vão desde o garimpo até a chegada na roça. Nesta modalidade febril de mobilidade, ao menos no que diz respeito aos *cutiões*, o desejo de autonomia, de andar no mundo, bem como tomada de decisões, não parecem estar atreladas a um grupo doméstico específico.

Em parte, o número diminuto da presença de mulheres em relação ao número de homens, no Ajarani, se explica, por alternativas de trabalho nas cidades, seja para estudar, seja para trabalhar no setor de serviços, saúde e educação. Porém, levando a sério a proposta de Vincent (1977) que abarca os processos históricos enquanto elementos constitutivos das dinâmicas de mobilidade, o celibato que marca a chegada à Roraima, a ida sozinho ao garimpo, acompanha os deslocamentos posteriores. Igualmente, como mostramos nos parágrafos anteriores, os *cutiões* carregam em si potencialidades para promoverem deslocamentos que percorrem os mais diversos locais e ocupações trabalhistas, uma vez que não possuem companheiras para as quais retornar.

2.2 Quem vai querer ficar com um homem *bangue*, que fica só na cachaça? - modos de conversar e possibilidades afetivas

São diversos os caminhos que levam um homem a ser considerado *cutião*, ou que outras pessoas de sua localidade o reconheçam enquanto tal. Alguns deles podem ter experienciado situações nas quais foram casados, ou tiveram companheiras. Até mesmo há

possibilidade de terem filhos, mas que moram em outras cidades, ou perderam contato. O que assinala, por excelência, esta categoria nativa é a condição de ser um homem sem companheiras, morando sozinho em suas casas nos lotes.

Como exposto no capítulo anterior, quando nos referimos ao trabalho de Dainese (2015), pudemos perceber que o “saber prosear” é capacidade e ação investida em potência de prolongar encontros e afetos. Do mesmo modo, as “medidas de proximidade e distância”, dizem respeito a etiquetas locais que versem sobre os momentos desejáveis de se prolongar, ou interromper encontros. Ou seja, o código da velocidade destes encontros e os conteúdos de suas conversas. Para a autora, a “cartografia dos afetos” carrega em si o mapeamento das qualidades das pessoas desde comportamentos e normas de sociabilidade. Então, exploraremos as “possibilidades de convivência” no Ajarani, levando em conta as diversas modulações da mobilidade desta localidade.

Como já frisado, a presença de *cutiões* é muito marcada na região do Ajarani. Em pesquisa de campo, tive oportunidade de conversar com algumas mulheres: Dona Clara, Cleide, Dione, Cleusa, Solange. Em algumas situações de fofoca até mesmo a sexualidade dos *cutiões* é vista como algo jocoso. Ao passo que *contando vantagem*, algumas de suas aventuras de relacionamento com mulheres em outros municípios me foram relatadas. Sempre pontuada a escassa presença de mulheres, pois poucas são as que *aguentam fica no mato*, na floresta. A casa se um homem, se arrumada, mesmo na falta de uma mulher, é algo admirável: “o homem fica sem norte, não sei como aguenta”, nas palavras de Flamengo.

Quando se trata das conversas sobre a vida nos lotes e na floresta, é comum se escutar “aqui só tem cutião”, em complemento à situação da permanência, em número disparadamente desigual em relação aos homens, das mulheres. Em relação ao domínio do universo feminino, na *Bola* do Ajarani, a falta de água encanada, de poço em todas as casas, de um posto de saúde e de escola para crianças, são variáveis associadas ao número diminuto de mulheres, quando se comparado ao de homens. Flamengo, quando falava sobre possibilidade de mulheres morarem no PA Ajarani, sinalizava que não há uma que queira ir.

Solange, minha amiga que mora no PA Ajarani, estuda o curso de licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal de Roraima. Com calendário específico, seu curso pressupõe o tempo de aula e a vivência na “comunidade”, de forma que ela transita entre um período cumprindo os créditos de suas disciplinas em Boa Vista, e o período restante no Ajarani. Ou seja, embora more parte de seus dias em Boa Vista vivencia os demais dias no Ajarani. De forma que, admitindo-se maior escolarização que os homens de sua família, ela tem um maior potencial de circulação e de possibilidades de visitar outras localidades, seja em Boa

Vista, seja em congressos de seu curso em outras regiões brasileiras.

A possibilidade de visitar diversas localidades, ao que me parece, tem gradações possíveis a depender das pessoas e situações. Como já dito, *cutiões* que possuem moto têm maior mobilidade local e facilidade de deslocamento. Essa potência móvel é estabelecida a partir de possibilidades materiais que resultam em múltiplas possibilidades afetivas. Podendo transcorrer vicinais, vilas e cidades, as pessoas entram em contato com amigos, parentes, promovem encontros amorosos, passeiam, resolvem problemas burocráticos nas cidades, vão a consultas médicas. Ou seja, promovem encontros.

A matemática que calcula o potencial de uma pessoa de prolongar encontros, passa por uma etiqueta das habilidades de fala, àquilo que serve para identificar alguém enquanto bom conversador. No caso dos encontros com os *cutiões* entre si e com outras pessoas, alguns princípios conformam relações e seu potencial de prolongamento ou afrouxamento. Às trocas de palavras e informações, são dadas atenção, cuidado, sendo proferidas, sobretudo, em momentos de lazer, alimentação ou interrupção do trabalho. No caso dos *cutiões*, muito do trabalho no lote é realizado em momentos individuais.

Ainda no plano dos encontros, geralmente são acompanhados de diferentes níveis de conhecimento público. Ou seja, as pessoas, em alguma medida, têm conhecimento acerca de quem conversa com quem, aonde e quando. Um conhecimento espaço temporal de trocas de mensagens. Logicamente, quando estes encontros extrapolam os limites da *Bola*, este conhecimento tem seu potencial reduzido. Não obstante, não exclui sua possibilidade. Mesmo no plano da vila de Campos Novos, Mucajaí ou Boa Vista, as notícias e conversas circulam, carregando em si marcas específicas de qualidades da mensagem: “alguém fica gripado lá e aqui chegam dizendo que está morrendo”, era o que falava uma senhora no ponto de espera de carona na vila de Campos Novos em direção ao PA Ajarani.

A facilidade ou aptidão para o discurso é qualidade daqueles que tornam encontros prazerosos e conversas interessantes. É preciso saber conversar, como também perceber os assuntos acionados em determinados encontros. Loquacidade esta que exige tratamento diferenciado quando se considera com quem se fala e em qual contexto. Ou seja, são específicas e situacionais. Não foram poucos os momentos nos quais ouvi que, enquanto mulher, não deveria andar sozinha na casa de *cutiões*. Em outras situações, fui comparada a crianças, por falar com todos. Ou seja, pessoas para as quais as regras e etiqueta dos encontros para conversas são mais frouxas. Crianças podem, em geral, falar com diversas pessoas, sobre diversos assuntos sem serem julgadas ou levadas muito a sério.

O café, a bebida do interior, acompanha o aroma, o beber e o alimentar destes

encontros. Parece, que assim como meus interlocutores, é também dotado destas qualidades de prolongamento e afrouxamento. Um café ruim, amargo, não parece convidativo nem para uma conversa. Enquanto que um café passado na hora e bem açucarado prolonga afetos e diálogos. É também bebida que possibilita manter a pessoa acordada e suportar o trabalho até o momento da próxima refeição, igualmente pode assumir função oposta e ajudar a dormir aqueles que tem uma relação muito íntima com a bebida e só conseguem se acalmar depois de uma garrafa desta. É servido a todo visitante que chega na casa de alguma pessoa na *Bola*, e o convite para se repetir a dose é comumente manifestado.

De modo que, existem situações que, cercadas de café e boa conversa, são potencialmente estendíveis e passíveis de se repetirem. O aparente isolamento da *Bola*, por ser uma região sem rede que interligue cabos e postes de energia, ou sinal de telefone e internet, facilitadores da comunicação e circulação de informações no mundo “moderno”, não condiz com a rápida circulação de informações que circunda esta região. A notícia e as pessoas circulam de várias maneiras. O rádio, a moto, os atravessadores, a relação com os atravessadores, as idas às vilas e cidades por diversas motivações, os agentes de saúde, são vetores de fluxos de informações, pessoas e fofocas.

Existe um mapeamento local de pessoas e fluxo de informações que diz respeito a variadas capacidades de se localizar socioespacialmente. Quer dizer, mais que um mapeamento das relações, de possibilidades de interlocução e de avaliações situacionais da posição do ouvinte e daquele que profere as palavras, acredito que pensar numa habilidade comunicativa situacional seja mais eficiente. Ela desestabiliza, em alguma medida, a noção estática que um mapa produz e elege outras capacidades sensoriais que calculem a extensão e dinâmica deste fluxo de conversas e encontros. Mesmo existindo uma etiqueta que verse sobre a capacidade de promover e prolongar encontros, diversos elementos a caracterizam enquanto situacional.

É no âmbito das possibilidades afetivas, de se conformar novas relações, ou promover afastamentos, que percebemos relação com o habitar. Uma etiqueta, forma de sociabilidade local que diz respeito aos modos ideais de se comunicar e em quais locais estas formas de comunicabilidade devem ser promovidas. As formas específicas das pessoas do Ajarani habitarem o mundo, se deslocarem e constituir formas específicas de relações, igualmente, diz respeito a uma questão específicas: por onde o corpo pode e deve circular?

Quando Mauss (2003) trata a respeito de uma noção de corporalidade, de como as pessoas servem-se de seus corpos, chama atenção para uma série de disposições corporais, posturas, modos de se expressar corporalmente, que têm relação com os contextos sociais nas quais se constituem. Ao processo de aquisição de “atos” e séries de movimentos” expressados

através dos corpos, o autor identifica processos de aprendizados que dizem respeito a formas locais de sociabilidade, modas, prestígios e conveniências. Ou seja, os modos de um grupo de pessoas de expressar corporalmente, não se limita a ser uma mimese coletiva, mas técnicas corporais aperfeiçoadas no decorrer do tempo e que se fazem a partir de elementos diversos. Sobre a noção de corpo, ele informa:

Nessas condições, cabe dizer simplesmente: estamos lidando com *técnicas do corpo*. O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo. Imediatamente, toda a imensa categoria daquilo que, em sociologia descritiva, eu classificava como “diversos” desaparece dessa rubrica e ganha forma e corpo: sabemos onde coloca-la (MAUSS, 2003, p. 407).

As técnicas do corpo, ainda em Mauss, dividem-se a partir de alguns critérios e variabilidades. A primeira delas diz respeito aos sexos e idades. Em sua perspectiva, essa distinção recai sobre homens e mulheres, adultos e crianças.

Em seu turno, Bourdieu (2006) trata da noção de corporalidade a partir de um cenário camponês, no Bearne francês. Ao eleger os bailinhos como evento privilegiado para explorar uma situação e observar os modos de percepção dos corpos de homens solteiros camponeses, o autor sugere que a saída das mulheres aos centros urbanos, aliado a adoção de modos de sociabilidade destes locais, acompanhou a desvalorização do matrimônio campesino. Ou seja, a tendência dos homens daquela localidade a permanecerem solteiros, não diz respeito somente a um número desigual entre homens e mulheres. As mulheres que lá circulam, ou possuem relações com grupos domésticos locais tão pouco se interessam por eles.

A aparência das moças que frequentavam os tais bailinhos, poderia ser descrita enquanto urbana. Tal possibilidade descritiva se dava a partir de uma série de elementos que conformava esta característica: vestimentas, penteados, determinado corte de suas roupas e modelos de sapato, gosto musical e disposição para danças. Nestes bailinhos, mesmo que fosse contrário aos seus desejos, os homens solteiros nunca dançavam, nas palavras do autor:

Esse baile do interior dá ocasião a um verdadeiro choque de civilizações. Nele é todo o mundo da cidade, com seus modelos culturais, sua música, suas danças, suas técnicas corporais, que irrompe na vida camponesa. Os modelos tradicionais dos comportamentos em festas se perderam ou deram lugar a modelos urbanos. Nesse domínio, como em outros, a iniciativa é das pessoas do *bourg*. As danças de antigamente, que traziam a marca do campo em seus nomes (*la crabe, lou, branlou, lou mounchicou* etc.), em seus ritmos, em sua música, nas letras das músicas, foram substituídas por danças importadas da cidade. A propósito, é preciso admitir que as técnicas corporais constituem verdadeiros sistemas, solidários a todo um contexto cultura (BOURDIEU, 2005, p. 85)

No Ajarani, os homens solteiros não escapam a este tipo de “séries de movimentos” expressados pelos corpos, bem como possíveis julgamentos de suas aparências, modos de fala e gestos. Sobretudo desde uma visão feminina. A qual pude compartilhar em diversos momentos durante a pesquisa de campo, seja nos pontos de espera de carona, ou em momentos nos quais visitava as casas destes homens solteiros. Geralmente, acompanhada de alguma figura feminina.

Enquanto cuitão pode ser acionado em contextos jocosos, como aquele homem sozinho, sem companhia e cuja heterossexualidade é posta sob questionamento, despertando sentimentos que passam por evitação, solidariedade e respeito, ou seja, elementos definidores dos prolongamentos ou contração de encontros, sua condição de potencialmente casável pode ser aniquilada a depender de sua predisposição e possibilidades de promover encontros e estendê-los. Nem todos os cuitões possuem motos ou capital financeiro para visitar vilas, Mucajaí ou Boa Vista, locais indicados na fala de meus interlocutores enquanto possíveis para se conhecer novas mulheres. Alguns chegam a passar anos na região da Bola, sem ao menos visitar Campos Novos, a vila mais próxima. Ou seja, a possibilidade de se deslocar por entre vilas e centros urbanos, está associada a uma maior potencialidade de conformar relações.

A possibilidade de deslocamento e permanência nestes locais de encontros prováveis, atravessa questões relacionadas ao que, em campo, foi entendido enquanto uma espécie de preconceito que as pessoas da cidade teriam em relação ao homem do campo. Alguns, sem acesso a tratamento dentário ou roupas novas, vão às cidades com unhas sujas de areia, pele queimada do sol, roupas desgastadas, ou algum tipo de ferimento ocasionado por acidentes do trabalho na lavoura. Características que não seriam atrativas para possíveis parceiras, do ponto de vista dos cuitões.

Diversas foram as ocasiões nas quais a aparência, bem como os modos de vestir destes homens foram tema de nossas conversas. As queixas diziam respeito a uma espécie de preconceito sofrido nestes cenários urbanos. De modo que, se pensarmos nas modalidades de mobilidade e, atrelarmos a isto a corporalidade, alguns locais constituem-se enquanto desejosos para visitas, enquanto outros passam a ser evitados. A ida a cidade constitui momento de planejamento prévio, acompanhando de roupas mais novas, se comparado com as utilizadas no cotidiano e banhos de perfume. A descrição da situação a seguir ilustra o fato de que as formas de apropriação territorial e deslocamento são atravessadas pelo corpo. O corpo, em certa medida, igualmente prolonga, ou retrai possibilidades comunicativas, afetivas e de mobilidade.

Em certa ocasião, estava de carona com Fábio, um homem solteiro desta localidade que me oferecera carona para a vila de Campos Novos em sua moto. Em todos os momentos

do trabalho, como a maioria dos homens desta região, utilizava bonés ou chapéus, para proteger o rosto de raios solares, e alguns animais peçonhentos. Para além disto, ele também utilizava óculos algumas vezes. Sempre acompanhando de seus pertences, carregava mudas de roupas limpas, um sapato social pouco desgastado e cosméticos, como perfume e desodorante.

No dia de nossa carona, nos deslocamos para um lote do Projeto de Ajarani, que pertencia a um amigo seu. Neste lote, ele havia deixado tais pertences pessoais. Lá chegando, comemos um pouco de jaca que havia sido aberta sobre a mesa e ele me informou que tomaria banho no igarapé que passava nos fundos do lote. Rendida ao cansaço, optei por ficar na casa, enquanto ele tomava banho. O tempo que ele se dedicou a esta atividade, pareceu infundável. Depois do banho, gastou mais alguns minutos arrumando cabelo, e utilizando seus cosméticos. Mostrava-se preocupado em chegar na vila arrumado e exalando um bom perfume, com roupas não gastas pelo trabalho na lavoura.

Isto posto, percebemos que a matemática que calcula o potencial de uma pessoa promover e prolongar encontros atravessa não apenas a etiqueta das habilidades da fala, ou a partir da aquisição de uma moto, por exemplo. A sociabilidade masculina com disposição para o deslocamento é constituída, também, por aquilo que diz respeito ao corpo: formas de se portar nos mais diversos locais, roupas ideais para estas ocasiões, bem como a escolha dos cheiros e palavras a serem marcadores da presença de uma determinada pessoa. Se os centros urbanos são locais de preconceito para aquele que vem das localidades rurais, é também lá que a pessoa pode assumir outras formas de sociabilidade marcadas por etiquetas corporais específicas.

Amazonas, um dos moradores da Bola, morava na vila do Apiaú e comprou um lote na região do Ajarani. Foi então que começou a cultivar maracujá, macaxeira (mansa), mandioca (brava) e possuir uma criação de patos neste lote recém adquirido³⁸. Diferentemente da maioria dos demais homens da área da Bola, ele tem uma companheira, Letícia e juntos têm seis filhos. Três meninos e três meninas. No período das férias escolares das crianças, toda família fica reunida no Ajarani, já que Letícia e as crianças moram no Apiaú. O argumento dela é de que nesta localidade há escola, energia, posto de saúde para as crianças e no Ajarani não. Porém, defende que, caso houvesse, ela gostaria de morar lá.

Precisamente pelo fato de compartilhar a presença, trabalho na roça e com as criações, feitura dos alimentos, ainda que somente no período das férias escolares das crianças,

³⁸ É comum, nos mais variados contextos amazônicos, adotar um modo de classificação dos tubérculos que levem em conta níveis de acidez, como também coloração, tamanho e modos de cozimento e plantio. No caso do Ajarani, os tipos mansos designam acidez menor e são consumidos na forma cozida, já as bravas são mais ácidas e utilizadas na feitura da farinha.

a situação de Amazonas é avaliada por ele e por seus vizinhos, enquanto um arranjo familiar. Posto que passa maior parte dos dias do ano sozinho em seu lote, Amazonas não se considera cutião e nem é visto por seus vizinhos como tal. O mesmo não ocorre com cutiões que possuem filhos em localidades distantes, ou que, de alguma forma, perderam contato, se distanciando dos mesmos. Ou seja, ser cutião, em certo grau, também passa por aquilo que identifiquei como um potencial da pessoa prolongar encontros, juntamente com uma forma específica de constituição de arranjos familiares em acordo com uma sucessão de eventos que constituem proximidade, trabalho na terra e compartilhamento do viver em conjunto.

Em se tratando de sua percepção em relação aos cutiões, Letícia, uma mulher que andava por onde queria sem muitas preocupações com as fofocas de andar em casas de cutiões, sempre fazia muitas observações jocosas e cuidava muito bem de seus filhos. E comentava: “quem vai querer ficar com um homem *banguê*, que fica só na cachaça?”. Sua fala diz respeito à falta de acesso a tratamento dentário que acomete muitos dos *cutiões*, principalmente aqueles que possuem menos condições de ir às vilas e cidades, o que os deixa com saúde bucal comprometida, acarretando queda dos dentes. E, sobre a cachaça, muito tempo sozinho nos lotes, os momentos de lazer são regados a cachaça e as músicas dos radinhos a pilha. A respeito da contabilidade que determina quando seu consumo é excessivo, se verificam três situações: ressacas que atrapalham o trabalho no lote, não preparar a própria comida e incomodar as pessoas com os estados de percepção alterados.

Quando trata a respeito da colheita do café no município de Cabo Verde-MG, Torres (2018) identifica percepções em relação ao corpo que dizem respeito a modos de circulação e intensões de deslocamento. Na possibilidade de trabalhar na colheita do café, atividade que carece de grande número de pessoas, uma vez que grande parte da extensão territorial do município é coberta por plantações de café, pessoas do norte de Minas, Paraná e Bahia deslocam-se para esta cidade, trabalhando na colheita por cerca de três meses. É nesta oportunidade de deslocamento, motivada pela ocupação de trabalho, que estas pessoas têm acesso a alguns bens materiais e tratamentos médicos, algo comumente procurado e que acompanha a ida das pessoas às localidades urbanas. É também na colheita do café que a autora observa uma diferença entre o trabalho masculino e o feminino. Às mulheres, são relegados maus olhares em relação a suas roupas sujas pelo trabalho, como também pela grande força física, algo entendido como “trabalho de homem” nesta localidade.

Diante de tais afirmações, percebemos que, de modo aproximado, no Ajarani nos deparamos com modos específicos de deslocamento que perpassam a mobilidade de homens e mulheres. Tais possibilidades de deslocamentos estão informadas desde uma série de elementos

como podemos explorar: filiação a determinado grupo doméstico, oportunidades de trabalho no garimpo, constituição de rede de vizinhos e amigos, possibilidades de deslocamentos potencializadas pela aquisição de meios de transporte, oportunidades de estudar na capital de Roraima e demais cidades vizinhas. Os modos febris de mobilidade, que muito têm a ver com os tipos de deslocamento que perpassam o universo masculino de andar no mundo, não escapam a códigos de comportamento que são dispositivos reguladores dos modos de interação, atravessando diferentes tipos de relações. O esforço empreendido pelos cutiões a fim de promover a manutenção de sua autonomia de trabalho tem relação com os modos de ocupar esta região. Tal fato é observável, desde uma perspectiva diacrônica, no desejo de *abrir as picas*, de *bamburrar* no garimpo, de procurar lote pela *fofoca*.

É igualmente possível afirmar que tivemos acesso privilegiado aos modos de sociabilidade destas pessoas desde uma perspectiva feminina, por meio do andar junto a mulheres, bem como ouvir suas percepções. Tal como concebido neste capítulo, percebemos que os modos de mobilidade que constituem o andar feminino, perpassam o universo das possibilidades de estudo em localidades entendidas como urbanas, como também na possibilidade de fazer uso de equipamentos, serviços, bens e produtos encontrados nestas localidades. De modo que as possibilidades de deslocamentos destas mulheres são potencialmente variadas e múltiplas, quando comparadas aos dos homens. A esta mobilidade, particular e diferenciada a depender da pessoa, é notável a relação com os modos de ocupar a terra, bem como trabalhá-la, tema que será explorado no próximo capítulo.

Capítulo 3. De atravessadores, bananas e precisão: modos de plantar e caçar

*A noite de volta, qual é a magia
Que desperta o medo que eu escondia
Qual é o mistério qual a maestria
Que pára a orquestra em plena sinfonia
Milton Nascimento- Estórias da floresta*

O trabalho na terra e o cultivo dos produtos agrícolas, atividade da lavoura, são espaço privilegiado para se pensar outros elementos que perpassam a sociabilidade de um determinado grupo de pessoas. Malinowski (1965), em “Coral gardens”, sugeriu, referindo-se ao que ele chamou de “sociologia da horticultura”, que parentesco, terra e política são elementos intrínsecos ao trabalho da horta. Do mesmo modo, apontou que os cultivos não eram apenas fonte de renda, ou objetos de trocas, mas produtos aos quais cuidados estéticos eram dispensados. Em Heredia (1979), no estudo intitulado “A morada da vida” o trabalho na terra

aparece enquanto possibilidade daquele que tem acesso à mesma e conquistou a condição de “liberto”, ou seja, aquele que possui autonomia sobre sua força de trabalho, seu tempo, gastos e planejamento familiar.

De maneira análoga, em “O trabalho da terra- a lógica e a simbólica da lavoura camponesa”, Ellen e Klaas Woortmann (1997) descrevem e analisam a maneira que camponeses sergipanos organizavam os espaços, compreendendo que o significado simbólico do trabalho e o saber local são dimensões conjuntas que operam na constituição destes espaços. Nesta etnografia, os autores sugerem que as transformações espaciais na lida com a terra são mediadas pelo trabalho e saberes, percorrendo todas as etapas da preparação da terra (queimada, retirada de troncos, preparo do solo, plantio).

Por sua vez, Brandão (1999) elabora descrições de noções ecológicas desde a perspectiva camponesa a partir de relatos de sua pesquisa de campo realizada na serra da Mantiqueira-SP, de forma que prioriza como pensavam e sentiam seus modos de se relacionar com a natureza. Já as formas de engajamento com a natureza, na elaboração de Kohn (2013), dizem respeito a diferentes tipos de interações dadas nas situações de confronto com a presença humana. O autor chama atenção para as formas de descrever o mundo do sensível, no qual uma combinação de sensações e percepções como sons, emoções e odores são elementos elaborados num estoque de conhecimentos relativos à natureza, de forma que afirma a possibilidade de animais aprenderem com humanos. E, em Andriolli (2015), estratégias para permanecer na terra são concebidas por meio de diferentes regimes de posse que se estende para uma refinada noção das espacialidades e dos diversos seres envolvidos nela.

Por consequência, privilegiaremos neste tópico as formas de engajamento com a natureza, destacando o trabalho na terra enquanto constitutivo de espaços e relações entre os moradores da *Bola*, no Projeto de Assentamento Ajarani.

3.1 Cada pessoa tem um sistema

No Ajarani, os modos de plantar são concebidos em concordância a conhecimentos, em certa medida, compartilhados pelo grupo de pessoas com as quais convivi. Porém, algumas práticas tornam-se individualizadas, diferentes graus de restrição e especialização marcam o empreendimento agrícola. De forma que os cuidados estéticos e os usos da terra adquirem formas especializadas, carregando em si marcas de conhecimentos compartilhados e experiências de trocas.

Desta forma, os modos de plantar nesta região estão associados a saberes,

empreendimentos individuais e coletivos de cuidados com a terra, divisão de trabalho, trocas (mudas, força laboral, sementes). No que diz respeito às lógicas temporais que marcam estes modos de plantar, podemos observar uma correlação entre as atividades agrícolas e as fases da lua, sendo determinante para localizar a sequência do tempo, bem como determinar a época ideal de cada plantio. Malinowski (1965), na pesquisa com os trobriandeses, já apontava similar relação, na qual as fases da lua ditam o calendário agrícola e os períodos ideais para o plantio das variadas culturas. No Ajarani, a preocupação com as fases da lua e o plantio é algo compartilhado, entretanto, o período ideal de cada plantio varia a depender da pessoa, na fala de Cleusa:

“Cada pessoa tem um sistema. Eu gosto na lua crescente de plantar macaxeira, mandioca. Outros já não gosta, é na lua nova. Na lua nova é bom para plantar coisa de rama, abóbora, feijão. Feijão eu gosto no encanto da lua. Sabe como é o encanto da lua? “Não sei” - respondi. Se a lua vai ser nova depois de amanhã, daí hoje e amanhã está bom de tu plantar, porque está no escuro dela. Finado meu pai gostava de plantar assim. E o arroz tem gente que gosta de plantar na minguante, mas eu gosto de plantar na crescente só que ele cresce muito o pé também. O cacho de arroz sai bastante. Essas outras plantas, ata, murici e o açai, às vezes eu planto depois que a lua cheia, dois dias. Então vai fazer cheia e daí eu planto também. Tem muita gente que planta banana para fazer o cheio da lua, dois dias eles plantam banana. Só que tem umas bananas, a banana maçã é bom se plantar no minguante da lua, mas ainda não testei não. Cada pessoa tem um sistema de plantar.”

De forma semelhante, as estações de ano também são definidoras da melhor época para o plantio. Para Dione, o plantio tem início no mês de novembro, período que inaugura as atividades de roçar. Na Amazônia, é predominante a agricultura de coivara, identificada enquanto técnica agrícola que envolve corte, derrubada e queima de floresta (VELTHEM, 2007, 2012). No Ajarani, esta técnica é largamente utilizada, prevendo-se o tempo de repouso da terra entre ciclos de plantio e colheita, como também rotação de culturas. O princípio das chuvas mais fortes, no mês de maio, acompanha o tempo do plantio. Algumas culturas são apontadas como de inverno: feijão verde, quiabo, maxixe, abóbora.

A preocupação com as fases da lua e os ciclos dos cultivos parece se estender a outros domínios da vida cotidiana. Se por um lado é preciso se atentar para as disposições lunares para a agricultura, por outro, a influência do satélite natural do planeta terra pode se estender aos humores, paixões, saúde e boa nova, na percepção de Cleusa:

“Tem um negócio de ver a lua sentado. Tem muita gente que não vê a lua nova sentado ou de costas. Às vezes tu está caminhando, vira assim e vê as costas. Eu gosto de ver ela em pé, bem de frente. Primeiro do mês, daí eu fico animada. Mas se eu ver ela sentada, eu fico triste. A lua é nova, ver a primeira vez, a gente fica desanimada, não sei porquê. Fulano está estressado que a lua está nova, diz assim.”

Na tabela na página a seguir, sintetizamos a percepção de alguns de nossos interlocutores, apontando formas plurais da influência das fases da lua sobre fatos da vida cotidiana. O objetivo não é esgotar estas possibilidades num quadro explicativo, mas oferecer um apanhado de visões acerca de um complexo sistema de percepções que dizem respeito ao tempo, ao cultivo, à caça e a vida cotidiana:

TABELA II- FASES DA LUA E PESSOAS

Fase da lua Pessoas	Nova	Crescente	Cheia	Minguante
Cleusa	Abóbo ra e feijão/ Desânimo	Macaxeira, mandioca e arroz	Ata, muriçá, açai e banana	Banana maçã
Rosilda	-	-	Canteiros e hortaliças em geral	-

Antônio	Banana e mandioca	-	-	Mandioca
Flamengo	Afugenta a presença de animais de caça	-	Perigo de transmissão de verminose	-

Uma combinação de elementos diz respeito aos períodos ideais para o plantio, que vão desde a época das chuvas, as fases lunares, a rotação de cultivos, a questões mais práticas, como possuir, ou não mudas ideais para o plantio. A percepção de uma terra desejável para o plantio é percebida por meio de sua coloração, textura, presença de certos tipos de animais, como pequenas minhocas e humidade. No Ajarani, a terra é apontada como possuindo características férteis, local no qual tudo que se planta, dá. Este modo de conhecer tem relação com um específico conhecimento acerca de processos temporais e, igualmente, um emaranhando de relações investidas no processo dos cultivos.

Por um lado, há um investimento individual que diz respeito a decisão das culturas a serem cultivadas e a melhor época para tal. Por outro, tais decisões são acompanhadas de trocas de conhecimento e experiência. Se “cada um tem um sistema da lua”, ao longo da vida é possível que uma pessoa vá agregando outras práticas, bem como aprimorando as que pertencem ao seu estoque de estratégias e saberes para o plantio.

A presença de técnicos agrícolas ou extensionistas é rara na região do Projeto de

Assentamento Ajarani. Então, quando meus interlocutores comparam seus saberes empregados no processo do cultivo com as sugestões elaboradas por estes profissionais, afirmam que sua forma de plantar é a ideal. Ou seja, observando-se ciclos lunares e períodos de chuvas.

O jogo de luzes e sombras, característico dos ciclos lunares, tem influência direta sobre o conhecimento nos processos de cultivo e não se restringe a isso. Na caça, também é observável que o conhecimento lunar é empregado nas técnicas para encontrar animais na floresta. Tal fato etnográfico é perceptível em outros contextos amazônicos, como na pesquisa de Scaramuzzi (2016), em que aponta que tanto a temporalidade dos cuidados despendidos às castanheiras, como certas modalidades de caçada têm relação com os quartos lunares e as luzes emitidas por este satélite natural. Descrevo, a seguir, uma situação de caçada no Ajarani que ilustra a influência das disposições lunares e os esforços empreendidos para caça.

A modalidade de caça mais praticada por Flamengo é aquela feita com espingarda. Esta atividade, em sua concepção, é envolta de segredos e estritos códigos de comportamento, que dizem respeito as formas de interação com os animais, com a lua, com o meio ambiente e com seus vizinhos. Isto posto, é esperado que antropólogos não tenham acesso a certos elementos desta atividade. Sobretudo antropólogas. De forma que, em pesquisa de campo, não tive acesso a uma de suas caçadas noturnas. Porém, as ferramentas que produzem etnografias dizem muito a respeito das margens, àquilo que se observa ao redor. E é disso que trataremos a seguir.

Primeiramente, o planejamento de uma caçada não é partilhado entre vizinhos, da mesma forma que não se anuncia a saída para uma caçada. A possibilidade do compartilhamento destas intenções podem implicar numa empreitada sem sucesso, uma busca na mata em vão. É possível que por meio da reprodução de sons característicos de uma pessoa a caçar, como tiros, certos tipos de cortes na mata, ou andares por caminhos características, os vizinhos de uma pessoa suspeitem que ela está à procura de uma caça. Porém, este desejo nunca é anunciado por aquele que caça. Nas palavras de Flamengo: “Caçada é cheia de mistério, não é molecagem não”. Ou seja, uma atividade que deve ser levada a sério, na observância de dispositivos reguladores dos encontros e dos diálogos. Não se pode falar da caça à toa, menos ainda para qualquer pessoa.

O acesso à munição é, igualmente, um elemento perpassado por estes códigos de silêncio e elementos de segredo. De sorte que o caçador leva as balas que julga necessário, atentando para o não desperdício, o tiro precisa ser certo, pois o acesso à munição é incerto. Nas noites sem a presença da lua, Flamengo se deslocava por entre as paqueiras, locais geralmente junto a castanheiras, nos quais ele depositava frutos e folhas para atrair os animais

a serem caçados. A observação da lua é diária, algo que acompanha as atividades rotineiras. As fases da lua têm relação com o percentual de sua visibilidade. Em noites de luar, a caçada nem chega a ser realizada, pois é esperado que os animais não saiam de seus locais de tocaia para serem facilmente vistos com a claridade emanada pelo satélite natural. Isto posto, noites de lua nova, sobretudo, são ideais para a realização de caçadas.

Acompanhando a curiosidade e os esforços empregados por meus interlocutores para acompanhar os ciclos lunares, comecei a acompanhar alguns dados através do aparelho de GPS (Sistema de posicionamento global) os horários em que a lua iria nascer. É perceptível que a lua nasce algumas horas após o nascimento do sol, em alguns dias do ano é possível observar a ambos no céu. Por exemplo, no Ajarani, em geral o sol nasce por volta das 6 horas da manhã, se pondo no fim da tarde e começo da noite, lá pelas 18:30. Já a lua, se comparada ao sol, tem mais variações quando se trata dos horários do poente e do nascer. Ao que parece, por meio do acompanhamento dos dados do GPS, percebi que a antecedência do nascer da lua tem relação com a percentagem de sua iluminação. Ou seja, de modo geral, quanto mais cedo a lua nasce, o que possibilita a sua percepção no céu pela manhã, maior será a sua obscuridade pelo anoitecer. Ao que tudo indica, nas ocasiões nas quais percebemos a lua com a aparência altamente iluminada, com tons amarelos, resultam de uma grande absorção da luz solar, nas ocasiões nas quais ela nasce no fim do entardecer.

Ao comentar minhas anotações com Flamengo e Cleide, ambos não demonstraram surpresa alguma com minhas descobertas. Pelo contrário, questionaram-me se nunca havia percebido isto anteriormente, se as pessoas não estudavam isso na universidade. Desanimada, respondi em afirmação meu desconhecimento. Então, percebemos um descompasso nas expectativas em relação aos saberes. É esperado que as pessoas tenham um conhecimento razoável a respeito dos ciclos lunares, pois isto diz respeito à vida.

Ou seja, a pluralidade de engajamentos com a natureza e as diversas modalidades de plantio e caça que a conformam, carregam em si marcas dos modos de interação e sociabilidade que possuem valor no Ajarani.

3.2 Aqui, carrada de banana se acaba

As formas de sociabilidade e o trabalho na terra no Ajarani se constituem a partir de uma série de engajamentos com a natureza. A descrição da situação a seguir diz respeito ao dia da venda das bananas, que se segue com a chegada dos atravessadores. Tal descrição sugere

que trocas, saberes, negociações e cuidados estéticos dispensados aos cultivos são elementos intrínsecos ao trabalho na terra e da sociabilidade desta localidade.

A notícia da ida de atravessadores à região da *Bola* é comumente marcada por especulações, dúvidas e expectativas. É esperado que uma pessoa interessada em vender bananas, a principal cultura plantada nesta região, já tenha constituído relações com atravessadores, ou pessoas que possuam alguma forma de transporte e tenha disponibilidade de realizar o serviço de transporte desta fruta. Estas relações com atravessadores podem se estabelecer de formas diversas, desde amizades em feiras, em outras situações de trabalho fora do lote, ou mesmo algum conhecido que apresente interessados em vender e interessados em comprar.

Bananas caracterizam a cultura largamente plantada na região do Ajarani, sendo a sua venda uma das principais fontes de renda das pessoas daquela localidade. Em se tratando da venda das bananas plantadas por Flamengo, meu anfitrião, pude acompanhar, com maior regularidade, de que forma a atividade da venda das bananas era realizada. Em certa manhã, como era parte de nossa rotina, acordamos cedo, antes do sol nascer. Era comum que eu permanecesse na rede até o surgimento dos primeiros raios de sol, por conta do frio, o que causava muitos risos nele e em sua companheira, Cleide, que se espantavam com minhas queixas da sensação térmica na madrugada e no raiar do dia. Flamengo iniciou uma conversa com os primeiros goles de café com leite, consumido somente nesta refeição do dia e comentava a respeito de um sonho. Neste sonho, ele pressentia que deveria cortar as bananas naquele dia, pois os atravessadores chegariam pela tarde ou, *no mais tardar*, nas palavras dele, na manhã seguinte.

Dando prosseguimento à narração de seu sonho, comentou que a lua estava com vários *malhadores* que, pelo que pude perceber, são aquelas manchas mais escuras que podemos observar na superfície da lua. Em sua ciência, a leitura destes *malhadores* indica as possibilidades de chuva, o que tem influência direta na escolha dos dias nos quais as bananas serão cortadas. E, conseqüentemente, dias de chuva forte não são os mais desejados para esta tarefa. Ao ouvir sobre o sonho do companheiro, Cleide mostrou ânimo e entusiasmo com a situação, apoiando sua avaliação de melhor período para o corte. Porém, fez algumas ressalvas em relação às duas grandes pontes de madeira que cruzam o caminho que leva à *Bola*, indicando que poderiam ser impeditivos para a chegada dos atravessadores. Como dito anteriormente, são feitos desvios nos locais de pontes caídas. Neste momento, Flamengo rebateu com suas conclusões acerca dos *malhadores*, indicando que não seria dia de chuva forte, por seguinte os igarapés não ficariam cheios e os desvios seriam possíveis.

A narração deste sonho-aviso, bem como a análise dos *malhadores* localiza dois aspectos que marcam as negociações que conformam o processo da venda. Em primeiro lugar, a comunicação no Ajarani não se dá por meio de formas “modernas” de tecnologia e depende da circulação de pessoas em suas motos, caminhões e carros. De forma que o dia da chegada do atravessador é impreciso. Em seguida, é preciso fazer um cálculo que determine o período ideal de corte das frutas, pois se forem cortadas prematuramente, podem ficar muito verdes, ou apodrecer antes da chegada dos atravessadores.

Uma vez acertada a data da vinda dos atravessadores, é preciso que ambas as partes cumpram com suas tarefas para que o acordo tenha sucesso. Desconsiderando as eventualidades climáticas que podem acarretar o caminho do atravessador e impedir a sua chegada à *Bola*, poucas são as justificativas aceitas de um atravessador que se ausente de um dia combinado para a venda. Algumas das justificativas nestas ocasiões podem ser a respeito daquele atravessador que teve más vendas e não conseguiu arrecadar verbas suficientes para uma nova compra, ou mesmo teve um grave problema pessoal. De todo modo, na percepção daquele que está interessado em vender e deve executar um delicado e complexo cálculo para colher seu plantio, as justificativas parecem carregar em si marcas de má vontade e falta de compromisso.

Os elementos que compõem este cálculo não se limitam às análises da lua e aos sonho-aviso. É preciso empreender um trabalho na terra que possibilite o corte das bananas. Muitas vezes, sobretudo em época de grandes chuvas (maio-setembro)³⁹, a *juquirá*, mato alto que cresce ao redor de plantações, caminhos e casas, torna-se denso e impossibilita a passagem de carros e carradas que fazem o transporte das bananas recém cortadas. De sorte que é necessário cortar a *juquirá*, tarefa dificilmente realizada individualmente, o que torna indispensável o pagamento de uma diária (no valor de R\$50,00 reais) para que uma outra pessoa possa realizar o trabalho em conjunto. Em se tratando de uma *juquirá* densa, ou na exigência de abrir um *varador*, caminho na mata, é preciso pagar o valor da *cafuringa*, cerca de R\$100,00 reais⁴⁰.

Abertos os *varadores*, instaura-se o tempo da espera de chegada dos atravessadores. Este tempo transcorre arrastado e marcado por dúvidas. Até o momento do aparecimento dos

³⁹ A respeito do regime de distribuição de chuvas em Roraima, Reinaldo Imbozio (1997) explica que a faixa territorial em que se localiza o vale do rio Ajarani e a precipitação das chuvas tem relação com o tipo de vegetação e relevo. A faixa da região destas terras é área de transição “lavrado-floresta-floresta de altitude” (corredor florestal que sofre influência do lavrado), o que implica em níveis pluviométricos menores, se comparado a áreas de floresta tropical em relevo de planície. No Ajarani, meus interlocutores têm a capacidade de relacionar o regime das águas com fases da lua.

⁴⁰ É uma espécie de trator transformado a partir de peças de outros automóveis, possui uma cabine para duas pessoas e uma extensa caçamba.

atravessadores, o receio de sua não vinda é constantemente presente. Neste interim, comentários a respeito da situação das pontes e chuvas, como também de valorização de qualidades que reforçam o compromisso dos atravessadores já firmado em ocasiões anteriores, dão o tom da conversa. São feitos todo tipo de especulação acerca dos possíveis horários, nas palavras Flamengo: “ah, num sol quente desses, devem ter parado para almoçar em algum lugar e descansar, mas certeza que depois do almoço eles aparecem por aqui”. Ou em situações de atraso: “eles não são de atrasar, às vezes fura um pneu, uma coisa, o cabra fica rodado.”

Nesta situação, os atravessadores eram um casal (homem e mulher, neste caso) vindo de Boa Vista-RR e utilizavam um carro de cabine estendida como meio de transporte. De longe, os barulhos do carro na estrada anunciavam a presença deles na região. Estes sons eram facilmente reconhecidos por Cleide e seu companheiro. Em minha posição, percebia que identificava estes sons apenas quando estavam relativamente próximos, após a já enunciada percepção deles. Ao chegar, por volta das 15 horas da tarde, solicitavam agilidade no corte das bananas, pois o trabalho dependia do tempo do sol. Alguns cachos já haviam sido cortados por Flamengo e estavam dispostos ao chão, sobre folhas da bananeira. Entretanto, muitos dos outros cachos são cortados apenas na presença do atravessador, pois ele informa a quantidade de cachos necessários, assim como o espaço disponível em seu automóvel para o transporte.

Este casal de atravessadores, Francisco e Elizângela, tinha dois filhos, um menino criança e uma menina adolescente, os dois ficavam a cuidados de familiares enquanto os pais trabalhavam no interior. Em sua rotina de trabalho, eles saem da capital no raiar do dia e costumam retornar no começo da noite, a depender das estradas. Em geral, eles vendem as bananas para abastecer alguns dos supermercados da cidade de Boa Vista, o que tem influência na negociação com os moradores do Ajarani, uma vez que é preciso comprar a um preço que possibilite uma margem de lucro na venda para os supermercados.

Durante o trabalho de corte, Flamengo dispunha da ajuda de Pará, que estava trabalhando neste dia na expectativa do recebimento de uma diária. Ambos vestiam calças jeans, botas e camisas de manga comprida. Flamengo com seu habitual boné, cobrindo seu rosto dos raios solares e protegendo de galhos e animais peçonhentos imprevistos. Pará reclamava de uma dor nas costelas, adquirida pelos movimentos repetitivos realizados no trabalho na terra e agravada com uma queda de rede que havia sofrido recentemente.

Paralelamente a esta tarefa, Francisco se dispunha a informar a quantidade de cachos necessários. Para isto, alguns elementos serviam de referência: capacidade de estoque de suas caixas, qualidade dos cachos e espaço disponível em seu automóvel. Em se tratando da qualidade dos cachos, estes são classificados a partir de alguns marcadores, que os definem

entre *primeira linha* e *segunda linha*. Os cachos de primeira linha, por consequência, são mais caros em relação aos cachos de segunda linha. As características que definem tal classificação, dizem respeito ao tamanho, aos “machucados” da planta, coloração e quantidade de bananas num mesmo cacho. Normalmente, um cacho de primeira linha possui mais bananas se comparado ao de segunda linha, bananas maiores e bem desenvolvidas.

De modo aproximado, em pesquisa entre os feirantes produtores de açaí da região metropolitana de Belém-PA, Wilm (2017) argumenta que os elementos que conformam formas de conceber a noção de qualidade de um “bom açaí” atravessam diferentes grupos sociais e suas formas particulares de conceber a qualidade, como também elementos que dizem respeito ao seu cultivo e produção. Para a autora, existe uma relação entre qualidade do açaí e os cuidados empreendidos em sua produção. De sorte que são necessários cuidados no momento da coleta, estocagem e extração do fruto. Observando que, como no caso do Ajarani, a qualidade do fruto tem relação com a venda final, uma vez que frutos considerados de boa qualidade são vendidos a preços mais elevados. O crivo da qualidade se estende para além dos cuidados daquele que produz e tem sua avaliação final no paladar daquele que compra e consome, sendo que o açaí congelado, agüado e açucarado, não é preferência geral para os consumidores paraenses.

O processo de seleção entre cachos de primeira e segunda linha é realizado pelos atravessadores e pelas pessoas do Ajarani interessadas na venda de seus produtos. Antecipando este processo, Flamengo procurava dispor os cachos cortados, arranjados em folhas de bananeira ao chão, de forma a obedecer esta divisão estética e de qualidade. Apesar disto, a decisão final que culminava com o destino de um cacho em uma caixa de primeira linha, ou segunda linha, era entremeadada de negociações entre atravessador e produtor⁴¹. O que não dispensava pequenas tensões e discordâncias entre ambos, uma vez que não apenas o interesse monetário estava em jogo, como também a consideração no que diz respeito aos saberes, cuidados estéticos, autonomia da força de trabalho, tempos e gastos daquele que planta.

No caso de alguma discordância relativa a este processo de seleção, podemos observar que não prolonga a ser dissolvida, afinal, se fossem empreendidas grandes resistências de ceder a avaliação do atravessador, o tempo do processo de seleção seria infundável. É preciso encaixotar os cachos e retornar à Boa Vista. Raras são as vezes em que os atravessadores mudam de ideia no que diz respeito a um cacho de segunda linha. Em geral, o que ocorre é que a maioria dos cachos por eles considerados de segunda linha, dificilmente vão para a caixa de primeira linha.

⁴¹ Utilizo esta palavra apenas para diferenciar as pessoas da transação.

Este processo de seleção não se limita aos cuidados estéticos, mas atravessa outro domínio passível de discordâncias. As caixas comportam determinado número de cachos. Uma vez preenchidas, é preciso guarda-las e iniciar o processo com outra caixa. Entretanto, é comum que haja pequenos desacordos em relação ao número de cachos necessários para preencher uma caixa. Se para o atravessador é exequível dispor o maior número de cachos possíveis, até mesmo superando as bordas das caixas, para Flamengo parecia ser suficiente atingi-las, o que gerava pequenas discordâncias, ou observações de sua parte. Novamente, rapidamente diluídas.

De modo conjunto ao processo de seleção, realizado por Flamengo e Francisco, a contagem e pesagem dos cachos era realizada por Elizângela. Ela dispunha de uma balança móvel fixada num forte galho de árvore. Por ter mais habilidades com o universo dos cálculos e escrita, também era responsável por um caderno de contabilidade no qual escrevia todo tipo de informação referente a compras e vendas. Enquanto fazia cálculos e levantamentos, apresentava a Cleide produtos que pudessem ser de seu interesse, como tabaco, caderno (que servem, sobretudo, para enrolar os cigarros), pilhas, uma peça de frango, pílula contra⁴². O montante do valor destes produtos era abatido na venda das bananas.

Ao passo que realizava seu trabalho, Elizângela comentava a respeito do cotidiano de seu trabalho e como era necessário criar os filhos de forma disciplinada, para que pudesse realizar diversas tarefas fora de casa e ficar despreocupada com os mesmos. A rotina de trabalho, que exigia deslocamentos por vicinais, para comprar os produtos e revender em Boa Vista, deprendia a maior parte de seu tempo. Se por um lado, as especulações acerca dos possíveis horários de sua chegada era tema das conversas que antecederam sua chegada, por outro lado, ela tecia explicações a respeito do horário de sua chegada. As estradas, as atividades em Boa Vista, os intensos raios solares- acompanhados da necessidade de uma pausa para um banho em um igarapé num dos lotes da região-, e a necessidade de realizar a refeição do almoço, eram justificativas para a chegada no período da tarde.

Estas explicações não se limitam a ser meras palavras para preencher o vazio do silêncio, ou passar o tempo de trabalho. São marcadores que reforçam uma relação de confiança estabelecida entre as partes, e igualmente inserem como elemento desta os “modos de movimentação”, na proposta de Comerford (2014). Para o autor, as diversas formas de deslocamento entre casas numa localidade rural de Minas Gerais, conformam as andanças das pessoas, carregam em si princípios que constituem fluxos, ausências e presenças. Se por um

⁴² Pílula contra é um medicamento fitoterápico, é vendido em pequenas embalagens de plástico, contendo cerca de 20 cápsulas. É utilizado desde de derrames a má digestão, contendo em sua composição extrato de cabacinha e jalapa do Brasil.

lado, os acordos dos dias para cortar a banana feito entre atravessadores, Cleide e Flamengo conformam uma relação de confiança, por outro são marcados por especulações e receios. Uma vez firmada a data, é preciso cumpri-la. Esta ação, promove um prolongamento destas relações e reforça laços anteriormente criados. Uma vez rompidos, a potencialidade de novos acordos e encontros é reduzida.

Ainda que não fossem moradores da região ou circulassem por entre as casas da *Bola*, os atravessadores se inserem nesta rede de observação mútua do cotidiano. De forma que é possível estender o argumento da movimentação entre casas para a situação aqui descrita. Associada a esta rede de observação, as formas de deslocamento, como sugere Comerford (2014), conduzem julgamentos morais, constituindo a possibilidade de reencontros e desencontros. A movimentação aparece concebida enquanto modalidade possível de estabelecer rupturas e encontros. É preciso de observar o tempo e local de chegada, bem como a duração das paradas.

Estabelecidas as formas de chegada, de saída, os dias dos encontros marcados para cortar banana e transportá-la, a observação contínua daqueles que cumprem com os dias acordados, o receio de alguma das partes romper com compromissos estabelecidos, a forma como os atravessadores são tratados ao chegar numa casa, bem como tratam seus anfitriões e o tempo de sua demora, são todos elementos que conformam maneiras específicas de sociabilidade. Os atravessadores não carregam apenas mercadorias, mas informações, notícias, fofocas, atividades de outras pessoas e, comumente, comentam sobre a situação das estradas e vicinais. De maneira que relações são transformadas, polêmicas são fomentadas ou dissolvidas, ações são julgadas.

À medida que avançava o fim da tarde, o automóvel de Elizângela e seu companheiro ficava cada vez mais cheio e os corpos gradativamente mais cansados e abatidos de um dia intenso de trabalho. Os atravessadores já sinalizam a necessidade de retorno, reforçada pelo fim do dia que se fazia presente. O café, que regou as conversas durante todo o dia de trabalhos, conversas e reencontros, ainda tinha fôlego para uma última garrafa, acompanhada de alguns biscoitos. O casal se despediu e lamentaram não ter espaço no carro para oferecer carona para ninguém. O dia de retorno não foi combinado, mas era esperado que ocorresse em algum momento.

Em certa ocasião, numa das conversas em relação à dinâmica dos atravessadores, ouvi o relato a respeito da possibilidade de realizar uma espécie de empréstimo dos caminhões das feiras da cidade de Boa Vista. Este procedimento poderia ser realizado por meio do pedido de alguma pessoa que se encontrasse na cidade, estabelecendo a responsabilidade de arcar com

o óleo diesel. Uma vez acertado os dias de empréstimo, é esperado que a pessoa encarregada de levar o caminhão para as localidades rurais do interior comunique outras pessoas destes locais e estabeleça a possibilidade de transportar seus produtos. Tudo ocorre a partir da divisão com os gastos com o óleo diesel.

Num destes empréstimos, ao que parece, uma pessoa por todos conhecida, que ocultou o nome por motivos que logo compreenderemos, realizou o empréstimo do carro, foi à região do Ajarani cortar as bananas plantadas em seu lote e retornou à Boa Vista sem comunicar nenhuma outra pessoa da região. Tal ação resultou numa produção de rumores e especulações, culminando com uma espécie de denúncia. O desdobramento desta situação resultou em algumas pessoas também interessadas em transportar suas bananas se mostrarem insatisfeitas com esta situação. Em primeiro lugar, a notícia da possibilidade de transporte, algo muito valorizado na região, é esperada que seja compartilhada, bem como o oferecimento de caronas e divisão dos espaços dos caminhões e outros automóveis com caçamba igualmente o sejam. Por seguinte, o que parece mais ter incomodado as pessoas, foi o usufruto de um meio de transporte que parece carregar em si marcas de coletividade, de forma individual.

Devemos recuar um instante para levar em consideração outros aspectos deste cenário. *Não precisar* de determinada coisa na percepção de meus interlocutores que descreveram esta situação, era justificativa para questionar certas atitudes das pessoas e questionar seus aspectos de generosidade, chegando a ser consideradas mesquinhas. Tomemos como referência a etnografia de Fonseca (2004). Na descrição de narrativas e observação do cotidiano de uma parcela de moradores urbanos de classe pobre de Porto Alegre, honra aparece como elemento simbólico central que perpassa diversas dimensões das relações das pessoas. No universo de sociabilidade das pessoas com as quais conviveu em pesquisa de campo, a autora aponta uma diversidade de situações que explicam de que forma a honra opera enquanto elemento regulador de relações e comportamentos. Como também medidor de graus de generosidade e egoísmo, em suas palavras:

Enquanto o código de honra é um regulador de interação necessariamente partilhado pelos membros do grupo, sejam quais forem seus respectivos papéis, os critérios de prestígio pessoal variam conforme a idade, o sexo, o status econômico e civil de cada pessoa. (FONSECA, 2004, p. 15)

Se a pessoa que fez o empréstimo do caminhão *precisava*, ou não deste empréstimo, é por nós desconhecida, bem como os motivos que a levaram a ocultar a notícia do empréstimo de outras pessoas. Aqui, o que nos interessa é compreender de que forma a noção de *precisar* é

acionada, como também os critérios que definem diversos graus de generosidade e regulam interações e trocas.

O que segue a descrição desta situação é que a pessoa que realizou o empréstimo do caminhão cortou suas bananas e as transportou até Boa Vista, de forma a não comunicar para outras pessoas. O não cumprimento de alguns códigos que regem as formas de comunicação é o que observamos, num primeiro momento, na fala daqueles que manifestaram queixas. Se, no Ajarani, é dada importância aos “códigos de interação” e “códigos de comportamento” que configuram e possibilitam que atividades e trocas do cotidiano ocorram, o não cumprimento destes códigos implica em consequências. Tais consequências também dizem respeito ao domínio destes códigos. Ou seja, uma vez rompidos, é no âmbito da interação e da observação do comportamento alheio que as queixas são concebidas.

A não comunicabilidade de chegadas, saídas e paradas, tal como concebido em Comerford (2014), indica que uma rede de observação perpassa as formas de deslocamento. Consequentemente, produz julgamentos morais e indica os modos como relações serão compostas, ou desfeitas. Se por um lado o empréstimo, em segredo do caminhão, foi tido como algo que fosse alheio ao que se espera no universo da sociabilidade local, por outro, o usufruto de algo tido como coletivo- o uso do caminhão- atrelou a esta não comunicabilidade a falta de prestígio pessoal. Ou seja, comunicação dos deslocamentos, bem como a notícia da posse de algum bem que possa ser de uso coletivo, têm relação com os graus de generosidade e regulam interações e trocas.

Formas específicas de chegar e partir conformam “modalidades de movimentação”, carregando em si marcas específicas de moralidade. Em se tratando da noção de *precisar*, acionada neste contexto do empréstimo do caminhão, é notável que a definição do que se precisa é dada a partir do que uma pessoa possui. A percepção deste cálculo localiza-se desde vários elementos que podem caracterizar uma situação de precisão, ou não. Ao possuir alimento em casa, plantio e boas colheitas, um meio de transporte, estar em condições saudáveis de saúde (em geral, uma condição em que o trabalho na lavoura não seja prejudicado, não necessariamente um quadro no qual enfermidades sejam ausentes), a pessoa, na fala de meus interlocutores, não está em situação de *precisão*.

Em geral, o que caracteriza esta situação de *precisão*, é a ausência de alimento em casa, condições precárias de saúde, enfermidades, uso abusivo de álcool, impossibilidade de deslocamentos. Por sua vez, o fato de realizar o empréstimo do caminhão, sem estar numa situação de *precisão*, ao menos no ponto de vista daqueles que se queixavam de tal atitude, indica que esta disposição sustenta a fala daqueles que se queixam no aspecto moral. O

rompimento de códigos de comportamento e interação das normas sociais deste grupo não passa despercebido. Ademais, é comumente lembrado, nas situações nas quais algum código é novamente quebrado, como em contextos que relembrem, ou justifiquem atitudes atuais daquele que cometeu tal ato em momento anterior. São dificilmente esquecidos, as condenações são de aspecto moral e sugerem que sirvam enquanto “*framing*”⁴³ para novas situações de interação, trocas e empréstimos.

De modo similar, a não divulgação da notícia de atravessadores interessados em comprar bananas da região da *Bola*, é passível desta observação. Alguns atravessadores fazem o transporte com caminhões, outros com transportes menores, carros cabine dupla com caçamba estendida, por exemplo. Os modelos dos carros aparentam ter relação direta com a maneira como o transporte e venda das bananas se dá. Na descrição da venda das bananas de Flamengo pudemos observar um automóvel lotado, impossível de realizar o transporte de bananas de outra pessoa da *Bola*. Ou seja, mesmo em se tratando, hipoteticamente, de um cenário no qual ele compartilhasse a notícia da vinda de um atravessador, seria impossível compartilhá-lo com outras pessoas. Por conseguinte, é esperado que a ida de caminhões seja compartilhada, possibilitando a venda e transporte de bananas de mais de uma pessoa.

Tais negociações e notícias da vinda de atravessadores, não escapam ao universo das especulações, fofocas e conflitos. As relações que as pessoas constroem com os atravessadores, como explicamos, atravessa uma série de modalidades de trocas, códigos de comportamento e interação. De modo que, num cenário ideal, a notícia de sua vinda é esperada que seja compartilhada, porém, nem sempre a orquestra toca como ensaiado. Ora, tais relações, que se mostram cambiantes, a depender do desenrolar dos encontros, negociações e gestão de conflitos, desdobram-se de forma particular a depender do atravessador e do interessado em vender as bananas. A conformação de uma relação particular não se estende a outras pessoas. Ou seja, a conformação de relações e possibilidades de venda e trocas com os atravessadores não se restringe ao compartilhamento da notícia. Não obstante o princípio da relação pareça estar na notícia da promessa da presença dos atravessadores.

Isto posto, se considerarmos as noções de generosidade e de *precisão* aqui desenvolvidas, situações entendidas que descrevemos como monopólio de atravessadores e ocultamento da notícia da presença deles não escapam ao olhar daqueles interessados em vender

⁴³ Goffman (2012) analisa o comportamento humano em sociedade, *framing*, ou enquadre, na língua portuguesa, é um conceito desenvolvido pelo autor e que diz respeito à forma como as pessoas analisam e experienciam eventos em suas vidas. De modo que estes enquadres, moldados na sociabilidade diária, ditam as interações do cotidiano que venham a ocorrer.

suas bananas. Novamente, a noção de *precisão* enquanto elemento que define níveis de generosidade e egoísmo, similarmente configura modos socialmente aceitáveis de acumulação. Por exemplo, no caso de uma pessoa ter grandes quantidades de bananas plantadas e esteja impossibilitado de vendê-las, é esperado que a vinda de um atravessador seja compartilhada. Caso isto não ocorra, pode motivar fofocas, como também questionamentos em relação à reputação daquele que “monopolizou” o atravessador.

Então, o monopólio de atravessadores pode ser entendido como um ato de rompimento com códigos de comportamento que atravessam as relações sociais, permitem a continuidade de atividades cotidianas e regulam as formas socialmente aceitáveis de acumulação. Se a noção de moralidade perpassa estes códigos de comportamento, é a partir do não cumprimentos destes códigos que julgamentos morais são acionados.

Por conta de oscilações de preço no mercado e condições precárias das vicinais e as duas grandes pontes quebradas que cruzam dois igarapés no Ajarani, as possibilidades de venda dos cultivos está sujeita a diversos imprevistos. Estes imprevistos não se restringem apenas às lógicas de mercado e condições de estradas, mas fenômenos da natureza e desastres naturais. Por exemplo, por volta do ano de 2015, uma grande queimada, aparentemente causada por fazendeiros, na fala de meus interlocutores, destruiu grande parte dos bananais, prejudicando a safra de várias pessoas.

Estas situações podem conformar desde a perda total de uma produção a grandes estoques de bananas que, conseqüentemente, gera uma queda no preço dos produtos. Bulamah (2013) em pesquisa realizada na zona rural da porção norte do Haiti, descreve o trajeto que vai desde a roça até o mercado. Em sua análise, o autor sugere que as pessoas estabelecem modos de venda a partir do que ele chama de “consciência das regras de mercado”. Ou seja, a partir de uma precisa noção de flutuação de preços e a relação com a disponibilidade de produtos, bem como a gestão dos estoques, os camponeses no Haiti estabelecem a quantidade de sua produção ideal para venda e estoque, os dias de venda e meios de transporte desejáveis. As modalidades de comércio no Ajarani não escapam a esta consciência das regras de mercado. Lá, é precisamente sabido o preço final das bananas nos supermercados, a quantidade de bananas nos mercados e as zonas de produção, como também a contabilidade de gastos e lucros com o plantio.

De modo geral, o que marca parte das falas de meus interlocutores no que diz respeito às condições de venda no Ajarani, são queixas sobre as condições das vicinais e pontes caídas, como também o excesso de bananas plantadas, a *monocultura da banana*, como por eles explicado. Tanto a produção que chega a ser perdida por falta de vendedores, como a

exclusividade deste plantio para venda em detrimento a outras culturas, abarca esta noção de *monocultura da banana*, que, na percepção destas pessoas, chama atenção para a necessidade de diversificação. Percorrendo as diversas vicinias do Projeto de Assentamento, é perceptível o grande número de bananas plantadas, quando comparado a outras culturas.

Então, a noção de excesso, que está associada a esta ideia de *monocultura da banana*, é percebida através de uma série de elementos, que vai desde um determinado número de mudas plantadas, preços baixos no mercado, possibilidades de venda, impossibilidade de vendas no caso de pontes caídas e grandes chuvas), e bons anos de plantio. Já a ideia de escassez, desdobra-se, sobretudo, a partir da perda, como no caso das queimadas, ou de uma praga conhecida como "sigatoka"⁴⁴. Também, relativa a percepção da *monocultura da banana*, encontra-se a comparação com grandes produtores que, em geral, fazem uso de exclusividade de atividades, seja na soja, arroz, ou gado. Não há diversidade.

A decisão da venda desenrola-se a partir de uma série de cálculos. Percebemos que a autonomia da força de trabalho, bem como o controle dos tempos e gastos é algo constituinte das modalidades de comércio e não escapa aos códigos de comportamento e de interação que regem os modos de sociabilidade no Ajarani. Além disto, diversos são os tempos que marcam o plantio, desde a melhor época para tal, o tempo de corte, a gestão dos cultivos, a espera pelos atravessadores, o que conforma relações específicas entre o trabalho e a percepção nativa do tempo. Por fim, pudemos perceber enquanto elementos destas formas de sociabilidade e trabalho na terra que os cuidados estéticos para com as plantas dizem respeito tanto aos possíveis lucros, como são extensão do trabalho, da autonomia e dedicação daquele que planta. Negá-las enquanto belas e de *primeira linha* é, em parte, negar estas qualidades.

Admitindo as descrições acima como aproximadamente acuradas, podemos afirmar que a conformação de uma moral que preza pela generosidade é estabelecida desde uma série de observações mútuas do cotidiano. Desde uma pluralidade de modalidades de movimentação, as formas de chegada, parada e saída são esperadas que ocorram a partir da anunciação de sons, de recados, lembretes. Neste sentido, não obstante à consciência das regras de mercado, é preciso saber chegar, observar o tempo e modos de parada, como o momento ideal de saída.

⁴⁴ Esta é uma doença causada por uma espécie de fungo (*Mycosphaerella musicola*). Ela causa perda na produção da banana, que pode chegar a 50% das mudas plantadas. Conferir: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia40/AG01/arvore/AG01_45_41020068055.html. Acesso em 12/01/2018.

3.3 Cachorro de colono vai buscar a cutia no oco do pau

No que concerne os usos coletivos do espaço: recursos hídricos, pesca, caça, criações e trocas de sementes e mudas, observamos, no Ajarani, que é uma lógica que atravessa a gestão dos espaços e os modos de sociabilidade. Lá, ocorrem formas combinadas de apropriação de recursos e espaços, como trocas de sementes e mudas. Diversas formas de interação e uso dos lugares concebem uma lógica específica de territorialidade, conformando modos de manejo específicos. Então, como expressado anteriormente, tanto o engajamento com a natureza, como o uso e o vínculo a um território amazônico concebe uma maneira particular de usos e produção dos espaços, perpassando pessoas, tempos e regimes de trabalho. Algumas inspirações teóricas nos fornecem capacidade explicativa para alguns dos exemplos, a seguir, de como estas formas de interação e uso dos lugares ocorrem na localidade pesquisada.

Andriolli (2015) pesquisa as transformações no que tange ao uso dos espaços no decorrer do processo de criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas em Minas Gerais. As estratégias para permanecer na terra, bem como as lógicas de trocas que acompanhavam os deslocamentos da pesquisadora e seus interlocutores são pontos centrais em sua análise. A ausência de cercas marcava diferentes regimes de posse, arquitetando formas específicas de se diferenciar espaços públicos, de privados. O que não impedia que os vaqueiros daquela localidade tivessem uma apurada consciência das espacialidades, das criações de cada pessoa, bem como os limites entre as casas.

Em “A Enciclopédia da Floresta” (CARNEIRO DA CUNHA, ALMEIDA, 2002), o Alto Juruá, região da floresta amazônica localizada no estado do Acre, diversas modalidades de conhecimentos compõem as diversas temáticas abordadas. O volume não se pretende definitivo, tampouco um arcabouço estático de conhecimentos tradicionais. Nele, somos informados de uma multiplicidade de informações a respeito da flora, fauna, agricultura, caça, pesca, modos de sociabilidade e usos dos mais diversos espaços, bem como materiais etnobiológicos. Portanto, referência a pesquisas realizadas em solo amazônico.

Neste tópico, território aparece não apenas enquanto suporte, mas também dotado de qualidades substantivas, de domínios humanos e não-humanos. Como indica Arhem (1996), os modos possíveis de relação entre humanos e não-humanos estabelece modos distintos de como o engajamento ecológico ocorre, o que recai na produção de etiquetas locais que regem modos de interação e sociabilidade.

Como sugerido por Velden (2016), há entre os Karitiana de Rondônia, um estoque de técnicas investidas no processo de se “fazer” um cachorro um bom caçador. No caso deste

grupo, este processo é atravessado tanto por dispositivos acionados em tempos míticos, como elaborados na ação humana. De modo que, ao descrever situações que versem a respeito da ação de caçadores humanos e a maneira que suas “habilidades cinegéticas” são constituídas, o autor nos indica que agressividade e mansidão são qualidades que devem ser operativas nos momentos de caça e de convívio com os humanos, explorando o que chama de noção de “ajuda” canina. Por fim, afirma que as técnicas para se “fazer” um cachorro bom caçador dizem respeito a tratamentos corporais: “remédios”, odores, sangue, castigos corporais, privação de certos tipos de alimentos considerados tabus.

Entre meus interlocutores há, pelo menos, três divisões principais em relação aos animais. Que seja: animais domésticos, de criação e de mata. Os animais domésticos são aqueles que, de modo mais direto, desfrutam da companhia humana e do privilégio de não serem comidos, podem ser cachorros, gatos, pequenas aves, ou animais que, num primeiro momento eram destinados à criação, mas conseguiram despertar afeto ou “pena” em seus donos e acabaram tornando-se do âmbito doméstico. Por fim, os animais da mata podem tanto ser aqueles caçáveis, destinados ao consumo em forma de alimento, como peçonhentos, as cobras, ou as *feras*, grandes predadoras, as onças. A seguir, descreverei algumas situações que dizem respeito a cada uma destas categorias.

No que concerne aos domésticos, é esperado que tenham algum tipo de *serventia*. Seja na vigia da casa, espantando animais peçonhentos, afugentando predadores dos animais de criação, ou avisando a chegada de pessoas no lote. Flamengo, em determinada ocasião, mostrava-se chateado com a presença de duas gatas em sua casa. Na verdade, elas moravam num local que havia sido seu primeiro barraco. Uma era a mãe e a outra, mais novinha, parecia ser sua filha. Sua queixa, era de que ambas não tinham *serventia* alguma. Dedicavam seu dia apenas para comer e dormir, não caçavam nenhum animal, não afugentavam insetos ou pequenos animais peçonhentos. Sua ameaça era de que iria jogá-las no rio. Seu comentário, carregado de queixa, ficou em tom ambíguo, beirando ao jocoso. Na dúvida, apelei para que não fizesse isso, pois eram muito bonitinhas e boazinhas, na fala local: “não faziam mal a ninguém”.

Durante a pesquisa de campo, pude acompanhar o crescimento de um cãozinho de Flamengo e Cleide. Nos primeiros dias de minha chegada, ele era um bebê, cerca de três meses. Já nos últimos dias, mais crescido, deveria ter cerca de seis meses. Tinha a pelagem preta, pelos brilhosos e bem tratados. Frequentemente era levado para tomar banhos numa pequena fonte de água, ou lavado com óleo queimado, que afugentava carrapatos e tratava doenças de pele. Então, seu pelo era sedoso e suas grandes patas eram sinal de que fosse atingir um porte grande.

Ou seja, ideal para caça, já que cachorros muito pequenos, ao que parece, não são indicados para esta atividade.

O tratamento dispensado a este cachorro, sobretudo nos primeiros dias, era de carinho. Conforme ele foi crescendo, já era esperado que não ficasse dentro de casa, bem como aprendesse os alimentos que poderia comer. Caso agisse de forma inesperada ao que estava sendo ensinado, era repreendido. Ora com palavras, ora com alguns tapas. Assim, era esperado, conforme avançava a disciplina de seu comportamento, que latisse para pessoas estranhas de seu convívio, não adentrasse os limites da casa e não causasse nenhum tipo de prejuízo, seja estragando instrumentos de trabalho, ou rasgando roupas e chinelos. De modo similar, era esperado que nunca comesse galinhada, pois ele deveria cuidar delas e afugentar animais que pudessem predá-las, de sorte que esse tipo de alimento nunca lhe era servido.

As técnicas para tonar um cachorro bom caçador, no Ajarani, não se restringem à privação de alimentos e espaços. Para além disso, parecem carregar em si dispositivos reguladores dos afetos. Quero dizer com isso que o carinho direcionado a um cachorro que se espera ser um caçador num futuro próximo, é indiretamente proporcional ao seu crescimento. Na fase adulta, é raro que algum cachorro caçador receba muito carinho, que seja afagos na cabeça ou barriga. De forma similar, é esperado que cumpra com os códigos de comportamento e interação que vimos tratando nas páginas anteriores. Ou seja, não ser agressivo com pessoas daquela localidade, não roubar comida, permanecer quieto e silencioso em momentos de conversa entre os humanos.

Os cachorros não são capazes de enfrentar um bando de *porcões*. Estes animais costumam andar em grandes bandos, cerca de 20 indivíduos ou mais. Caso uma caçada seja empreendida e uma pessoa leve um cachorro para auxiliá-la e ocorra um encontro com um bando de *porcões*, é esperado que o cachorro venha a falecer na impossibilidade de fugir. Alguns ataques a seres humanos são relatados nesta região, o que causa um tremendo receio de possíveis encontros com estes bandos na mata. Em comparação a onça, por exemplo, o receio de encontrar *porcões* era maior. Estes animais são capazes de ferir um ser humano gravemente, sua mordida é muito forte e, potencializado pela presença de muitos, o ataque pode ser fatal.

Tal ferocidade dos *porcões* não impede que sejam insistentemente caçados. Sua carne é muito apreciada na região. Por ser um animal de grande parte, é possível que sirva várias refeições e vizinhos. Em geral, é conservada na própria gordura, o que impede processos de decomposição e maior durabilidade. O que marca a caça destes animais é o uso de espingardas, a observação dos indivíduos menores do bando, conhecidos por fazer mais barulhos e denunciarem a presença do bando e, principalmente, manter uma distância segura do bando.

Ou seja, modalidades da presença são anunciadas por sons e por exercícios do olhar. É preciso saber ouvir, como perceber a presença destes animais.

Ainda em relação aos animais de mata que são caçados, quatro espécies são as principais: os *porcões* (*Pecari tacaju*), cutia (*Dasyprocta agouti*), veado-mateiro (*Mazma americana*) e cujubim (*Aburria cujubi*). Como dito anteriormente, não é esperado que cães tenham habilidades de caçar bandos de *porcões*, mas animais de pequeno porte, como a cutia. Isto é, quando realizada com sucesso, as técnicas para tornar um cachorro um bom caçador, são empreendidas neste sentido de caçar esses pequenos animais. Então, a noção de “ajuda” canina, no Ajarani, se constitui desde as técnicas para tornar estes animais bons caçadores, até o animal se fazer útil, ter *serventia*. De modo que uma série de comportamentos e temperamentos são esperados deste cachorro. Quero dizer com isso que níveis de mansidão e agressividade devem ser empreendidos em favor daquilo que se espera de um bom cachorro caçador: não demonstrar agressividade a humanos, ou aos animais domésticos, não compartilhar de certos espaços e alimentos, auxiliar nos cuidados e segurança da casa e do lote.

O cujubim é uma ave que, apesar de possuir penas pretas, é dificilmente vista por aqueles que não possuem a disciplina do olhar. Sua carne nunca é destinada ao consumo dos cachorros, pois o sabor lembra a carne de galinhas, na percepção de meus interlocutores. De fato, a carne é muito saborosa. Se consumida com creme de leite, melhor ainda. Apesar de seu cheiro não agradável quando abatido, sua carne é muito apreciada. Quando tratado, ou seja, passado o processo de retirada de suas penas, vísceras e lavado repetidas vezes em água quente, este cheiro desaparece. “ O cujubim é o frango da fauna amazônica”, era o modo como Flamengo descrevia a ave.

É também na atividade da caça e este engajamento, em particular, com a natureza, que reconhecemos formas de se regular modos socialmente aceitáveis de acumulação. A moral que preza pela generosidade estabelece que toda carne de caça, independentemente do tamanho, deva ser partilhada entre os vizinhos mais próximos. Se for um animal de grande porte, a partilha deve alcançar vizinhos de maiores distâncias. Uma vez que a carne de uma caça é monopolizada, tal atitude é vista como egoísta por vizinhos próximos que logo sabem a notícia de um animal abatido. Seja pelos barulhos dos tiros disparados contra o animal, seja pela circulação da notícia promovida por alguma pessoa que tenha visualizado o animal abatido.

As atitudes em vista de se controlar uma espécie de agressividade generalizada no que concerne à caça, ou seja, caçar para além da noção local de *precisão*, dizem respeito a uma etiqueta para com os animais, modos aceitáveis de morte e modos de compartilhar. Por exemplo, atirar num animal e deixá-lo morrer na mata, ou não partilhar a carne de um animal

recém abatido entre os vizinhos, são atitudes conhecidas por promover um estado que impede o caçador de obter sucesso em novas caçadas. Tais atitudes desdobram-se em situações nas quais um caçador atira no animal, mas não causa sua morte nas redondezas de sua vista. O animal atirado morre ao longe, na mata, distante das vistas do caçador e dos locais onde possa ser capturado. Ou, similarmente, o caçador fica impossibilitado de acertar os tiros, sua arma começa a funcionar de modo inesperado.

Da mesma forma que a noção de *precisão* regula formas descontroladas de acumulação, também diz respeito aos animais socialmente aceitáveis de serem caçados e as formas que devem morrer. Por exemplo, numa roda de conversa entre meus interlocutores, falava-se a respeito de uma pessoa que estava interessada em matar um bicho preguiça (*Bradypus variegatus*), situação que não carecia da menor *precisão*. Em primeiro lugar, porque a pessoa em questão não estava passando fome, por seguinte porque o animal “é um bicho que não faz mal a ninguém”. Se for constatado, por meio da observação cotidiana e modalidades de movimentação, que um animal teve grande sofrimento em sua morte, seja por golpes desnecessários, ou demora para morrer, a capacidade de ser bom caçador, bem como sua ética e generosidade são postos em questão.

Uma vez não cumpridas com aquilo que a noção de *precisão* regula, a não partilha ou a prática de agressividade generalizada, as consequências se refletem na capacidade de ter sucesso na caça. A pessoa, impossibilitada de abater um animal, pode facilmente se perder na mata, ou se machucar. Para escapar destas situações, são feitos alguns *remédios*, ou seja, práticas com ervas e temperos que visam cessar este estado de mau caçador⁴⁵. Os remédios são rodeados de segredo, não facilmente compartilhados, de modo que meus interlocutores pouco falavam destas práticas em minha presença. Novamente, as modulações da presença dizem respeito aos barulhos, olhares e do que se pode, ou não falar. De todo modo, a preferência é por substâncias ardozas e quentes, como pimenta do reino e veneno do sapo, que são aplicadas na própria espingarda. O intuito é a retirada de propriedades frias na arma, que afugentam as caças e prejudicam a mira.

Ainda em relação aos animas de mata, percebemos que formas de interação e usos dos lugares, dizem respeito a maneiras locais de conceber lógicas de territorialidade. No plano dos encontros e dos afetos, por exemplo, as modulações da presença podem se dá a partir dos animais. Dois exemplos ilustram esta afirmativa. O primeiro, é em relação aos encontros com

⁴⁵ Em alguns contextos amazônicos, a este estado de mau caçador é dado o nome de panema. Porém, meus interlocutores nunca citaram esta palavra, mesmo que estivessem se referenciando a remédios e formas de regular a caça.

a onça (*Panthera onca*) na mata. No Ajarani, existem todos os tipos de onça, sendo o mais comum a onça pintada. Na fala de Flamengo, temos a seguinte explicação a respeito dos encontros com este animal: “onça não se apresenta para qualquer pessoa, ela é um bicho sutil. Às vezes o sujeito está passando do lado e não vê”. Isto posto, ao que parece, modos específicos de sociabilidade e de engajamento com a natureza são marcados por modulações da presença. A presença da onça numa região pode ser percebida por seu cheiro, esturro (sons emitidos pelo animal), rastros de suas pegadas ou de uma caça recém abatida. Porém, a reciprocidade do encontro se dá a partir de sua *sutileza*, pois não se deixa ver por qualquer um. A sutileza da onça tomava forma nos encontros.

De modo semelhante, explicações a respeito de afogamentos que, na época da pesquisa de campo, estavam sendo noticiados no rádio, dizem respeito a modulações de presença e afetos. Cleide e seu companheiro Flamengo explicaram que existe a presença de vários espíritos das águas e que alguns deles encarnavam nos botos. Para exemplificar, contaram duas situações que sabiam a respeito disto. Na primeira, dois meninos foram pescar, um mais velho e outro mais novo. De repente, sem nenhum sinal de presença de animas na água, a canoa virou, aparentemente em águas tranquilas. A água estava calma, não estava revolta, não havia sinal de animal, sequer de luta. O menino mais novo saiu debaixo da canoa e ficou no aguardo do outro garoto. Entretanto, ele não saiu. Neste tipo de situação, na qual não há sinal de luta, sem presença de animais, ou pedido de socorro, é o boto que puxa a pessoa para o fundo das águas. Na fala de Cleide: “ O boto se afeiçoa da pessoa e pega mesmo, os espíritos das águas cuidam”.

Em se tratando do segundo relato, outros elementos indicam esse tipo de afeto dos botos. É o caso de afogamentos nos quais o corpo nunca é achado. A situação se deu com uma família que veio do Maranhão para Manaus. A filha da família sumiu nas águas, não suportando a tristeza da perda, retornaram para o Maranhão. Ela se encontrava no raso e o boto a puxou. Deste modo, percebemos como este prolongamento do afeto do boto para com o humano se deu de forma definitiva, de forma que podemos compreender como formas de interação possuem relações intrínsecas com usos dos lugares. Ou seja, prolongamento de encontros, afetos e modulações da presença dizem respeito a uma territorialidade específica.

Por isto, não é raro o ato de pedir licença para adentrar certos tipos de lugares. Em situações nas quais as pessoas vão se embrenhar na mata, por exemplo, é comum que levem papel e tabaco. O ato de envolver o tabaco nas folhas de papel, para em seguida fumá-lo diz respeito a anunciação da presença humana, seja pelos barulhos emitidos, como pelo cheiro exalado. Igualmente, a anunciação da presença é uma espécie de aviso, um pedido de licença,

feito com a intensão de não se perder, bem como demonstrar intensões positivas que motivam tal deslocamento.

Por fim, os animais de criação são aqueles alimentados, tratados e vacinados, cujo intuito final é o abate para consumo próprio, ou venda/troca. Entre meus interlocutores, as galinhas são a preferência, seja por seu rápido crescimento, fácil alimentação e retorno garantido. A venda destes animais pode facilmente suprir uma falta momentânea de dinheiro. Em geral, as galinhas são criadas em galinheiros, sendo soltas, sobretudo, pela manhã. A preferência é que sejam alimentadas com milho, frutos e restos de comida. Outros animais de criação são os patos e porcos. Em relação aos porcos, é esperado que fiquem sempre no chiqueiro, pois é um animal que pode facilmente se deslocar para locais que não deve, como plantações e jardins dos vizinhos. Já os patos, não são preferência geral, pois são considerados animais que causam muita sujeira e destroem pequenas plantações ao redor das casas.

É possível que estes animais sirvam como pagamento da prestação de uma diária, como possam ser trocados. Em certa ocasião, Carlos, um jovem rapaz que estava ficando no barraco de Ceará temporariamente, comprou uma galinha que estava sendo vendida por Cleusa. Ele foi ao lote dela pelo período da tarde, o que segundo ela, não era ideal para comprar galinha, pois elas devem ser pegas pelo período da noite. Porém, ele correu longamente atrás de várias galinhas, afugentou algumas e, por fim, conseguiu pegar uma galinha. Disse que faria o pagamento por uma diária, amarrou os pés do animal e a levou embora. O que aconteceu em seguida, o deixou enfurecido, pois ele amarrou a galinha junto a um tronco, porém alguma pessoa a levou. O comentário de algumas pessoas, entretanto, era de que ele deveria ter cuidado melhor se sua galinha. Ou seja, no universo dos códigos de comportamento locais, aquele que pegou a galinha pouco foi lembrado em relação aquele que descuidou de seu animal.

Assim sendo, percebemos que o uso da terra não se restringe ao trabalho na lavoura. Consequentemente, estende-se a diversas formas de interação e códigos múltiplos que dizem respeito a animais e formas combinadas de apropriação de recursos, desdobrando-se em diversas modulações da presença e prolongamento de afetos. Igualmente, a noção de *precisão* é conformada a partir de formas de interação e códigos que caracterizam os modos socialmente aceitáveis de acumulação. A observação mútua do cotidiano relacionadas às diversas modalidades de movimentação, impõe uma forma de sociabilidade local que preza pela generosidade. A noção de *precisão* não se restringe a regular formas descontroladas de caça, mas elabora observações e falas que impedem formas unilaterais de acumulação que perpassam, como vimos, o compartilhamento da notícia da vinda de atravessadores, de meios de transporte, refeições, notícias. O monopólio de produtos, serviços, caça, venda é visto como

uma forma descontrolada de acumulação, como também uma forma de desprezo pela moral local que preza pela generosidade.

Considerações finais: o permanecer na terra

*No puedes comprar el sol
 No puedes comprar la lluvia
 (Vamos caminando)
 No riso e no amor
 (Vamos caminando)
 No pranto e na dor
 (Vamos dibujando el camino)
 No puedes comprar mi vida
 (Vamos caminando)
 La tierra no se vende
 Calle 13- Latinoamérica*

As condições que definiram as formas de acesso e permanência na terra, para meus interlocutores, se deram a partir de alguns elementos que dizem respeito a padrões de usos da terra e modalidades de posse que se desdobram em modos específicos de sociabilidade locais. É este conjunto específico de modos locais o que dá sentido, para meus interlocutores, a um processo social de demanda por uma terra na qual ocorrem formas combinadas de apropriação de recursos, a *Bola*.

De modo que exploramos nesta dissertação os modos de habitar e permanência na terra, no contexto de processos de demanda pela terra, considerando que são atravessados por noções específicas de trocas, favores, dívidas, engajamentos com a natureza, *precisão* e a relação com o Estado.

A problemática social que motivou inicialmente a presente pesquisa, deu-se a partir do conhecimento de uma demanda coletiva por terra. Neste processo de demanda, as pessoas envolvidas promoveram formas diversas de se ocupar o espaço, fazendo uso da abertura do acampamento dos ciganos, enquanto forma possível de se reivindicar terra junto ao Estado. O tempo de acampamento, para meus interlocutores, tem início com a *abertura das picadas*. Operação de transformação da paisagem, que constrói caminhos e novas possibilidades de deslocamento, uma interferência das pessoas neste local, que permite a montagem de barracos e de determinadas formas de uso e trabalho na terra.

Por conseguinte, a montagem dos barracos em torno do Acampamento dos Ciganos procede com dois movimentos particulares. O primeiro diz respeito às negociações com o Sindicato de Campos Novos, vila mais próxima ao Projeto de Assentamento Ajarani. O segundo, é em relação ao processo de desistência que acompanhou a saída de várias pessoas desta localidade. Sobre o sindicato, podemos resgatar a noção de *vir enganado*, explorada no primeiro capítulo. Ou seja, um sentimento de desconhecimento quanto às possibilidades e condições de se receber uma terra, bem como expectativas frustradas que acompanham o deslocamento de pessoas que buscavam um lugar de morada e uma possibilidade de autonomia de trabalho. Uma vez que a filiação ao sindicato não se mostra suficiente na possibilidade de interlocução com o Estado, tampouco na elaboração de garantias legais que assegurassem a permanência de meus interlocutores nas porções de terra nas quais realizaram acampamento, o sentimento de serem *enganados* marca esta experiência. Em vista disto, a saída de várias pessoas que participaram do Acampamento dos Ciganos, deste modo, é certamente marcada por este sentimento de *ir enganado*.

Inicialmente, muitas das questões e debate teórico desta dissertação percorria e se centrava em trabalhos que tratavam do universo das ocupações de terra no Brasil, no intuito de compreender as intensões destas ocupações, bem como analisar uma ocupação de terra enquanto possibilidade de requerer terras junto ao Estado. No decorrer do campo e da escrita outras questões foram acrescentadas uma vez que a convivência junto a meus interlocutores me fez deslocar minhas perguntas iniciais, expandir o olhar para questões que meus interlocutores me assinalavam como fundamentais, bem como delinear novos temas. De sorte que compreender o que chamo de performance cotidiana de permanência na terra nos levou a explorar questões referentes à sociabilidade das pessoas desta localidade e seus modos de habitar.

O processo social de demanda por uma terra de uso comum que se encontra no domínio do Estado é perpassado por negociações, vivência e participação de diversos atores.

Conforme Martins (2003), o cenário social envolve assentados, agentes de mediação e os agentes do Estado, aqui representados pelos funcionários do Incra. O autor, quando fala da preocupação do “status” jurídico da terra que se pretende ocupar, uma terra na qual a possibilidade de legalidade da ocupação seja presente, visando à regularização da terra ocupada. Essa percepção e sentidos da terra são perpassados por sentidos diversos a depender dos atores políticos. Ou seja, os valores que a terra assume desde a vivência e ações dos diversos agentes são plurais.

Em Loera (2006), percebemos que algumas pessoas, no universo das ocupações no estado de São Paulo, garantiam lugar de espera nas listas que constituíam a ordem daqueles que seriam contemplados com lote rural, dada a desapropriação de terra de uma fazenda improdutiva. Estas pessoas permaneciam debaixo da lona, garantindo tempo de acampamento e preferência nas contemplações. Porém, poderiam exercer, simultaneamente, a função de garantir o nome na lista de pessoas que habitavam localidades fora do acampamento. Em troca, estas pessoas garantiam a permanência daqueles que residiam no acampamento por meio da oferta de mantimentos e quantias monetárias. Na pesquisa de Afrânio Garcia (1989), o caminho que levava as pessoas na zona açucareira a permanecerem, ou acessarem parcelas de terra, as direcionava ao sul do país. De sorte que estes trabalhadores angariavam fundos por meio de diversas ocupações e mantinham o desejo de retornar ao nordeste, a fim de conquistar seu próprio pedaço de terra.

De maneira aproximada, Sigaud (2010) esclarece que no “universo dos possíveis” há de se considerar as possibilidades efetivas de se promover o extenso repertório de ações reivindicatórias que possibilitam a formação de uma demanda por terra. Se a “forma acampamento” é uma linguagem que toma corpo em ações específicas de reivindicar terra junto ao Estado, como podemos considerar a situação que configura a demanda de meus interlocutores no Ajarani? Num cenário no qual ocorre construção de moradias permanentes, rotação de cultivos e investimentos pessoais a longo prazo? Ou seja, não estamos falando de acampamento, comumente descritos nas etnografias do universo rural enquanto localidades compostas de estruturas que o marcam enquanto algo relativamente passageiro.

A situação jurídica que define as modalidades de posse dos moradores da *Bola* prossegue indefinida no âmbito das decisões administrativas do INCRA. O último relatório realizado na região, apontava estes moradores enquanto invasores de uma localidade federal e sugeria a retirada dos mesmos. Porém, nenhuma medida foi tomada até o momento da escrita desta pesquisa.

É fato que inicialmente nos detivemos num esforço de exposição diacrônica que

abarcasse as especificidades históricas e regionais do contexto rural amazônico. A centralidade do argumento voltou-se para questões de colonização, planos governamentais e seus efeitos nas vidas das pessoas que decidiram *abrir as picadas* em localidades rurais. Se por um lado, pudemos observar particularidades desde formas de ocupar o espaço e maneiras de reivindicá-lo, por outro, a abordagem diacrônica nos possibilitou compreender os desdobramentos de uma política nacional de colonização para a Amazônia e as formas que assumiu na vida das pessoas.

De sorte que é razoável afirmar que o formato de roda de carroça de nosso *lócus* etnográfico, resultado de um processo recente de ocupação, diferente da maioria das disposições dos lotes rurais implantados na Amazônia por volta da década de 1970, em formato espinha de peixe, carrega em si não apenas uma particularidade espacial, mas social. Esta especificidade carrega em si as marcas de um tempo e de formas de sociabilidade específicas como a febre do ouro, cujo protagonismo se faz notar na *fofoca*. Ou seja, o que chamamos de modalidade febril de mobilidade. Disposições conformadas desde modos da sociabilidade local que carregam em si marcas do câmbio entre garimpo, roça, cidade, sendo constituídas a partir do desejo de andar, conhecer o mundo, ter uma terra, constituir riqueza.

As exposições das trajetórias de parte de nossos interlocutores mostraram de que forma estas pessoas concebem a busca pela terra, um local de morada, como também os caminhos que elas percorreram até o momento da chegada na região do Ajarani. Se por um lado a constituição do acampamento dos ciganos reuniu pessoas num território comum, por outro, processos de saída da terra conformaram um grupo de *teimosos*, os que ficaram. Homens, sobretudo cutiões, e mulheres insistentes, que fizeram desta localidade seu local de morada, produzindo formas particulares de habitar o território e dispositivos reguladores da vida cotidiana.

Múltiplas são as maneiras de habitar o território, de sorte que os modos locais de se conceber as formas de apropriação da terra não se restringem a um local de morada. Pelo contrário, há também no desejo de *varar as vicinais, ir pela fofoca*. De modo que a ocupação da terra se constitui dotada de aspectos que dizem respeito a mobilidades, autonomia de trabalho. Igualmente, pode ser compreendida desde a fala de meus interlocutores enquanto algo que tem que dar frutos. Ou seja, dar retorno a empreendimentos, tempo de trabalho e recursos monetários. Seja na *fofoca* do garimpo, ou na *fofoca* que diz respeito a possibilidade de se ocupar certas porções de terra, o Ajarani é espaço de circulação de pessoas, afetos e coisas.

Se em Lombardi (2009) pudemos observar que teimosia e persistência são características socialmente produzidas, de forma aproximada, podemos afirmar que a noção de sofrimento toma forma nos modos locais de avaliação moral, igualmente socialmente

produzidos. A narrativa do sofrimento acompanha a fala daqueles que ficaram, suportaram o tempo e o sofrimento do acampamento e se transpõe a outros tempos da vida. Uma vida de luta, seja pela terra, seja por oportunidades de mobilidade no desejo de constituir morada e uma vida melhor. Ou seja, um sofrimento que antecede o tempo de acampamento, que toma forma na narrativa de uma vida sofrida, na qual a todo momento é necessário performar formas para se permanecer na terra e garantir acesso a um modo de vida específico.

Se por um lado o pano de fundo das perguntas, hipóteses e questionamentos teóricos da pesquisa sustentavam-se desde uma literatura antropológica que analisa processos de ocupação de terras no Brasil, por outro, nos dados de campo se destacavam mais o que chamaria de performance de atividades cotidianas de permanência na terra. Estas ações tomam forma em modos de habitar e cuidado da terra, o que atravessa relações locais específicas, tempos, pessoas e regimes de trabalho. De modo que quando analisamos os elementos que constituem formas locais de sociabilidade e apropriação territorial, percebemos que modalidades de comunicação, redes de troca, e dispositivos controladores dos comportamentos coletivos perpassam as relações destas pessoas que ficaram.

A observação mútua do cotidiano foi analisada enquanto uma forma reguladora de comportamentos e trânsito de pessoas, afetos, tempos de presença, formas de compartilhar, e maneiras de acumulação socialmente aceitáveis, também reproduzidas na relação com o território, se estendem para o cuidado com a terra, com a forma de se fazer morada e vizinhança, com a regulação dos usos dos recursos naturais, bem como as maneiras ideais de se cultivar e trabalhar a terra.

Esses modos estão também relacionados com uma ocupação particular do território, uma elevada taxa de homens solteiros, localmente conhecidos como cutiões, que carregam as experiências de trabalho no garimpo como algo em comum e uma história de deslocamentos constantes e disposição para as andanças. De sorte que compreendemos o que chamamos de modos febris de deslocamento enquanto modalidades que se configuram a partir de potencialidade de deslocamento, desejos de andar pelo mundo e manutenção de autonomia de trabalho.

Similarmente a suas experiências no garimpo, os deslocamentos nas localidades rurais de assentamento, para parte de meus interlocutores, ocorreram pela *fofoca*. Ou seja, modos de propagação de notícias que mobilizam modos específicos de se habitar os locais pelo quais as pessoas percorrem e vivem. Isto posto, percebemos que a *fofoca* acompanha a vida destas pessoas desde o garimpo e se estende pelas notícias de terras possíveis de serem ocupadas. O garimpo mobilizava grupos de pessoas a percorrem diversas grotas, rios, na busca

pelo minério dourado. Esta busca acompanhava o deslocamento das pessoas, o carregamento do maquinário do garimpo e, muitas vezes, o distanciamento de seus grupos domésticos de origem, quando existentes. No garimpo, a impossibilidade de se constituir morada com uma família é presente.

Ao analisar a diferença entre o número de homens e mulheres na região do Ajarani, percebemos que dinâmicas específicas de mobilidades que os diferenciam, têm consequências específicas nos modos de habitar desta região. A condição de celibato que acompanha a ida ao garimpo, procede nos modos potenciais de se deslocar destes homens. O que carrega em si um desejo de autonomia de trabalho, do uso do tempo e, igualmente, da liberdade do andar, de *varar as vicinais*.

Quando tratamos das formas locais de se denominar um homem solteiro enquanto cutião, percebemos que comportamentos e normas de sociabilidade configuram as “possibilidades de convivência”. Neste sentido, é perceptível que meu acesso a este universo masculino se deu, sobretudo, junto às interlocutoras mulheres, em sua maioria, presentes nas situações nas quais convivi com os cutiões. Etiquetas locais dizem respeito a um mapeamento de qualidades, afetos e encontros desejáveis. Ser cutião, nesta localidade, é ter este universo de afetos e possíveis encontros prolongados, ou encurtados a partir de elementos que constituem modos socialmente aceitáveis de promover encontros, conversas e trocas.

As dinâmicas específicas de mobilidade feminina, como mostramos, parecem ter relação com o disparado número de homens solteiros. Às mulheres estão relegadas as possibilidades de deslocarem entre contextos que as possibilitem outras formas de habitar e vivenciar o universo rural nesta região. Sobretudo entre mulheres mais jovens, a possibilidade de estudar na capital, realizar cursos na área de saúde, ou educação, se faz presente. Mesmo quando tratamos das senhoras casadas, moradoras da região da *Bola*, percebemos que o universo dos possíveis que constitui sua rede de mobilidade se estende para localidades urbanas, na busca de tratamentos médicos, compras de produtos industrializados, visitas a familiares. O que acontece em muito menor número entre os homens cutiões.

Na profusão de deslocamentos e modos de habitar que caracterizam modos locais de sociabilidade no Ajarani, prolongamentos e encurtamentos de encontros estão no universo dos possíveis que marcam as lógicas de afetos. Permanências desejáveis se fazem na oferta de cafés, frutas, refeições, uma sombra para se sentar. O recebimento de presentes e favores prolonga tais encontros, fortalecendo e criando laços entre vizinhos.

Neste trabalho também exploramos o significado simbólico do trabalho e do conhecimento local acerca da terra enquanto dimensões conjuntas que operam na constituição

dos espaços. Se nas transformações espaciais na lida com a terra trabalho e saberes perpassam todas as etapas de preparação da terra, é também na chave desta relação que se constitui os modos performáticos destas atividades cotidianas que garantem a permanência na terra. Sustentadas, sobretudo, no plano dos argumentos de meus interlocutores, nas máximas de que a terra é de quem planta, ressaltando seu continuado tempo de permanência, visto por meio da rotação dos cultivos, das plantas de árvores frutíferas, nos diversos ciclos de plantio e colheita já realizados, benfeitorias feitas no lote e nas casas. Ou seja, a autonomia sobre a força de trabalho está em concordância com os modos de permanecer na terra.

A respeito das formas combinadas de apropriação de recursos e trabalho na lavoura, percebemos que a noção local de *precisão* diz respeito a mecanismos que estabelecem diferentes graus de generosidade, modalidades de troca, modos socialmente aceitáveis de acumulação. De forma similar, define sanções morais para aqueles que não assumem formas sociais identificadas enquanto generosas. Ou seja, o consumo unilateral de uma carne de caça, a não comunicação de possibilidades de carona ou negócios com atravessadores, o monopólio de informações, coisas, pessoas.

Esta dissertação traz uma análise acerca de presenças, de teimosos e cutiões, de ausências, de modos diferenciados de acesso ao conhecimento, à terra, pessoas, localidades e trabalho. Os efeitos da presença, de maneira bastante particular do Estado no Ajarani tem relação com uma prática de gestão que parece administrar conflitos sociais pela lógica do cansaço. Porém, estamos lidando com *teimosos*, pessoas que *vararam vicinais* e lutam contra o aprisionamento de seus modos de vida. Pessoas que têm o sofrimento enquanto modo de aprendizagem e enxergam os caminhos a serem percorridos como desafios transponíveis. Igualmente, possuem na força de seu trabalho a edificação de suas moradas. De sorte que há de se seguir em frente, sem medo.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. Xawara: O ouro canibal e a queda do céu- Depoimento de Davi Kopenawa. In: **Yanomami**: A todos os povos da terra. São Paulo: Ação pela Cidadania, 1990. pp. 4-11.

ANDRIOLLI, Carmen Silva. **Os tempos no “gerais” e no “sertão”**- sobre casa, comida, terra e criação. Revista de Antropologia, v. 58, n. 2, USP, 2015.

ARHEM, Kaj. The cosmic food web. Human-nature relatedness in Northwest Amazon. In: P. Descola & G. Pálsson (Eds.), **Nature and Society, anthropological perspectives**. London & New York: Routledge, 1996.

BARONE, Luís Antônio. **Diagnósticos participativos em assentamentos rurais no entorno de estação ecológica**: o diálogo possível entre Ibama e agricultores. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais / Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andretta Whitaker, organização; [autores] Bernardo Mançano Fernandes... [et al]. Brasília: MDA, São Paulo: Uniara [co-editor], 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O camponês e seu corpo**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 26, p. 83-92, 2006.

_____ **El baile de los solteiros**- La crisis de la sociedade campesina en el Bearn. Barcelona: Anagrama, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**: imaginários, sociabilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

BRASIL. Instituto de Terras e Colonização de Roraima- ITERAIMA. **Estrutura Agrária do Estado de Roraima**. Aurelina Medeiros (coord.), Naldner Pires (edit.). Boa Vista, 2007.

BRUMER, Anitta. **Previdência Social rural e gênero**. Sociologias. Porto Alegre, ano 4, n.7, janeiro- junho de 2002. (Dossiê Saúde e gerações).

BULAMAH, Rodrigo Charafeddine. **O cultivo dos comuns**: Parentesco e práticas sociais em Milot, Haiti. Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro Barbosa (org.). **Enciclopédia da Floresta**: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

CHAVES, Christiane de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra**: um estudo sobre a fabricação só social. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UFRJ, Núcleo da Antropologia da Política, 2000.

COMERFORD, John. **Como uma família**: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2003.

_____ **Vigiar e narrar**: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. Revista de Antropologia, USP, v. 57, n. 2, 2014.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. **A casa a rodar**: Projetos e pioneirismo na Amazônia Ocidental. Tese de doutorado, PPGAS/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

DAINESE, Grazielle. **Chegar à Terceira Margem**: um caso de prosa, paixões e maldade. Anuário Antropológico/2014, v.40, n.1: 233-255. Brasília, Unb, 2015.

DA SILVA, Cintia dos Santos Pereira. **Os Yawaripë Yanomami**: da intrusão da rodovia perimetral norte aos processos de resistência dos povos da floresta. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2015.

DA SILVA, Cidia Maria Lima; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Vida garimpeira: garimpo de Roraima- década de 80. In: JACI, Guilherme Vieira (Org.): **O Rio Branco se enche de história**. 2. ed. rev. Ampl. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

DA SILVA, Elizene Miranda. **Processo de alcoolização em uma comunidade Yanomami de Roraima**: o caso dos Yawaripê de Xikawa. Dissertação de mestrado, UFRR, 2014.

DOS SANTOS, Maria José; DAMASCENO, Fernando Sérgio. Projetos de Assentamento, trabalhadores rurais e sindicalismo em Roraima. In: JACI, Guilherme Vieira (Org.): **O Rio Branco se enche de história**. w2. ed. rev. Ampl. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

FARAGE, Nádia. **Lauda Antropológico requisitado pela Justiça Federal**- Seção Roraima, 1999.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. URGs, 2004.

GARCIA JR. Afrânio R. **O sul: caminho do roçado**- estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Marco Zero/ Universidade de Brasília/CnPq, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GUEDES, André Dumans. **O trecho, as mães e os papéis**: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. 1 ed; São Paulo: Garamond, 2013.

KOHN, Eduardo. **How Forests think**: toward an anthropology beyond the human. Berkley: University of California Press, 2013.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** (O município e o regime representativo no Brasil). São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

LOERA, Nashieli R. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

LOMBARDI, Thaís Tartalha Nascimento. **Trajетórias na Transamazônica**: estratégias de vida e trabalho em uma área rural amazônica. Dissertação de mestrado, Unicamp, 2009.

MACMILLIAN, Gordon. **At the end of the Rainbow**: gold, land and people in the Brazilian Amazon. Londres: Earthscan, 1995.

- MALINOWSKI, Bronislaw. **Coral Gardens and their Magic**. Indiana University Press, 1965.
- MARTINS, José de Souza. (coord.) **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da URGs, 2003.
- MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MENEZES. **Juventude, família e migrações**. In: Simpósio Feminismo, ação política e agroecologia. Anais. Recife: FAGES/PPGA/PPGS/UFPE, 2010.
- MICAELO, Ana Luiza. **Essa terra que tomo de conta: parentesco e territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco**. Tese- Universidade de Lisboa- Instituto de Ciências Sociais. Lisboa, 2014.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. **Sair pelo mundo: a conformação de uma territorialidade camponesa**. Tese de doutorado, PPGAS/Unicamp, 2010.
- _____ **A “venda nova das imigrantes”**: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. Dissertação de mestrado. PPGAS/Unicamp, 2004.
- PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Milton: cem anos de história nos seringais**. 2.ed. Rio Branco (AC), EDUFAC, 2008.
- RAMOS, Alcida Rita; LAZARIN, Marco Antônio; GOMEZ, Gale. **Yanomami em tempo de ouro**. Relatório de Pesquisa. Brasília: Série Antropologia, nº 51, 1985.
- ROSA, Marcelo. **Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.21, n. 1, p.157-80, 2009.
- SANTOS, Alessandra Regina. **Nesse solo que vós estais, lembrai-vos que é de morrer: uma etnografia das práticas de caminhas, conhecer e mapear entre os habitantes de Pedro Cubas, um Remanescente de Quilombos do Vale do Ribeira-SP**. Dissertação de mestrado, UFSCar, 2014;.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Tradução Cristina Muracho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SCARAMUZZI, Igor. **Extratativismo e as relações com a natureza em comunidades quilombolas do rio Trombetas/Oriximiná/Pará**. Tese de doutorado, PPGAS/Unicamp, 2016.
- SIGAUD, Lygia. **Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco)**

1960-2000/ Lygia Sigaud, Marcelo Hernandez, Marcelo C. Rosa. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SMIRCIC, Sérgio Aníbal Chamorro. **Com a cara e a coragem-** uma etnografia de uma ocupação de terras. Dissertação de mestrado, PPGAS/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2000.

SOARES, Felipe Menezes. **O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste):** discursos e políticas governamentais 1969-1974). Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

STRATHERN, Marylin. **Land: intangible or tangible property.** In: Timothy Chesters (Ed.) Land Rights. Oxford: Oxford University Press, 2009.

TORRES, Lidia. **Os Brothers do café:** um olhar sobre a circulação de bens na colheita do café, em Cabo Verde/MG. Em inédito.

VELDEN, Felipe. **Como se faz um cachorro caçador entre os Karitiana (Rondônia).** Revista Teoria e Cultura, v. 11, n. 2, 2016.

VELTHEM, Lucia Hussak. **Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre).** Revista de Antropologia, São Paulo, v. 50, n. 2, 2007.

VELTHEM, Lucia; KATS, Esther. **A 'farinha especial':** a fabricação e percepção de um produto da agricultura familiar no vale do Rio Juruá, Avre. Bol. Mus. Pará Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belé, v. 7, n.2, 2012.

VERDUM, Ricardo. **Os Yawaripë: contribuição à história do povoamento Yanomami.** Tese de Mestrado, UnB, 1995.

VINCENT, J. **A sociedade agrária como um fluxo organizado:** processo de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANO, Bella. (org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Globo universitária, 1987.

WILM, Luciana. **Plante de lá que vendo de cá:** habilidades e temporalidades entre produtores de açaí e feirantes na Região Metropolitana de Belém. Tese de Doutorado, Unicamp, 2017.

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato.** In: WELK. Et all. Camponeses Brasileiros v.1. Coleção história social do campesinato. Nead, editora UNESP: São Paulo, 2009.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho na terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: EdUnB, 1997.

Anexos fotográficos



Fotografia 1. Varador e plantação de banana, ano de 2017



Fotografia 2. Casa de farinha, ano de 2017



Fotografia 3. Canteiro de hortaliças de Dona Cleusa, ano de 2017



Fotografia 4. Casa cercada de *juquirá*, ano de 2017



Fotografia 5. Casa com varanda e plantação de banana ao lado, ano de 2017



Fotografia 6. Pesquisadora (ao centro) e alguns dos interlocutores, ano de 2017.